



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PPGCS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CULTURA, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO

JULIANY MENDES MOTA

DESENVOLVIMENTO RURAL NA BAHIA: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE
IRECÊ

CACHOEIRA-BA
2015

JULIANY MENDES MOTA

DESENVOLVIMENTO RURAL NA BAHIA: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE
IRECÊ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e
Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo
da Bahia, como requisito para a obtenção de título de
Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer

CACHOEIRA-BA
2015

JULIANY MENDES MOTA

DESENVOLVIMENTO RURAL NA BAHIA: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE
IRECÊ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e
Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo
da Bahia, como requisito para a obtenção de título de
Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer

Área de concentração: Sociologia
Data de defesa: 18 de dezembro de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nilson Weisheimer (orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr^a Rosana Mara Chaves Rodrigues
Universidade do Estado da Bahia

“Vivendo se aprende, mas o que se aprende mais é
só fazer outras maiores perguntas”.

Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

Começo os meus agradecimentos, usando um trecho da canção do Lenine: “o que eu sou, eu sou em par, não cheguei, não cheguei sozinho”. Este mote dedico aos indispensáveis parceiros/as de caminhada sem os quais não seria possível me aventurar nesse mergulho profundo, que agora me adentro. Parte deles é a revelação da minha identidade e território, outra parte é a relação da alteridade que me configura da mesma maneira.

A primeira estrela dessa enorme constelação, de preferência de cor vermelha, é a minha mãe, a quem devo a formação das primeiras palavras e o restante de toda a minha breve história. Minha irmã Suzy, sobrinhos (Juju e Nana) agradeço pelo barulho e interferência na minha escrita. Sem vocês jamais saberia redigir na adversidade. Ao companheiro Cesinha, a presença mais que presente. Aos demais familiares agradeço o carinho e amor de sempre.

No meu céu brilham (intesamente vermelhas) outras estrelas que encontrei na caminhada. Sem querer me alongar nessa extensa lista de pessoas queridas, agradeço aos amigos e amigas que conhecem o meu trabalho e que acreditam nele, agradeço aos professores, ao meu orientador Nilson Weisheimer pelas sacadas inteligentíssimas e também aos professores Herbert Martins e Antônio Eduardo, foram momentos fecundos de troca de saberes dentro e fora da sala de aula. Agradeço também as professoras Márica Pedreira, Rosana Mara e Maria Dorath. Também aprendi muito com vocês neste ano dedicado a pesquisa. Agradeço a equipe NEDET (Osias, Carla e Paula) que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa de campo e ao agradecerem-los estendo o reconhecimento dos demais membros que compuseram a equipe de campo.

Por fim, agradeço a organização CAA, espaço que me acolheu nos últimos 10 anos e que ajudou muito na minha formação, principalmente no debate sobre as questões do semiárido e que me colocou diante da temática da agricultura familiar e do Território. Estendo esse agradecimento ao colegiado Territorial, em nome do companheiro Huberto Gomes que deixa saudades e a memória de sua luta pela agricultura familiar. Fecho essa sessão de reconhecimento de que o projeto é coletivo agradecendo aos 330 agricultores e agricultoras que se disponibilizaram a participar dessa pesquisa, a vocês minha eterna gratidão.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as políticas públicas PRONAF, PAA, PNAE, PNATER e P1+2 que tem como foco comum fortalecer a agricultura familiar, avaliando a contribuição das referidas políticas para a produção, segurança alimentar e nutricional, acesso a mercados, renda e sucessão geracional junto a 330 agricultores e agricultoras familiares do Território de Irecê-BA, amostra extraída a partir da quantidade pessoas ocupadas na agricultura familiar. Para isso, discute a importância da agricultura familiar na promoção do desenvolvimento rural, realiza a caracterização das suas unidades produtivas familiares e traça um apanhado da execução dessas políticas no referido território. Para dar conta da problemática utilizou-se uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, com várias técnicas de investigação, como o questionário padronizado e fichas sintéticas para apuração dos dados. Os resultados permitem concluir que do conjunto de indicadores propostos e suas variáveis o PNAE é a política que mais contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The overall objective of this research is to analyze public policies PRONAF, PAA, PNAE, PNATER and P1+2 whose common focus strengthen family farming, assessing those policies contribution to the production, food security and nutrition, access to markets, income and generational succession with 330 farmers and family farmers do Territory Irecê BA. For this, discusses the importance of family farming in promoting rural development, realizes the characterization of their family production units and traces an overview of policy delivery in that territory. To account for the problems we used a mixed qualitative and quantitative approach, with various investigative techniques, such as standardized questionnaire and synthetic chips for calculating the data. The results show that the proposed set of indicators and their variables PNAE is the policy that most contributed to the strengthening of family farming.

Keywords: Family Agriculture, Rural Development, Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Composição Municipal.....	22
Figura 02 - Grupos vulneráveis no Território de Irecê	27
Figura 03 - Assentamentos do Território de Irecê	27
Figura 04 - Bolsista NEDET durante coleta de dados em Mulungu do Morro	40
Figura 05 - Bolsista NEDET durante coleta de dados em Cafarnaum	40
Figura 05 - Bolsista NEDET durante coleta de dados em João Dourado	41
Figura 04 – Autora durante coleta de dados em Mulungu do Morro	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População e densidade demográfica do Território no período de 2000 a 2010	25
Tabela 02 - Número de Documentos de Aptidão ao Pronaf (DAPs) no Território de Irecê.....	27
Tabela 03 - Percentual de pessoas consideradas pobres	29
Tabela 04 - Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) no período de 2000-2010	30
Tabela 05 - Estabelecimentos por grupo e área ocupada	69
Tabela 06- Estratificação dos Estabelecimentos rurais.....	69
Tabela 07 – Produção Agrícola do Território de Identidade de Irecê no ano de 2003	74
Tabela 08 - Produção extrativista no Território de Identidade de Irecê em 2013.....	75
Tabela 09 – Tempo de dedicação ao trabalho na UPF.....	81
Tabela 10 – Forma de aquisição das terras)	82
Tabela 11 – Forma de Uso das Terras.....	83
Tabela 12 – Serviços disponíveis na UPF	85
Tabela 13 – Benefícios das UPF's	86
Tabela 14 – Percentual do acesso às políticas públicas com inclusão do item outros	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Número de Comunidades Quilombolas no Território de Irecê	28
Gráfico 02 – Percentual de Homens e Mulheres entrevistados/as	46
Gráfico 03 – Faixa Etária dos entrevistados/as	47
Gráfico 04 – Escolaridade dos entrevistados/as.....	47
Gráfico 05 – Estado Civil dos entrevistados/as.....	48
Gráfico 06 – Quantidade de filhos por entrevistado/a	49
Gráfico 07– Residência dos entrevistados/as	49
Gráfico 08– Auto Identidade Étnico-Racial dos entrevistados/as.....	50
Gráfico 09 – Estratificação de estabelecimentos rurais (estabelecimentos x tamanho hectares).....	70
Gráfico 10 - Produção de Feijão no Território Irecê	73
Gráfico 11 - Produção de Milho no Território Irecê.....	73
Gráfico 12 – Propriedades rurais com sistemas agroflorestais no Território de Irecê	76
Gráfico 13 – Número de Integrantes da Família residente nas UPF's	78
Gráfico 14 – Sexo dos residentes na UPF	78
Gráfico 15 – Número de Integrantes da Família residente nas UPF's	79
Gráfico 16 – Nível de Escolaridade dos residentes na UPF	80
Gráfico 17 – Nível de Escolaridade dos residentes na UPF	80
Gráfico 18 – Posse da Terra pelos agricultores/as.....	81
Gráfico 19 – Tamanho das propriedades dos agricultores/as	82
Gráfico 20 – Modelo de produção das UPF's	84
Gráfico 21 – Residência na UPF	84
Gráfico 22– Destino das atividades produtivas das UPF's	86
Gráfico 23 – Percentuais das políticas públicas acessadas no Território de Irecê	117
Gráfico 24 – Variação no volume da produção do principal produto após acesso às políticas.....	126
Gráfico 25 – Variação na diversificação da produção nas UPF's após acesso às políticas.....	129
Gráfico 26 – Variação no comportamento das famílias com relação ao consumo de produtos	131
Gráfico 27 - Variação na renda familiar após acesso às políticas.....	144
Gráfico 28 - Variação na permanência dos filhos após acesso às políticas	149
Gráfico 29 – Comparação do índice de contribuição pelas políticas públicas.....	152
Gráfico 30 – Comparação do índice de contribuição pelos indicadores.....	153
Gráfico 31 – Indicador final da contribuição das políticas públicas para a agricultura familiar	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Roteiro para construção de Ficha Descritiva	32
Quadro 02 – Fórmula para dimensionamento amostral com população finita.....	33
Quadro 03 – Detalhamento da Amostra	33
Quadro 04 – Número de Agricultores familiares a partir da DAP.....	34
Quadro 05 -Estratificação da amostra por Cidade	35
Quadro 06 - Estratificação da amostra por Política Pública.....	35
Quadro 07 - Estratificação da amostra por Política Pública em cada Cidade).....	36
Quadro 08 – Indicadores e variáveis para análise.....	43
Quadro 09 – Exemplo de cálculo para dados quantitativos	44
Quadro 10 – Exemplo de cálculo para dados dicotômicos	44
Quadro 11 –Exemplo de cálculo para dados Múltiplos	45
Quadro 12 –Volume da produção do principal produto	125
Quadro 13 – Variação da produção após acesso às políticas	127
Quadro 14 – Tipicidade dos produtos e criações por política pública nas UPF's	128
Quadro 15 – Variação da diversificação após acesso às políticas).....	129
Quadro 16 – Síntese dos índices de contribuição das políticas para produção	130
Quadro 17 – Origem da aquisição da base alimentar da família.....	132
Quadro 18 – Regularidade do consumo pelos agricultores/as do PAA, P1+2 e PNATER	133
Quadro 19 – Regularidade do consumo pelos agricultores/as do PAA, P1+2 e PNATER	133
Quadro 20 – Síntese dos resultados do indicador de regularidade de consumo nas UPF's	134
Quadro 21 – Utilização de adubos e/ou defensivos químicos nos produtos da UPF para consumo	135
Quadro 22 – Frequência do comportamento das famílias com relação ao consumo por política.....	136
Quadro 23 – Síntese dos índices de contribuição das políticas para SAN.....	137
Quadro 24 – Existência de comercialização de algum dos produtos da UPF).....	138
Quadro 25 – Total da produção das UPF's destinadas para a comercialização	138
Quadro 26 - Principal forma de comercialização dos produtos antes da política acessada	139
Quadro 27 - Principal forma de comercialização dos produtos da UPF	140
Quadro 28 – Síntese dos índices de contribuição das políticas para SAN.....	141
Quadro 29 – Origem da renda da família	142
Quadro 30 - Volume do total da renda mensal da família.....	143
Quadro 31 - Volume da renda agrícola na última safra (2014)	144
Quadro 32 - Variação na renda família após acesso às políticas	145
Quadro 33 – Síntese dos índices de contribuição das políticas para renda)	146
Quadro 34 – Quantos de filhos que trabalham na UPF.....	147
Quadro 35 - Expectativa sobre a sucessão na gestão da UPF	148

Quadro 36 – Provável sucessor na UPF	148
Quadro 37 – Variação na permanência dos filhos por política acessada	149
Quadro 38 – Quadro 38 – Síntese das variáveis do Indicador de Sucessão Geracional	150
Quadro 39 – Síntese dos indicadores de contribuição das políticas públicas	151

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF – Companhia Nacional de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP – Documento de Aptidão ao PRONAF
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GENTES – Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Economia Solidária
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST - Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
NEAF - Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural
NEDET - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
P1+2 - Programa Uma Terra, Duas Águas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER - Política de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPT- Probabilidade Proporcional ao Tamanho
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território de Irecê
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SEI - Superintendência de Estudos e Estatísticas
SIT - Sistema de Informações Territoriais
SPSS - Statistical Package for Social Sciences
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUALE - Superintendência do Vale do São Francisco
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UPF – Unidade Produtiva Familiar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE IRECÊ.....	21
1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA	30
1.2.1 Instrumentos da pesquisa	31
1.2.2 Plano Amostral.....	32
1.2.3 Coleta dos dados.....	39
1.2.4 Análise dos dados.....	42
1.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	45
1.4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	51
2 AGRICULTURA FAMILIAR: CAMPO TEÓRICO E EMPÍRICO	53
2.1 BREVE RESGATE DO DEBATE CLÁSSICO SOBRE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA	54
2.2 O DEBATE BRASILEIRO SOBRE CAPITALISMO E AGRICULTURA	58
2.3 POR UMA DEFINIÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR	60
2.4 CARACTERIZAÇÃO EMPÍRICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECÊ.....	69
2.5 CARACTERIZAÇÃO DAS UPF'S NO TERRITÓRIO DE IRECÊ.....	77
2.6 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO.....	87
3. DESENVOLVIMENTO RURAL TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR	90
3.1 PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	91
3.2 ABRODAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	101
3.3 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA.....	108
3.4 POLITICAS PUBLICAS PARA FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECE.....	112
3.5 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO.....	119
4 CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECE	120
4.1 CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PARA A PRODUÇÃO	124
4.2 CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	131

4.3 CONTRIBUIÇÕES PARA ACESSO A MERCADOS	137
4.4 CONTRIBUIÇÕES PARA RENDA	141
4.5 – CONTRIBUIÇÕES PARA SUCESSÃO GERACIONAL	146
4.6 INDICADOR GERAL DE CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	151
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
ANEXOS	164

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a contribuição das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, tendo como referência empírica as políticas implementadas para esta categoria no Território de Irecê, Bahia. Discute a importância da agricultura familiar na promoção do desenvolvimento rural, a partir do entendimento de que estes dois assuntos estão estritamente relacionados e que a implementação de políticas públicas que contemplem essa forma familiar de vida e produção no campo é de relevante importância para o seu fortalecimento. Para tanto, realiza uma pesquisa social empírica representativa do universo de agricultores e agricultoras familiares do referido Território.

Considera que o processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo provocou mudanças significativas na sociedade em geral, com impactos em diversos setores, inclusive na agricultura. Esses impactos ocorreram no Brasil a partir dos processos de globalização e liberalização da economia e foram sentidos com maior evidência no início dos anos 90; década efervescente na discussão sobre o desenvolvimento rural brasileiro, bem como para a ascensão do diálogo sobre os rumos da pequena agricultura, que no período se conformou como uma nova representação política denominada agricultura familiar.

O estudo também parte do entendimento de que a permanência das formas familiares de produção no capitalismo, aqui confirmada pela afirmação da agricultura familiar, e as mudanças nas concepções de rural foram importantes para promover uma alteração de perspectiva na ação do Estado brasileiro no que se refere à formulação de políticas públicas. Nesse contexto, floresceu a chamada abordagem territorial do desenvolvimento rural, como forma de revalorizar as escalas espaciais na promoção de um alargamento, desmistificando a ideia de que o rural se restringia ao agrícola e incorporando novas dinâmicas socioeconômicas nos espaços rurais. A tendência da adoção da abordagem territorial e as mudanças conceituais que a suportam são claramente admitidas pelas estratégias de implementação de políticas públicas, que passaram a considerar os territórios como lócus de intervenção; fato ocorrido após os anos 2000.

A abordagem analítica que se julgou adequada para dar conta da problemática referida, considera ainda que essas transformações sociais, econômicas e produtivas que o mundo rural passou a vivenciar, dentre elas a emergência da agricultura familiar, foram imprescindíveis para a formulação de políticas públicas específicas. Esta investigação focaliza as principais

políticas públicas desenhadas em âmbito federal, que possuem objetivos que coadunam com a perspectiva de fortalecer a agricultura familiar e que foram implementadas no Território de Irecê, Bahia nos anos recentes.

Desta forma, buscou-se analisar uma realidade social complexa e multifacetada que envolve os agricultores familiares que já acessaram políticas públicas no referido território. Assim, são ponderadas as contribuições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2), procurando demonstrar sob a ótica dos agricultores e agricultoras a interferência dessas políticas nas condições de vida, principalmente sobre a diversificação e produção, segurança alimentar e nutricional, comercialização, renda e sucessão geracional.

As políticas públicas elencadas como objeto de apreciação são fruto de um processo histórico que culminou nos últimos anos na diversificação das políticas voltadas para o meio rural brasileiro. Guimarães (2010) destaca que essa experiência brasileira ocorreu num momento político de retomada das políticas nacionais, reduzidas na década anterior devido à crise financeira do setor público que foram impactados com a onda neoliberal do início dos anos noventa. Especificamente para a agricultura, a partir de 2003, o Governo Federal ampliou os recursos destinados à agricultura familiar, passando de um orçamento de R\$ 2,2 bilhões em 2002 para R\$ 28 bilhões em 2015. Criaram-se novos instrumentos de apoio à categoria, além do PRONAF, formulado em 1996, como a formação de mercados institucionais, a garantia de compra de 30% dos recursos do PNAE na agricultura familiar, a retomada da assistência técnica, entre outros. Para o autor, essa ampliação dos investimentos foi favorável para a categoria dos agricultores familiares.

Pensando neste ambiente “favorável”, o trabalho buscou dialogar com as contribuições de vários estudos que focaram o desenvolvimento rural e a emergência da agricultura familiar nos campos científico e político a partir década de 90 e que tiveram forte influência para a incorporação por parte dos gestores de políticas públicas dessas temáticas. O diálogo neste momento introdutório ocorre no sentido de relembrar as principais obras que se destacaram pelo debate teórico que exerceram para a afirmação científica desta categoria no Brasil. Nessa acepção, merecem destaque três importantes obras. Em 1991 “O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica” de José Eli da Veiga, em 1992 “Paradigmas do Capitalismo Agrário em

questão” de Ricardo Abramovay e 1993 e 1999 dois volumes de “A Agricultura Familiar” organizado por Huges Lamarche, com participação de quatro equipes de pesquisa, incluindo uma equipe brasileira integrada pelos pesquisadores Maria Nazareth Wanderley, Fernando Lourenço, Anita Brumer e Ghislaine Duqué, já que se tratava de uma comparação internacional.

Contrariando duas tradições científicas fortes e distintas da época, em que uma enfatizava que o desenvolvimento generalizaria as unidades produtivas baseadas exclusivamente no trabalho assalariado e a outra preconizava a agricultura camponesa como modelo, as duas primeiras obras, Veiga (1991) e Abramovay (1992), afirmaram cientificamente a agricultura familiar, demonstrando como a configuração moderna da agricultura capitalista se apoiou numa forma social de trabalho e empresa específica, a empresa familiar. Já Lamarche em sua pesquisa internacional (1993/1999) demonstrou as variantes dessa direção nos quatro países pesquisados para mostrar como a lógica familiar de produção prevalece na organização de situações diversas, destacando que a diversidade não exclui o fato de que o elemento unificador dos processos é o caráter familiar de gestão e posse da terra.

Além dessas obras, cabe destacar as principais pesquisas desenvolvidas que foram esteira para as conexões entre desenvolvimento rural e agricultura familiar, imprescindíveis a esta investigação. A primeira ganhou destaque após a publicação de um artigo de Kageyama e Bergamasco (1989), que tratava do tamanho do universo dos estabelecimentos familiares no Brasil, utilizando o critério de classificação pela força de trabalho, ou seja, identificando se a mão de obra era contratada ou mantinha predominância familiar.

Pouco depois um relatório da FAO/INCRA (1994) ofereceu uma nova tipologia das formas sociais de produção no meio rural brasileiro. Essa tipologia foi adotada posteriormente na formulação do PRONAF. Outra pesquisa importante ocorreu entre 1996 e 1998, coordenada por José Eli da Veiga, Projeto CUT/CONTAG, financiado por organismos internacionais para mapear as dinâmicas mesoregionais de desenvolvimento do Brasil, levando em consideração as formas familiares e patronais. Na sequência José Graziano da Silva coordenou o “Projeto Rurbano”, que focalizou a formação das rendas entre as famílias não urbanas para constatar um movimento que estava acontecendo de forma geral de substituição dos ingressos provenientes das atividades primárias por atividades não agrícolas e pôs em discussão a estrutura do rural brasileiro. A década de 1990 finaliza, portanto, com

um debate acadêmico sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento rural marcados pelos impactos destes programas de pesquisa.

Schneider (2003) ao recuperar o estado da arte da referida década sobre os estudos rurais, acrescenta que a emergência do conceito de agricultura familiar permeou tanto a literatura acadêmica, conforme descrito acima, quanto a cena política da época. No que diz respeito à difusão no ambiente político, o autor afirma que um dos marcos para essa ascensão foi o “Tratado de Asunción” de 1991, que ao ser firmado gerou insatisfação dos pequenos produtores que foram preteridos dos ganhos econômicos. Essa insatisfação somou-se ao discurso oposicionista da época que pregava a proteção social, política e econômica dos pequenos proprietários rurais, assentados, arrendatários e agricultores integrados à agroindústria. “A agricultura familiar surgiu como uma nova categoria síntese, com uma nova identidade política e orientação distinta para as lutas sociais no campo”. (Schneider, 2003, p.31). Ainda na década de 90, outro fato político que merece destaque foi a criação e legitimação do PRONAF, em resposta às pressões políticas do movimento sindical frente ao governo para estabelecer um compromisso mais sólido do Estado com a formulação de políticas públicas diferenciadas para atender a nova categoria emergente.

Nos anos 2000 o debate prosseguiu, mas permeado pela reavaliação do significado de desenvolvimento rural, sobre as relações entre o rural e o urbano e a introdução da abordagem das dinâmicas territoriais nos processos de desenvolvimento. Maria Nazareth Wanderley publicou em 2000 o artigo “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo”, onde realizou um debate sobre as novas dinâmicas espaciais e econômicas da época. Em 2001, Wanderley publicou o artigo “A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural”, onde explicita que a sociedade brasileira começava a ter naquele momento um olhar novo sobre o meio rural. O trabalho da autora é a reiteração da necessidade de um pacto social pelo desenvolvimento rural. No bojo dessas discussões Veiga (2001) realizou nova pesquisa coletiva para recalcular as dimensões do Brasil Rural introduzindo critérios similares aos utilizados nos países do capitalismo avançado, detectando que não só o Brasil Rural era muito maior do que se estimava anteriormente, como os índices de dinamismo demográfico apresentados nesses espaços eram similares aos das áreas urbanas prósperas.

Esse recorte que expõe as pesquisas que evidenciaram o desenvolvimento rural no Brasil e a emergência da agricultura familiar a partir da década de 90 revela ainda que no

âmbito político cria-se em 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial para integrar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), influenciada pela divulgação da ideia de desenvolvimento territorial e desenvolvimento rural, que passaram a integrar o vocabulário dos planejadores das políticas públicas. A criação desta Secretaria foi um marco para a constituição no Brasil dos Territórios Rurais e conseqüentemente para a formulação de políticas públicas para serem aplicadas a partir deste recorte.

O painel acima está longe de esgotar os inúmeros aportes que articulam as temáticas do desenvolvimento rural e agricultura familiar com abordagem territorial, no decorrer deste trabalho trazemos à tona a perspectiva teórica de alguns desses autores para auxiliar na interpretação e sustentação do debate. Por isso, diante desse cenário preliminar, e numa perspectiva de contribuição, esta pesquisa procurou estudar as políticas públicas que tem em comum o objetivo fortalecer a agricultura familiar, partindo da premissa de que o reconhecimento em nível nacional da agricultura familiar, enquanto segmento sócio produtivo merecedor de um ambiente institucional favorável, propiciou também o surgimento de diversas políticas públicas voltadas ao incentivo de suas atividades, interferindo na vida dos agricultores e agricultoras familiares. Essa interferência e/ou contribuições é o ponto de partida e de chegada da investigação.

No movimento histórico do surgimento de políticas específicas para agricultura familiar destacamos as políticas elencadas como objeto desse estudo. A primeira delas e a principal em termos de recursos foi o PRONAF, instituído em 1996, por meio do Decreto nº 1.946. Seu intuito principal é estabelecer diversas ações e garantir os recursos para o apoio às atividades produtivas do segmento da agricultura familiar no Brasil. Dessa forma, de acordo com o artigo 1º de seu Decreto, o PRONAF busca “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda”.

Além do PRONAF, outras políticas públicas surgiram como incentivo ao fortalecimento das unidades familiares agrícolas. Uma delas foi a PNATER, surgida em 2003, com o objetivo de reestruturar o sistema de assistência técnica no Brasil tendo como foco as propriedades rurais familiares. Outro programa que surgiu no interior do Fome Zero, foi o PAA, que permite a compra pública de produtos de agricultores familiares, a preços estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para doação, merenda escolar ou formação de estoques. O PNAE, criado pela Lei nº 11.947/2009 determina a

utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14). Por fim, o último programa elencado para o estudo foi o P1+2, uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) que prevê a implementação de tecnologias de captação de água para produção de alimentos e dessedentação animal no Semiárido brasileiro.

Este elenco de políticas públicas voltadas para fortalecer a agricultura familiar definiram e recortaram a problemática mais geral deste trabalho. No intuito de delimitar mais objetivamente a pesquisa estabeleceram-se algumas indagações específicas para nortear a investigação: Qual o perfil dessas Unidades Produtivas onde as políticas são implementadas? Em que medida as políticas públicas que tem no seu objeto o fortalecimento da agricultura familiar contribuíram na melhoria das condições de vida dos agricultores e agricultoras? Elas contribuem para a melhoria da produção e diversificação, segurança alimentar, renda, espaços para comercialização e sucessão geracional? Tentando responder às indagações que norteiam essa investigação, delineamos objetivos gerais e específicos a serem perseguidos ao estudo das políticas públicas para agricultura familiar no Território de Irecê.

Como objetivo geral, a presente pesquisa analisou as políticas públicas PRONAF, PAA, PNAE, PNATER e P1+2 que tem como foco comum fortalecer a agricultura familiar, avaliando a contribuição das referidas políticas para diversificação e produção, segurança alimentar e nutricional, acesso a mercados, renda e sucessão geracional junto aos agricultores e agricultoras familiares. Deste objetivo geral desdobraram-se três objetivos específicos: 1) caracterizar o perfil das unidades produtivas familiares do Território de Irecê estudadas; 2) descrever o desenho das principais políticas públicas para agricultura familiar implementadas no Território de Irecê e; 3) identificar o nível das contribuições para cada indicador, para comparar em que medida cada uma delas incide com maior qualidade e qual política contribui mais incisivamente para o conjunto de indicadores.

As motivações para conquistar esses objetivos foram baseadas tanto pelo contexto dos anos 2000, que trouxe uma avalanche de experiências de políticas públicas nesse campo, como também pela própria trajetória pessoal, profissional e acadêmica da autora no Território lócus da pesquisa. A análise da experiência de desenvolvimento rural, com abordagem

territorial, nas áreas onde predominam a agricultura familiar, faz-se necessário para identificar os avanços obtidos e extrair lições relevantes que permitam avaliar também o contexto na qual essa experiência se inscreveu e as possíveis contribuições nas condições de vida dos agricultores e agricultoras familiares. Outra motivação refere-se à própria importância social e econômica que possui a agricultura familiar no Brasil e na Bahia e o interesse acadêmico e político que cada vez mais tem despertado. Isso nos coloca diante de vários questionamentos sobre o futuro dessa forma social de produção e trabalho na sociedade contemporânea.

Para orientar a problemática do estudo, a construção do referencial teórico e os procedimentos metodológicos estabeleceram-se duas premissas na pesquisa. Elas podem ser entendidas como tentativa de responder, preliminarmente, a problemática e as indagações que foram formuladas com relação a contribuição das políticas públicas para agricultura familiar. Em primeiro lugar foi considerado que as políticas contribuem na medida em que aumentam e diversificam a produção, geraram renda, garantem maior inserção das famílias nos mercados locais e institucionais, melhoram a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias e viabilizam a sucessão geracional nas unidades produtivas familiares e; em segundo lugar entende-se que as contribuições para a agricultura familiar são mais consistentes quando os resultados são positivos para o conjunto de indicadores. Essas hipóteses foram norteadoras e os resultados apresentamos no decorrer dos capítulos deste trabalho.

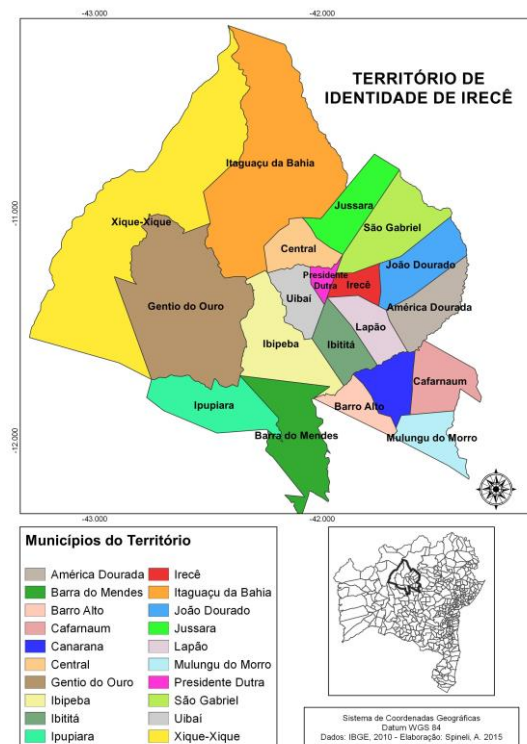
Abaixo descrevemos uma breve caracterização do Território de Irecê, universo desta pesquisa e espaço de incidência das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE IRECÊ

A realidade empírica deste trabalho é o Território de Irecê-BA, uma região extremamente representativa de uma situação social em que predomina a agricultura de base familiar. De acordo com o Censo Agropecuário (2006), o Território apresentava um total de 44.815 estabelecimentos, com área de 1.207.817 ha. Desse total, 41.011 eram estabelecimentos familiares (91,5%), que ocupam 45,5% da área total. Já os estabelecimentos da agricultura não familiar são apenas 3.804 (8,5% do total) em uma área de 657.266 ha, que representa 54% do total. Ao atualizar os dados da agricultura familiar mediante informações do MDA a partir do Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP), identificamos que o número de estabelecimentos da categoria subiu para 42.850 em 2015.

Com uma área de 26.638,40 Km², o Território de Irecê localiza-se na região centro-oeste do estado, integrando o Semiárido baiano. Faz divisa ao oeste com o Território do Velho Chico, ao sul com o da Chapada Diamantina e a leste com o Território Piemonte da Diamantina, tendo como principais vias de acesso as rodovias BA 052 (Estrada do Feijão), BA 131, BA 160 e BA 432. O Território é composto por 20 municípios que se originaram de desmembramentos dos municípios de Irecê, Central, Xique-Xique e Morro do Chapéu. Fazem parte do Território atualmente os municípios de América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique. Desses, cerca de 10 localizam-se ao redor de Irecê, o município mais urbanizado e considerado o núcleo dinâmico do Território por abrigar os bancos, universidade, hospitais de média complexidade, entre outros serviços (PTDRS, 2009).

Figura 01- Composição Municipal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010

Os municípios que integram o Território possuem características sociais, ambientais, econômicas e culturais semelhantes, apresentando áreas de mineração, de exploração da pecuária extensiva, de agricultura de subsistência e, a partir da década de 1970, com o avanço

e predomínio da modernização da agricultura com a Revolução Verde¹, de uma agricultura comercial, capitalizada, com uso intensivo de tecnologias e agroquímicos. Totalmente inserido no semiárido baiano, integra o Bioma Caatinga, sendo possível distinguir três subsistemas: o Platô de Irecê, com alturas geográficas médias de 700m, ocupando 60% da região e com solos extremamente férteis, mas com limitada oferta de água de chuva e água subterrânea; os vales do Rio Verde e Jacaré, que contornam o platô no lado leste e oeste, com boa oferta de água, tanto superficial como subterrânea, porém com solos fracos e; a Chapada Diamantina, com altitudes até 1000m, com clima mais úmido e frio, mas com solos de baixa fertilidade. (PTDRS, 2009)

Por integrar o Semiárido, o Território apresenta limitações hídricas, com chuvas irregulares em períodos de 03 a 04 meses por ano, variando entre 500 a 700 mm/ano e 08 meses de estiagem. A situação ambiental é crítica com relação à preservação dos rios temporários e suas matas ciliares, que cederam espaço às irrigações com uso desordenado de agrotóxicos. Os esgotos são lançados indiscriminadamente nos rios e a abertura de poços artesianos como fonte de água para irrigação de forma exacerbada (sem autorização dos órgãos regulamentadores) vêm prejudicando os lençóis freáticos do Território. O abastecimento com água de consumo humano é realizado pela barragem de Mirorós, localizada no município de Ibipêba e em 2013, frente ao colapso do sistema, o Governo do Estado implementou a Adutora do Feijão, que traz água do Rio São Francisco para complementar o sistema Mirorós. Esses dois sistemas juntos não cobrem a população total, em especial nas áreas rurais que dependem de tecnologias complementares, como é o caso das cisternas de placas para captação de água para consumo, produção de alimentos e dessedentação animal. (PTDRS, 2009).

Com relação à população da microrregião de Irecê, esta foi se configurando como resultado da intensificação das atividades agropecuárias, apresentando a maior concentração de centros urbanos, o que possibilitou o surgimento de cidades como América Dourada, João Dourado, Irecê, São Gabriel, Jussara, Lapão, Canarana, Ibititá, Ibipêba, Barro Alto, Barra do Mendes, Itaguaçu da Bahia, Mulungu do Morro e Presidente Dutra, totalizando 73,7 % das sedes municipais do Território.

¹ A Revolução Verde ocorreu no final do ano de 1940. A expressão surgiu em 1966, em Washington. O processo de modernização agrícola veio com o propósito de aumentar a produção através do desenvolvimento em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo que pudessem aumentar a produção.

Conforme os dados dos últimos Censos Demográficos (Tabela 01), a população do Território passou de 376.335 em 2000 para 402.828 habitantes em 2010, registrando um aumento de 7,4% no período. A densidade demográfica média é de 32,81 hab./km². O território é formado, em grande parte, por municípios pequenos, com até 20 mil habitantes, à exceção dos cinco a seguir: Canarana, Irecê, João Dourado, Lapão e Xique-Xique. Dados demográficos do Censo 2010 também indicam que o município de Irecê possui a maior população do Território, 66.181 habitantes, e uma das menores superfícies, concentrando o maior contingente populacional por área, com uma densidade de 207,45 hab/km², seguido pelo município de Presidente Dutra com 84,07 hab/km². No extremo oposto, Iupuiara é o município do Território com menor população, 9.285 habitantes. As densidades demográficas mais baixas são encontradas em Gentio do Ouro (2,87 hab/km²), Itaguaçu da Bahia (2,97 hab/km²) e Xique-Xique (8,28 hab/km²). Os municípios que tiveram queda na quantidade de habitantes foi Mulungu do Morro, que passou de 15.119 em 2000 para 12.249 em 2010, com redução de 2.870 pessoas e América Dourada, que teve uma pequena redução de 65 habitantes no referido período.

Tabela 01 - População e densidade demográfica do Território no período de 2000 a 2010

Município do Território	População 2000	População 2010	Densidade Demográfica
América Dourada	15.959	15.961	19,05
Barra do Mendes	13.610	13.987	9,08
Barro Alto	12.098	13.612	32,68
Cafarnaum	16.059	17.209	25,49
Canarana	21.665	24.067	41,76
Central	16.792	17.013	28,24
Gentio do Ouro	09.973	10.622	2,87
Ibipeba	15.362	17.008	12,29
Ibititá	17.905	17.840	28,63
Iupuiara	08.541	09.285	8,75
Irecê	57.436	66.181	207,45
Itaguaçu da Bahia	11.309	13.209	2,97
João Dourado	18.967	22.549	24,65
Jussara	10.339	15.052	15,87
Lapão	24.727	25.646	42,38
Mulungu do Morro	15.119	12.249	21,64
Presidente Dutra	13.730	13.750	84,07
São Gabriel	18.412	18.427	15,36
Uibaí	13.614	13.625	24,73
Xique-Xique	44.718	45.536	8,28
Total	376.335	402.828	--

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000 e 2010

De acordo com Delgado e Lasa (2013, p.77), ao analisar os dados da população com relação a caracterização entre urbano e rural oficial, predomina o maior percentual da população nas áreas urbanas, fato que necessitaria de uma “caracterização sociológica mais afinada”, já que como apontou Veiga (1992) diversas aglomerações consideradas urbanas são, na realidade, tipicamente rurais, e as atividades agropecuárias são a base de sobrevivência da sua população. A partir dos critérios utilizados pelo Censo Demográfico, a população urbana é de 247.300 pessoas (61,39% do total), com um grau de urbanização um pouco menor do que o do estado da Bahia (72,07%). A população rural alcança 155.528 habitantes (38,61% do total) e apenas 08 (oito) dos 20 (vinte) municípios apresentam população rural superior à urbana. Contrariando os critérios que definem toda sede do município como urbana e levando em consideração o critério adotado por Veiga (1992), ou seja, caracterizar como urbano apenas os municípios com mais de 50 mil habitantes, estima-se que da população total, 402.828, aproximadamente 333.647 vivem na zona rural, já que apenas o município de Irecê possui população superior a tipologia adotada pelo autor.

A composição e a formação da população atuam diretamente nas características socioeconômicas de um território, bem assim de outros fatores como infraestrutura, serviços e políticas públicas. Na qualidade de grande produtor de feijão, o Território de Irecê conta com investimentos na área de irrigação, além de possuir boa estrutura de comércio e serviços, motivo pelo qual as pessoas encontraram espaço de emprego nos diversos setores do comércio, serviços e agricultura. Trata-se de um Território historicamente construído sobre o apogeu e declínio de monoculturas como algodão, feijão e mamona, que trouxeram importantes consequências tanto para atração quanto para expulsão de habitantes.

Com relação ao número de estabelecimentos da agricultura familiar, os dados apontam a existência 44.850 unidades familiares. Do conjunto dos 20 municípios que compõem o Território, os que apresentam maior número de agricultores familiares são os municípios de Lapão, Ibititá, Xique-Xique e América Dourada. Irecê e Gentio do Ouro possuem o menor número de agricultores familiares, sendo 805 no total com DAP ativa para Irecê e 1.172 na mesma situação para o município de Gentio do Ouro. O município de Lapão foi o que apresentou o maior número proporcional de DAP total e DAP ativa, representando uma queda de 1.043 agricultores e agricultores familiares com o documento que habilita o acesso ao PRONAF e as políticas públicas. Abaixo (Tabela 02) apresentamos o extrato de DAP ativa e DAP total do conjunto de municípios do Território:

Tabela 02 - Número de Documentos de Aptidão ao Pronaf (DAPs) no Território de Irecê

Município	Nº DAP Ativa	Nº DAP Total
América Dourada	2.791	3.045
Barra do Mendes	1.881	1.948
Barro Alto	1.819	1.925
Cafarnaum	2.568	2.992
Canarana	2.552	2.996
Central	2.578	2.945
Gentio do Ouro	1.172	1.204
Ibipeba	1.826	2.003
Ibititá	3.338	3.972
Ipupiara	1.521	1.542
Irecê	805	1.043
Itaguaçu da Bahia	1.804	2.026
João Dourado	2.368	2.488
Jussara	2.361	2.574
Lapão	3.438	4.481
Mulungu do Morro	1.927	2.326
Presidente Dutra	2.542	2.874
São Gabriel	2.584	2.806
Uibaí	1.673	1.971
Xique-Xique	3.302	3.864
Total	44850	50626

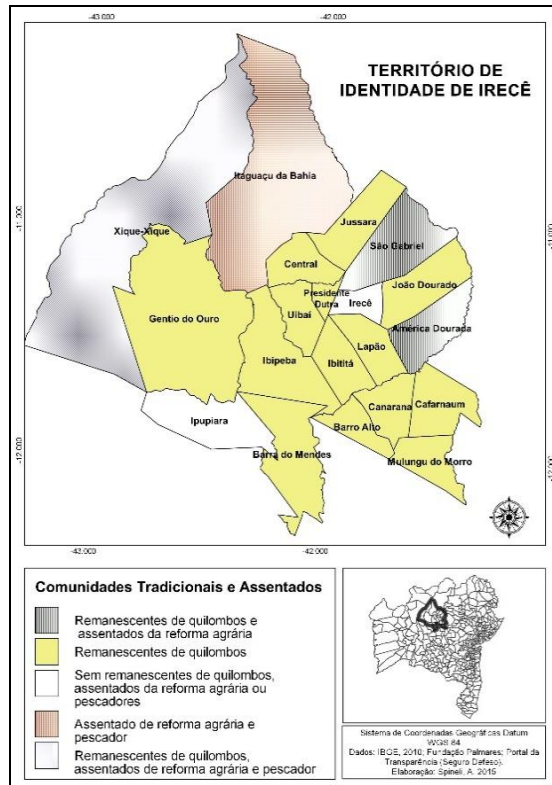
Fonte: MDA, 2015.

Em relação aos grupos vulneráveis da população rural do Território destacam-se os quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores e os ribeirinhos (Figura 02). Com relação aos pescadores e ribeirinhos identifica-se 6.222 estão concentrados em sua maioria no município de Xique-Xique, às margens dos rios Verde e Jacaré (afluentes do São Francisco) e que também vivem da pesca artesanal, sem acesso à infraestrutura produtiva e renda.

Com relação aos assentados da reforma agrária criados pelo INCRA (Figura 03), ao todo são 17 Projetos de Assentamentos (PA), distribuídos da seguinte maneira nos municípios de: América Dourada possui 1 (um) PA, Itaguaçu da Bahia, possui 7 (sete) PA's, em São Gabriel existem 4 (quatro) PA's e Xique-Xique que concentra um número considerável, com 5 (cinco) PA's ativos, abrigando um total de 1.400 famílias.

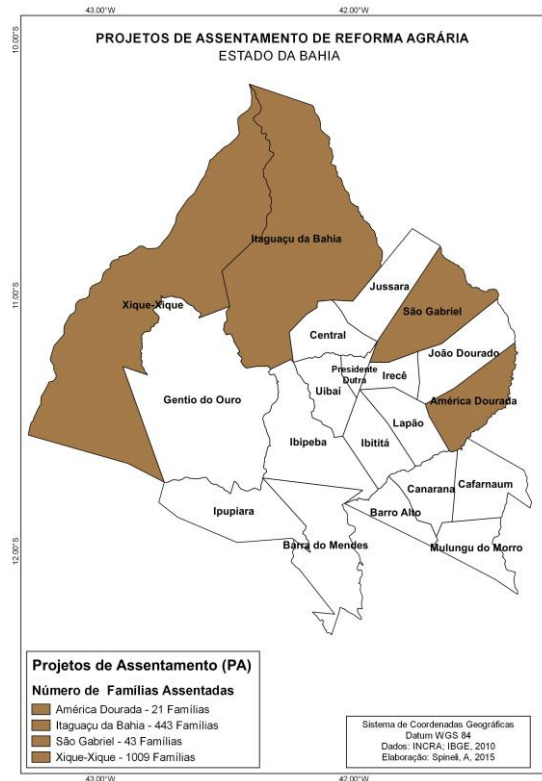
Oficialmente existem comunidades quilombolas em 18 municípios do Território de Irecê, não sendo computados apenas os municípios de Irecê e Ipupiara (Figura 02). São 112 comunidades quilombolas distribuídas entre 17 municípios do Território, sendo que desse total, somente 6 (seis) foram reconhecidas pela Fundação Palmares e 18 aguardam visita para certificação, conforme representação (Gráfico 01).

Figura 02 – Grupos vulneráveis no Território de Irecê



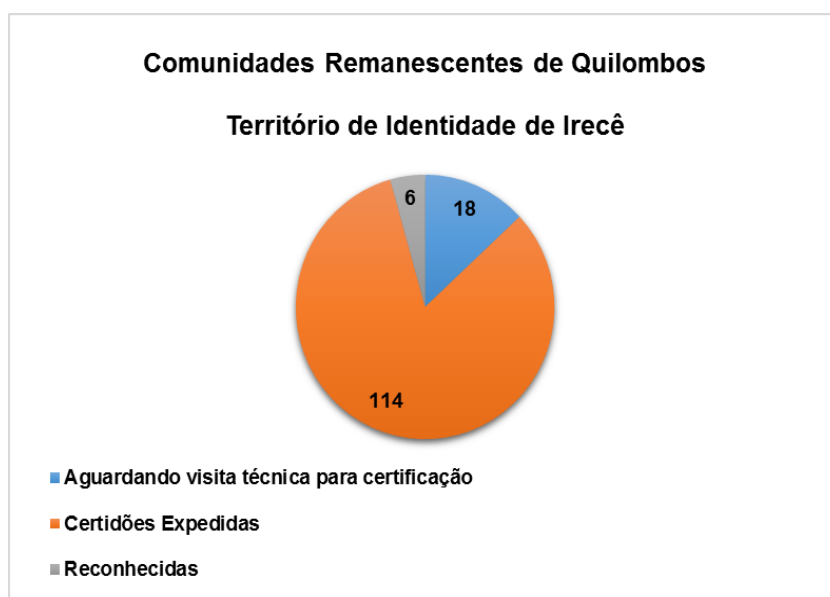
Fonte: IBGE, 2010; INCRA, 2015; Fundação Palmares, 2015

Figura 03 – Assentamentos no Território de Irecê



Fonte: INCRA, 2015.

Gráfico 01 – Número de Comunidades Quilombolas no Território de Irecê



Fonte: Fundação Palmares, 2015

A população do Território Irecê que vive abaixo da linha de pobreza (Tabela 03), segundo os dados dos anos 2000 correspondia a 5% do total da população em extrema pobreza na Bahia (2.407.990 pessoas). Os dados da época também mostram que para o conjunto do Território, cerca de 42,78% estão classificados nessa situação e 33,49%, em situação inferior à pobreza. Somados os números das duas situações temos 76,27% da população em condições precárias, revelando a concentração da riqueza do território numa pequena proporção da população 23,73%. América Dourada, Jussara, São Gabriel e Xique-Xique lideravam o ranking da pobreza.

Tabela 03 - Percentual de pessoas consideradas pobres

Município	Pobres	Índice Inferior da Pobreza
América Dourada	53,65	47,45
Barra do Mendes	34,17	24,4
Barro Alto	38,02	28,97
Cafarnaum	45,10	36,48
Canarana	31,92	24,77
Central	37,94	28,8
Gentio do Ouro	35,14	25,84
Ibipeba	31,56	22,59
Ibititá	46,36	36,48
Ipupiara	39,14	29,57
Irecê	41,99	32,28

Município	Pobres	Índice Inferior da Pobreza
Itaguaçu da Bahia	47,71	31,21
João Dourado	46,24	36,7
Jussara	54,26	47,43
Lapão	37,87	28,54
Mulungu do Morro	41,74	33,20
Presidente Dutra	44,55	33,79
São Gabriel	51,29	42,45
Uibaí	39,54	30,37
Xique-Xique	57,35	48,54
Total	42,78	33,49

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Território, verifica-se a passagem da média de 0,493 para 0,596 ao comparar sua evolução ao longo de 2000 e 2010, o que permite classificá-lo como de desenvolvimento médio, tal qual o índice geral do estado. Para apurar tais índices, a queda da mortalidade infantil e o aumento da frequência escolar colaboraram para a mudança no IDH-M. Irecê lidera o ranking de 2010 com 0,691 e Gentio do Ouro tem o pior, com 0,559, estando abaixo da média territorial.

Tabela 04 - Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) no período de 2000-2010

Município	IDHM 2000	IDHM 2010	Ranking no Território
Irecê	0,592	0,691	1
Barra do Mendes	0,495	0,630	2
Uibaí	0,508	0,617	3
Ibipeba	0,485	0,616	4
Presidente Dutra	0,503	0,614	5
Barro Alto	0,473	0,607	6
Ibititá	0,485	0,602	7
Central	0,490	0,596	8
Lapão	0,522	0,596	9
João Dourado	0,520	0,593	10
São Gabriel	0,531	0,592	11
Ipupiara	0,488	0,590	12
Canarana	0,501	0,587	13
Xique-Xique	0,470	0,585	14
Cafarnaum	0,499	0,584	15
Jussara	0,470	0,571	16
Mulungu do Morro	0,407	0,566	17
Itaguaçu da Bahia	0,449	0,562	18
América Dourada	0,453	0,561	19
Gentio do Ouro	0,510	0,559	20

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013 (Com dados dos Censos 2000 e 2010.)

Essa breve caracterização revela os principais aspectos do Território de Irecê, contornando o objeto desta investigação, mostrando, portanto, a realidade do espaço onde vivem os agricultores e agricultoras familiares. Abaixo apresentamos o caminho metodológico trilhado para a execução da pesquisa.

1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O método científico pressupõe uma experiência perceptiva singular em relação à realidade. Segundo Medeiros (2009, p. 04), as técnicas de pesquisa que compõe o método científico têm como seu principal papel elevar a observação, aprimorar, afinar e fornecer precisão aos sentidos do cientista. “As experiências perceptivas são dependentes do contexto em que está inserido o observador e dos instrumentos (teorias, conceitos e técnicas) que ele emprega na sua relação com o mundo”.

Concordamos com a ideia de Queiroz (1992) ao afirmar que todo estudioso é engajado nas questões que lhe atraíram atenção, não sendo fortuitos o interesse do pesquisador em determinados problemas, a perspectiva em que se coloca para formulá-los, a escolha dos instrumentos de coleta e análise do material.

Para a realização dessa pesquisa social utilizou-se uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, com várias técnicas de investigação com o intuito de analisar a contribuição das políticas públicas PRONAF, PAA, PNAE, ATER e P1+2, que tem como foco fortalecer a agricultura familiar, avaliando a contribuição dessas políticas nas condições de vida dos agricultores e agricultoras familiares do Território de Irecê.

Pope e Mays (1995 apud Queiroz 2012, p. 68) afirmam que “os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos apresentam procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos”.

Nos tópicos seguintes descrevemos os instrumentos definidos para essa pesquisa, o plano amostral, o processo de coleta e interpretação dos dados, que definiram o escopo da pesquisa e o planejamento para sua realização.

1.2.1 Instrumentos da pesquisa

Para a realização da pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas de investigação: revisão bibliográfica, análise documental, ficha descritiva e questionário padronizado. A revisão bibliográfica consistiu no aprofundamento das dimensões teóricas do Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Políticas Públicas estabelecidos como esteira teórica da pesquisa.

A análise documental foi empreendida com materiais dotados de informações para propiciar o entendimento e análise do objeto em questão. Segundo Oliveira (2009) a análise documental ocupa um papel fundamental nas pesquisas sociais e está baseada no recolhimento e interpretação de dados obtidos a partir de registros diversos, com destaque para os documentos escritos, contemporâneos ou retrospectivos. A partir da análise dos Censos Demográficos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ano 2006, Censo Demográfico (IBGE) anos 2000 e 2010, Sistema de Informações Territoriais (SIT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território de Irecê (PTDRS); Mapa de Oportunidades do Território de Irecê (2010) e Banco de Dados da Fundação Palmares (FCP) do Governo Federal e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) , foram produzidos os dados secundários da pesquisa.

Outro instrumento utilizado que auxiliou na obtenção de dados foram as Fichas Descritivas (Quadro 01) para sistematização de informações sobre as políticas públicas elencadas como objeto da investigação.

O modelo analítico foi elaborado com o intuito de sintetizar, a partir das informações disponíveis nos órgãos oficiais do Governo Federal responsáveis pela execução das políticas em estudo, as informações relevantes que dessem conta do universo de investimentos, municípios contemplados, entidades e órgãos executores em nível territorial dessas políticas. Buscou-se dados a partir da criação da política, tentando abarcar o universo dos últimos 10 anos (2003-2013), considerando sempre a data de criação de cada uma delas. A sistematização dos dados obtidos nas fichas foi organizada no Capítulo 3 deste trabalho, como forma de caracterizar a execução das políticas nos municípios do Território e auxiliar na interpretação das informações colhidas junto aos agricultores e agricultoras.

Quadro 01 – Roteiro para construção de Ficha Descritiva

Ficha Descritiva das Políticas Públicas para Agricultura Familiar
Título da Política
Ano de Formulação
Área Temática
Objetivo
Órgão Executor em Nível Federal
Órgão/Entidades executoras no Território de Irecê
Início da execução no Território
Estimativa de recursos aplicados no Território/ano
Municípios do Território que acessam
Famílias atendidas/ano
Participação da sociedade civil na gestão e controle social

Fonte: Elaboração do autor

O questionário foi outro instrumento utilizado na pesquisa de campo junto aos agricultores familiares, a partir de amostragem estratificada para universo finito. De acordo com Weisheimer (2009 p.01) “o questionário é um instrumento de pesquisa social que permite a construção de informações de modo padronizado, sendo adequada às abordagens extensivas e objetivas da metodologia quantitativa”. Utilizamos nesta pesquisa o questionário com perguntas fechadas para produção dos dados primários. O questionário de perguntas fechadas é aquele em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas. O entrevistado deve responder à alternativa que mais se ajusta às suas características, ideias e ou sentidos.

Após a definição dos instrumentos foi definido o Plano Amostral da pesquisa, conforme tópico abaixo.

1.2.2 Plano Amostral

O público pesquisado foi formado por agricultores familiares com DAP Ativa e que no ato da entrevista estavam participando de alguma das cinco políticas ou haviam participado no último ano, ou seja, 2014. A decisão de entrevistar agricultores que nos anos recentes acessaram as políticas foi no intuito de garantir a memória dos agricultores e agricultores ao relacionar as contribuições dessas políticas e a melhoria da qualidade de vida.

Para viabilizar a coleta de dados, a amostragem foi do tipo aleatória e estratificada, utilizando o método Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT), onde cada cidade

representou um estrato e os indivíduos entrevistados foram subdivididos de acordo com a principal política pública acessada. O intervalo de confiança estimado é de 95% (noventa e cinco por cento) e um erro de estimação de 5,0 pontos percentuais para mais ou para menos no universo.

Quadro 02 – Fórmula para dimensionamento amostral com população finita

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Onde:

- n = Número de indivíduos na amostra
- $Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.
- p = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar.
- q = Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que estamos interessados em estudar (q = 1 – p).
- E = Margem de erro ou ERRO MÁXIMO DE ESTIMATIVA. Identifica a diferença máxima entre a PROPORÇÃO AMOSTRAL e a verdadeira PROPORÇÃO POPULACIONAL (p).
- N = Número de indivíduos na população

Após a aplicação da fórmula no total de 44.850 agricultores com DAP ativa obtivemos o número da amostragem. O número total de agricultores foi calculado com base no banco de dados do MDA, sendo o registro realizado no dia 15 de março de 2015.

Quadro 03 – Detalhamento da Amostra

População Estimada	44.850 Agricultores
Data Referência	15/03/2015
Média de agricultores /cidade	2.243 Agricultores
Amostra	330 Agricultores

Fonte: KR Pesquisas/NEDT/CNPQ

A pesquisa foi realizada no Território de Irecê-BA, envolvendo os 20 municípios que o compõe. Abaixo (Quadro 04) foi realizada a especificação do número de agricultores por cada município do território para na sequência calcular o número de questionários respeitando a proporcionalidade do número de agricultores em cada um deles. A decisão de realizar nos 20 municípios do Território se deu em função de ter a representação de todos os municípios, garantindo que a concentração da pesquisa não ficasse nos municípios mais próximos da sede, garantindo a proporcionalidade a partir do número de agricultores por município.

Quadro 04 – Número de Agricultores familiares a partir da DAP

Município	DAP Ativa
América Dourada	2.791
Barra do Mendes	1.881
Barro Alto	1.819
Cafarnaum	2.568
Canarana	2.552
Central	2.578
Gentio do Ouro	1.172
Ibipeba	1.826
Ibititá	3.338
Ipupiara	1.521
Irecê	805
Itaguaçu da Bahia	1.804
João Dourado	2.368
Jussara	2.361
Lapão	3.438
Mulungu do Morro	1.927
Presidente Dutra	2.542
São Gabriel	2.584
Uibaí	1.673
Xique-Xique	3.302
Total	44.850

Fonte: KR Pesquisas/NEDT/CNPQ

Após a definição do número da amostra e da estratificação por município do Território, a partir da proporcionalidade do número de agricultores familiares existentes com DAP ativa em cada um, definimos o número de questionários a serem aplicados por município (Quadro 04) e a quantidade total de incidência das políticas públicas nos referidos questionários (Quadro 05).

Quadro 05 -Estratificação da amostra por Cidade

Localidade	Amostra
América Dourada	21
Barra do Mendes	14
Barro Alto	13
Cafarnaum	19
Canarana	19
Central	19
Gentio do Ouro	9
Ibipeba	13
Ibititá	25
Ipupiara	11
Irecê	7
Itaguaçu da Bahia	13
João Dourado	17
Jussara	17
Lapão	25
Mulungu do Morro	14
Presidente Dutra	19
São Gabriel	19
Uibaí	12
Xique-Xique	24
TOTAL	330

Fonte: KR Pesquisas/NEDT/CNPQ

A incidência de questionários por política foi realizada de forma equitativa, para ouvir proporcionalmente agricultores e agricultoras beneficiários das políticas elencadas como objeto de análise. A título metodológico e com o objetivo de respeitar a proporcionalidade desenhada neste roteiro, os casos em que os agricultores acessaram mais de uma política foi levado em consideração a política acessada no momento da entrevista e a que possui mais tempo e computado como 1 (um) questionário, não desconsiderando o fato do agricultor acessar mais de uma política, inclusive garantindo a interpretação do resultado do conjunto de entrevistados que acessaram mais de uma política no processo de análise dos dados.

Quadro 06 - Estratificação da amostra por Política Pública

Programa	Amostra
PRONAF	66
PAA	66
PNAE	66

PNATER	66
P1+2	66
Total	330

Fonte: KR Pesquisas/NEDT/CNPQ

Por fim, tendo a quantidade de municípios, número de questionários por município e divisão equitativa por política pública realizamos a estratificação por política pública em cada cidade (Quadro 07), tendo, portanto, o roteiro de aplicação dos questionários no campo de incidência da pesquisa.

Quadro 07 - Estratificação da amostra por Política Pública em cada Cidade

LOCALIDADE	PROGRAMA	AMOSTRA
América Dourada	PRONAF	4
	PAA	5
	PNAE	4
	PANATER	4
	P1+2	4
Total América Dourada		21
Barra do Mendes	PRONAF	5
	PAA	0
	PNAE	0
	PANATER	5
	P1+2	4
Total Barra do Mendes		14
Barro Alto	PRONAF	3
	PAA	4
	PNAE	2
	PANATER	2
	P1+2	2
Total Barro Alto		13
Cafarnaum	PRONAF	4
	PAA	0
	PNAE	5
	PANATER	5
	P1+2	5
Total Cafarnaum		19
LOCALIDADE	PROGRAMA	AMOSTRA
Canarana	PRONAF	5
	PAA	0
	PNAE	5
	PANATER	4

	P1+2	5
Total Canarana		19
Central	PRONAF	3
	PAA	5
	PNAE	4
	PANATER	4
	P1+2	3
Total Central		19
Gentio do Ouro	PRONAF	3
	PAA	0
	PNAE	3
	PANATER	3
	P1+2	0
Total Gentio do Ouro		9
Ibipeba	PRONAF	2
	PAA	4
	PNAE	3
	PANATER	2
	P1+2	2
Total Ibipeba		13
LOCALIDADE	PROGRAMA	AMOSTRA
Ibititá	PRONAF	4
	PAA	7
	PNAE	4
	PANATER	5
	P1+2	5
Total Ibititá		25
Ipupiara	PRONAF	2
	PAA	3
	PNAE	2
	PANATER	2
	P1+2	2
Total Ipupiara		11
Irecê	PRONAF	1
	PAA	2
	PNAE	2
	PANATER	1
	P1+2	1
Total Irecê		7
Itaguaçu da Bahia	PRONAF	3
	PAA	4
	PNAE	2
	PANATER	2

	P1+2	2
Total Itaguaçu da Bahia		13
João Dourado	PRONAF	3
	PAA	5
	PNAE	3
	PANATER	3
	P1+2	3
Total João Dourado		17
Jussara	PRONAF	3
	PAA	5
	PNAE	3
	PANATER	3
	P1+2	3
Total Jussara		17
Lapão	PRONAF	4
	PAA	7
	PNAE	5
	PANATER	4
	P1+2	5
Total Lapão		25
LOCALIDADE	PROGRAMA	AMOSTRA
Mulungu do Morro	PRONAF	3
	PAA	0
	PNAE	4
	PANATER	3
	P1+2	4
Total Mulungu do Morro		14
Presidente Dutra	PRONAF	3
	PAA	6
	PNAE	3
	PANATER	3
	P1+2	4
Total Presidente Dutra		19
São Gabriel	PRONAF	3
	PAA	6
	PNAE	3
	PANATER	3
	P1+2	4
Total São Gabriel		19
Uibaí	PRONAF	2
	PAA	3
	PNAE	3
	PANATER	2

	P1+2	2
Total Uibaí		12
Xique-Xique	PRONAF	6
	PAA	0
	PNAE	6
	PANATER	6
	P1+2	6
Total Xique-Xique		24
Políticas	PRONAF	66
	PAA	66
	PNAE	66
	PANATER	66
	P1+2	66
Total Geral		330

Fonte: KR Pesquisas/NEDT/CNPQ

Com o planejamento amostral concluído foi iniciado o trabalho de campo para coleta dos dados da pesquisa, conforme especificado abaixo.

1.2.3 Coleta dos dados

A coleta foi realizada entre os dias 15 de maio e 30 de junho de 2015. Para realização da mesma a pesquisa contou com a colaboração do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) do Território de Irecê, projeto apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que prevê além de outras ações o apoio a pesquisas que tenham como objeto a produção de dados e informações científicas sobre as temáticas Agricultura Familiar.

Utilizou-se a amostragem bola de neve, onde o entrevistador estabelece contato inicial com alguns sujeitos previamente identificados como membros do grupo que se pretende estudar e estes sujeitos põem o investigador em contato com outros membros desse grupo e assim sucessivamente. (Bracarense, 2009). As organizações executoras disponibilizaram listas de beneficiários e pontos amostrais para busca ativa. Também foi solicitado apoio dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Organizações não Governamentais operadoras de políticas públicas de agricultura familiar e órgãos de governo que detinham lista de beneficiários das políticas envolvidas no estudo para identificar

endereços das propriedades rurais, diante das dificuldades de acesso. A parceria do NEDET com o Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF/UFRB) garantiu os recursos necessários para a constituição de uma equipe de colaboradores vinculados ao núcleo, além de garantir todos os dispêndios necessários ao trabalho de campo nos 20 municípios que compõem o Território de Irecê. A coordenação da equipe de campo ficou sob a responsabilidade da autora da pesquisa.

Figura 04 – Bolsista NEDET durante coleta de dados em Mulungu do Morro



Fonte: Banco de Imagens da Pesquisa

Figura 05 – Bolsista NEDET durante coleta de dados município Cafarnaum



Fonte: Banco de Imagens da Pesquisa

Figura 06 – Bolsista NEDET durante coleta de dados município João Dourado



Fonte: Banco de Imagens da Pesquisa

Figura 07 – Autora durante coleta de dados em Mulungu do Morro



Fonte: Banco de Imagens da Pesquisa

Os colaboradores inicialmente passaram por uma capacitação realizada pela coordenação em parceria com o NEDT no dia 07 de abril de 2015, com o intuito de apresentar o referencial teórico e metodológico do estudo, o instrumento de coleta, ou seja, o questionário estruturado e o quadro de distribuição da amostragem por município. Na ocasião foram divididas as equipes e foi construído o cronograma de coleta de dados no período proposto. Foi

apresentada ainda a plataforma para recebimento dos dados em software específico. Ao todo foram selecionados 15 (quinze) colaboradores para o trabalho de campo, além da autora.

No dia 08 de abril de 2015 foi realizado um pré-teste do instrumento de coleta de dados (questionário padronizado) no município de Irecê com o intuito de avaliar o formato e conteúdo para possíveis ajustes. Nessa ocasião foram entrevistados 05 (cinco) agricultores familiares, representando as 05 (cinco) políticas públicas, objeto de análise no estudo. Após o pré-teste realizamos a revisão do questionário e da plataforma de recebimento dos dados para iniciar definitivamente a coleta nos municípios. Após os ajustes as equipes se deslocaram para campo, totalizando 45 dias de trabalho, período superior aos 30 dias previstos inicialmente.

1.2.4 Análise dos dados

A interpretação dos resultados ocorreu a partir das frequências e cruzamentos utilizando-se do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Após a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados para montagem do Banco de Dados Políticas Públicas e Agricultura Familiar no Território de Irecê NEDT/CNPQ/MDA.

Os dados secundários e primários desta pesquisa foram analisados a partir de duas técnicas: a análise de conteúdo e análise de estatística descritiva, relacionando as técnicas com os objetivos específicos da pesquisa. Na visão de Gomes (1994), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise visando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, para obter indicadores qualitativos e quantitativos. De acordo com Ludke (1986) a análise dos dados, de uma forma geral, é a fase mais formal e ocorre após o encerramento da coleta de dados.

Nesta etapa do estudo, com o objetivo de comparar as políticas públicas de acordo com o grau de contribuição de cada uma para a agricultura familiar no Território de Irecê-Ba, tornou-se necessária a criação de indicadores a partir do questionário elaborado.

Para a interpretação dos dados foram definidos indicadores para avaliar a contribuição das políticas públicas para agricultura familiar e suas respectivas variáveis, conforme descritos abaixo (Quadro 08), que auxiliaram nos procedimentos de análise das estatísticas mensuradas no questionário. Nesse sentido, foram elencados os indicadores de 1) Produção; 2) Segurança Alimentar e Nutricional; 3) Acesso a Mercados; 4) Renda e; 5) Sucessão

Geracional. Para cada um deles, foram definidas 4 (quatro) variáveis para auxiliar na análise das contribuições relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa.

A partir dos indicadores foram traçadas as variáveis de análise a formulação da metodologia de análise da contribuição de cada política para os mesmos.

Quadro 08 – Indicadores e variáveis para análise

INDICADORES	VARIÁVEIS
1. Produção	1. Principal produto da UPF e o volume da sua produção na última safra;
	2 Produção do principal produto após o acesso à política;
	3 Diversidade da produção e criação na UPF;
	4 Diversificação dos produtos na UPF após o acesso à política.
2. Segurança Alimentar e Nutricional	5. Origem da aquisição da base alimentar da família;
	6. Regularidade do consumo dos produtos da UPF, sendo eles beneficiados ou não.
	7. Utilização de adubos e/ou defensivos químicos nos produtos da UPF que são consumidos;
	8. Consumo de produtos da UPF após o acesso à política.
3. Acesso a mercados	9. Tipo de comercialização dos produtos da UPF;
	10. Total da produção destinado para a comercialização;
	11. Principal forma de comercialização dos produtos da UPF, antes de acessar a política pública.
	12. Formas de comercialização dos produtos da UPF;
4. Renda	13. Origem da renda de sua família;
	14. Volume da renda total da família mensalmente;
	15. Volume da renda agrícola mensal da família;
	16. Volume da renda agrícola após o acesso à política.
3. Sucessão Geracional	17. Quantidade de filhos que trabalham na UPF;
	18. Expectativa sobre a sucessão na gestão da UPF;
	19. Expectativa de quem fará a sucessão;
	20. Interferência da política para permanência dos filhos na agricultura familiar;

Fonte: Elaboração do autor

Foram realizados cruzamentos entre as políticas públicas analisadas e conferido as contribuições com relação aos indicadores acima propostos, com predominância de três tipos básicos de variáveis: Quantitativa contínua, Dicotômica e Múltipla. Para possibilitar as

comparações através de indicadores, cada variável foi tratada de forma diferenciada conforme seu tipo. Todos os itens acima foram aferidos para cada uma das cinco políticas públicas em estudo.

Nas variáveis Quantitativas Contínuas (itens 03, 14 e 15) foi calculada a média aritmética, sendo que para cada caso do item 03 calculou-se a média da quantidade de cada diversidade produzida. Já no caso dos itens 14 e 15, calculou-se a média ponderada (método utilizado para dados agrupados). Com as variáveis Dicotômicas utilizou-se apenas as respostas afirmativas para o cálculo dos indicadores que foram baseados nas frequências de casos em cada uma das políticas. Em relação às variáveis múltiplas tornou-se necessária a criação de ranking para ponderar e pontuar cada alternativa.

Para o cálculo dos indicadores, utilizou-se a seguinte metodologia: para dados quantitativos calculou-se a média para cada política pública e dividiu-se pela média global. Nos demais casos somou-se a pontuação obtida por cada política pública e dividiu-se pelo total global.

Desta forma, a título de exemplo do processo metodológico de cálculo dos índices temos os exemplos para dados quantitativos (Quadro 09), dicotômicos (Quadro 10) e Múltiplos (Quadro 11):

Quadro 09 – Exemplo de cálculo para dados quantitativos

Produto	Itens produzidos					
	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Milho	58	57	52	56	62	285
Feijão	42	37	41	42	46	208
Mamona	38	33	34	31	41	177
Média das médias	69,00	63,50	63,50	64,50	74,50	223,33
ITEM (03)	0,309	0,284	0,284	0,289	0,334	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Quadro 10 – Exemplo de cálculo para dados dicotômicos

Origem da renda	P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Renda Agrícola	60	62	60	63	60	305
Artesanato	2	4	5	2	2	15
Salários (Regime CLT ou	6	9	7	15	9	46

contratos em órgãos)						
Bolsa Família	40	43	48	39	47	217
Total de unidades	108	118	120	119	118	583
ITEM (13)	0,185	0,202	0,206	0,204	0,202	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Quadro 11 –Exemplo de cálculo para dados Múltiplos

Adubos Químicos	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Sempre utilizamos Multiplicou-se por 0	0	0	0	0	0	0
Às vezes utilizamos Multiplicou-se por 1	6	9	11	13	13	52
Utilizamos uma única vez Multiplicou-se por 2	4	8	2	12	4	30
Nunca utilizamos Multiplicou-se por 3	174	147	150	120	138	729
Total de unidades	184	164	163	145	155	811
ITEM (07)	0,227	0,202	0,201	0,179	0,191	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Vale lembrar que os dados acima são apenas para exemplificar, alguns deles estão incompletos, portanto, não se deve tirar conclusões com base nas mesmas.

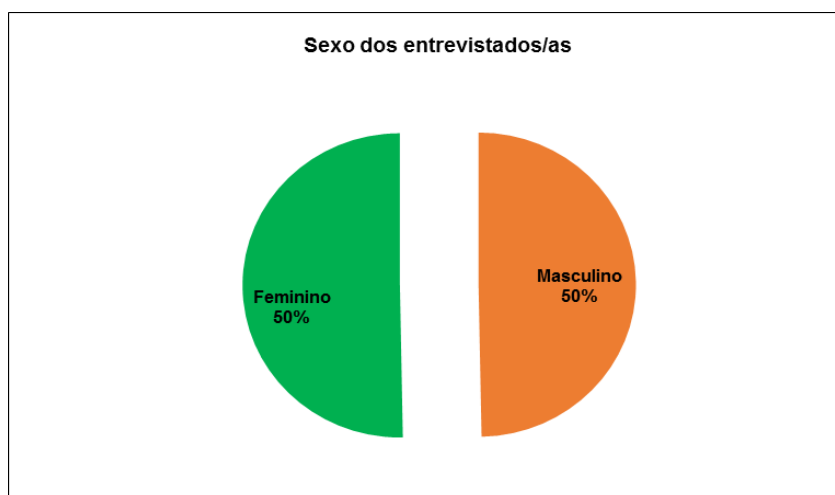
Assim, obtivemos um indicador que avaliou as cinco políticas públicas de forma igualitária, onde quanto maior o indicador, maior foi a contribuição daquela política naquela variável. Seguindo este roteiro, e calculando os valores de cada uma das variáveis estabelecidas, um outro cálculo se tornou-se necessário para que pudéssemos encontrar um valor com base no indicador principal. Desta forma utilizou-se a média das variáveis que compuseram cada indicador. Por fim, a média global dos cinco Indicadores de cada política pública foi considerado neste estudo como o Indicador de Contribuição para a agricultura familiar.

1.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Para uma melhor apreciação dos resultados apresentamos inicialmente um perfil dos entrevistados/as. Para isto foram consideradas as seguintes variáveis: 1) sexo; 2) faixa etária 3) grau de escolaridade; 4) estado civil; 6) número de filhos/as; 7) local de residência e; 8) auto identidade étnico-racial.

A categoria sexo foi a primeira a ser elencada para caracterizar o perfil dos 330 entrevistados/as na pesquisa. Historicamente existe um debate sobre a diferença na proporção de homens e mulheres ocupados na agricultura. Ela está em conformidade com uma maior restrição à participação feminina na agricultura e com a tendência de masculinização do meio rural. Estamos explicitando isso para salientar a importância do (Gráfico 02) em que aparece quantitativamente equilibrado os percentuais sobre o sexo, que demonstra 50% dos entrevistados são do sexo masculino e 50% do sexo feminino, revelando que no âmbito dos entrevistados/as que acessam as políticas públicas para agricultura familiar existe protagonismo das mulheres como beneficiárias.

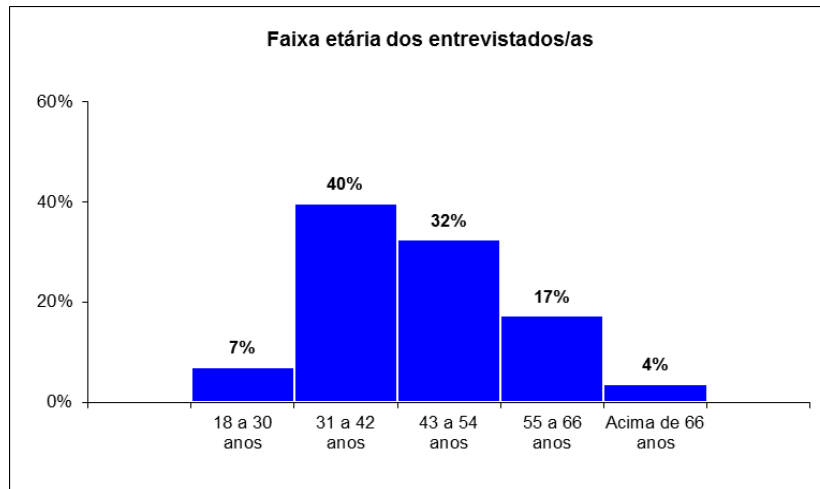
Gráfico 02 – Percentual de Homens e Mulheres entrevistados/as



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

Outro ponto fundamental foi a distribuição etária entre os entrevistados/as (Gráfico 03), que se manifestou da seguinte maneira: 7% na faixa etária de 18 a 30 anos, 40% a parcela dos entrevistados de 31 a 42 anos, 32% de 43 a 54 anos e 17% de 55 a 66 anos. Apenas 4% estão acima de 66 anos de idade. Nesse sentido, a grande maioria dos entrevistados/as (89%) que acessam as políticas públicas para agricultura familiar são adultos, demonstrando o pouco acesso dos jovens e idosos do Território de Irecê ao conjunto de políticas estudadas (PAA, PNAE, ATER, PRONAF e P1+2). O dado inicial já aponta a necessidade aprofundamento sobre questões de geração no território, principalmente sobre o perfil dos jovens agricultores familiares e as condições de vida dos idosos no campo, que poderá compor uma agenda posterior de pesquisas e estudos a serem realizados. Para esta pesquisa, o grande número de adultos demonstra que o desenho das políticas estudadas tem como foco este público.

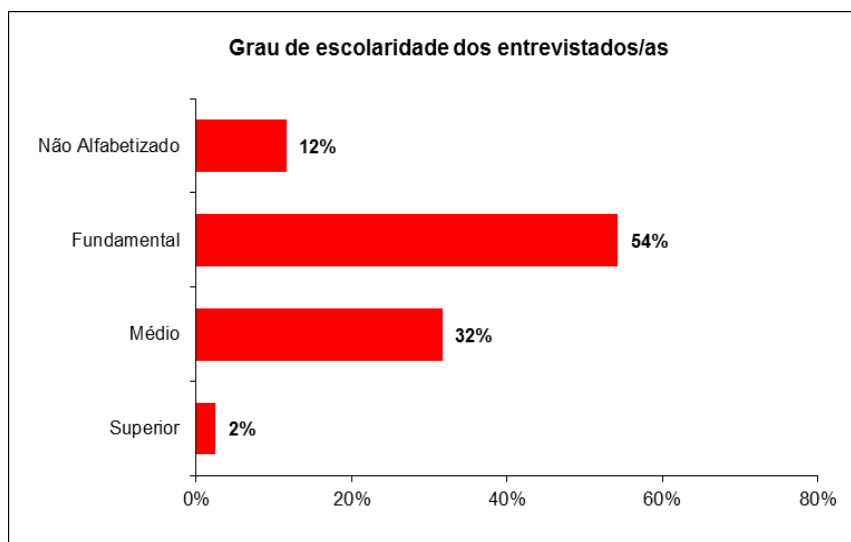
Gráfico 03 – Faixa Etária dos entrevistados/as



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa/2015

Com relação ao grau de escolarização (Gráfico 04), do total de entrevistados na pesquisa 12% responderam que não são alfabetizados, enquanto 54% possuem o ensino fundamental e 32% o ensino médio. Apenas 2% estão no ensino superior. Este dado é importante para traçarmos o perfil dos agricultores e agricultoras familiares, visto que os resultados confirmam ainda os altos índices de analfabetismo para esta categoria, bem como o baixo acesso ao ensino médio e superior. Ao relacionarmos estes dados, percebemos que sendo a grande maioria dos entrevistados adultos, boa parte desses não foram alfabetizados ou possuem apenas o ensino fundamental, que nos números abaixo somam 66% do total.

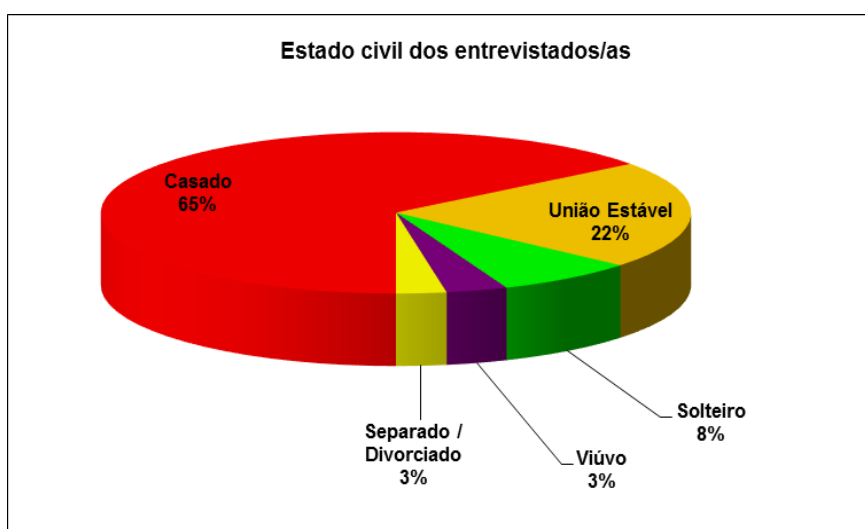
Gráfico 04 – Escolaridade dos entrevistados/as



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

O estado civil dos entrevistados (Gráfico 05) permite-nos afirmar que predomina a condição de casado entre os entrevistados/as, com 65% dos entrevistados casados e 22% com união estável, somando 87% do total. Nesse quesito, 8% é solteiro, 3% viúvo e 2% separado/divorciado. Essa revelação corresponde plenamente com o predomínio de pessoas entre 30 e 66 anos entrevistados/as, visto que o casamento é símbolo da vida adulta.

Gráfico 05 – Estado Civil dos entrevistados/as

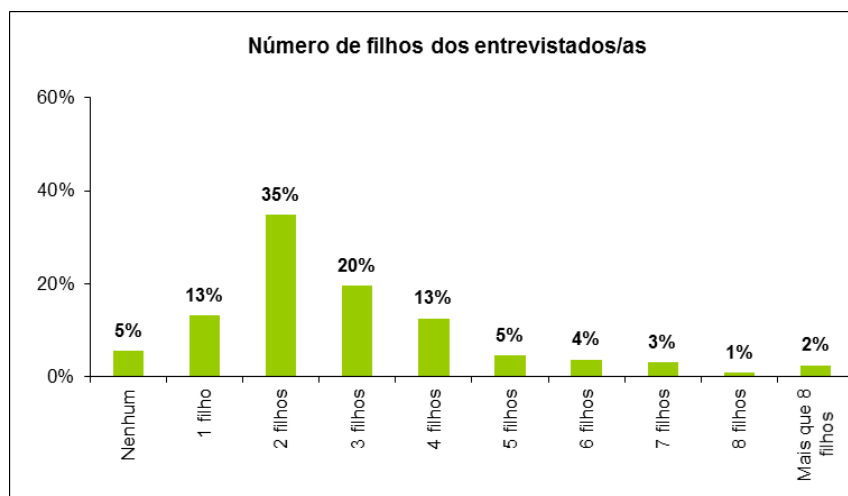


Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

Como podemos observar abaixo (Gráfico 06) a quantidade de filhos dos agricultores e agricultoras entrevistados/as revelou os seguintes dados: 5% não possui filhos; 13% possui apenas 1 filho; 35% possui 2 filhos; 20% possui 3 filhos; 13% possui 4 filhos; 5% possui 5 filhos; 4% 6 filhos; 3% possui 7 filhos; 1% possui 8 filhos e; 2% possui mais de 8 filhos.

Os dados mostram, portanto, que 95% possuem filhos, com destaque para os que possuem entre 1 e 4 filhos/as, que somaram 81% do total. Destaque ainda para as famílias com 8 ou mais filhos que representaram apenas 3% dos entrevistados/as. Esses números demonstram que a realidade dos agricultores e agricultoras do Território de Irecê se modificou ao longo do tempo, acompanhando uma tendência da sociedade brasileira em geral, que foi a redução da taxa de natalidade e a formação das famílias com um número menor de filhos e filhas.

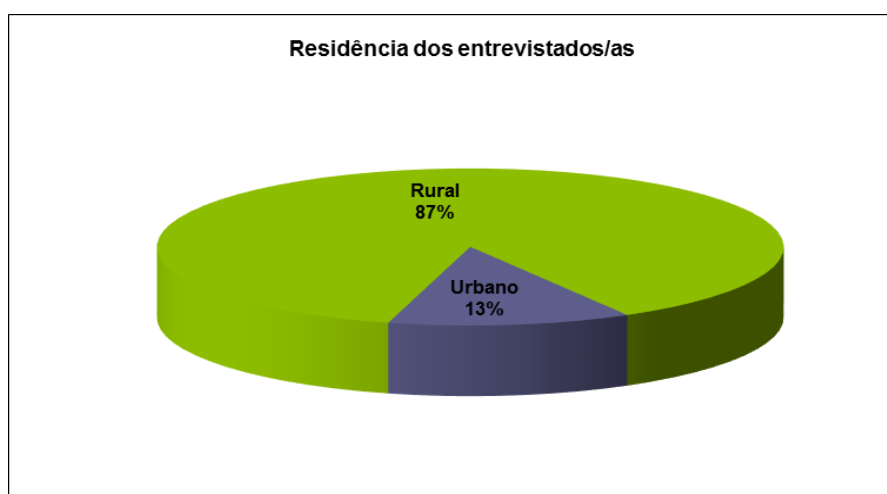
Gráfico 06 – Quantidade de filhos por entrevistado/a



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

Outro aspecto importante, por se tratar do público de agricultores e agricultoras que acessaram políticas públicas é o lugar de moradia. Os entrevistados são oriundos dos 20 municípios do Território de Irecê, sendo que 87% responderam que residem na zona rural, e 13% da zona urbana (Gráfico 07). Isso condiz com o caráter do Território de Irecê, que possui a maioria dos municípios com menos de 20 mil habitantes, com fortes características rurais e com a própria categoria de trabalho dos entrevistados/as que estão ocupados na agricultura familiar.

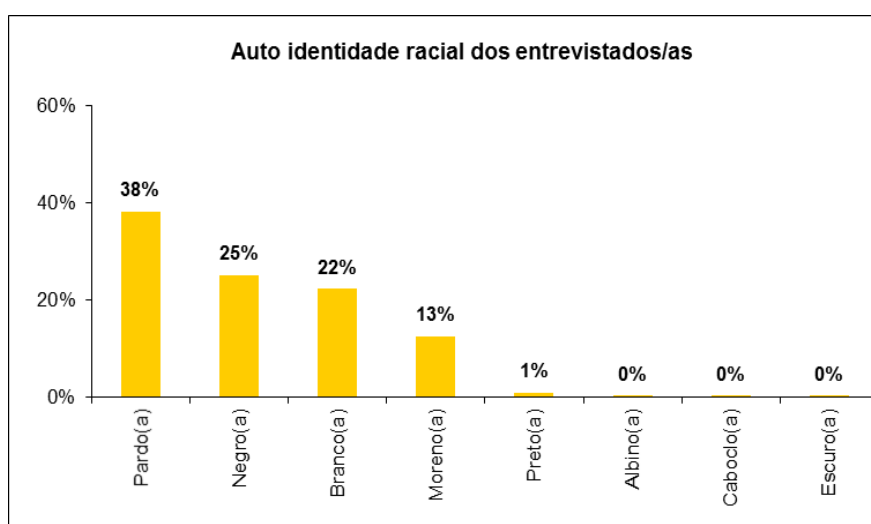
Gráfico 07– Residência dos entrevistados/as



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

Com relação às características étnicas raciais dos agricultores e agricultoras em foco, houve incisivas respostas para os Pardos/as com 38%, seguindo dos Negros/as com 25%, Brancos/as 22%, Morenos/as com 13% da totalidade e Preto/a com apenas 1%. É importante ressaltar que as nomenclaturas surgiram a partir do questionamento aos entrevistados/as, já que eles expressavam no ato da entrevista o auto reconhecimento. Algumas nomenclaturas não atingiram margem para garantir o percentual mínimo de 1%, que é o caso de Albino, com apenas 1 entrevistado entre os 330. A somatória dos que se auto declararam Pardos, Negros, Morenos e Preto atingiu 77% dos entrevistados, fato que denota uma preponderância de afrodescendentes no meio rural do Território de Irecê.

Gráfico 08– Auto Identidade Étnico-Racial dos entrevistados/as



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

Desse modo, como resumo do perfil dos entrevistados/as podemos considerar que os dados apontam para boa participação das mulheres agricultoras como beneficiárias de políticas públicas, já que os dados apresentaram paridade no número de homens e mulheres, revela uma presença massiva de adultos, com escolaridade nos níveis fundamental e médio e tendo entre 1 e 4 filhos em sua maioria. A moradia da maior parte é na zona rural e a auto-identidade revela que a maioria são afrodescendentes. Esse perfil inicial nos ajuda a pensar e interpretar a realidade dos agricultores e agricultoras do Território de Irecê, identificando esses sujeitos, as características principais para organizar a análise do conjunto de dados sobre as contribuições das políticas públicas na vida dessas famílias. Abaixo, apresentamos como a

construção dessa pesquisa foi organizada, para revelar os principais resultados da investigação.

1.4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para dar conta do problema, objetivos e pressupostos, a presente pesquisa está estruturada em quatro capítulos, contando com esta introdução, além de possuir tópicos para as considerações finais e apêndices. Na sequência apresentaremos os capítulos 2, 3 e 4 com o intuito de demonstrar a forma definida para apresentação dos resultados.

O Capítulo 2 discute as articulações entre o modo de produção capitalista e as formas familiares de produção, a fim de apontar a pertinência teórica da categoria agricultura familiar no campo científico e político. Apresenta também uma breve caracterização da agricultura familiar, buscando identificar nas estatísticas recentes um retrato do Território de Irecê no que se refere à esta categoria e traçar, a partir dos dados coletados, o perfil das Unidades Produtivas Familiares, levando em consideração algumas variáveis específicas para revelar os principais aspectos das UPF's, contornando assim a realidade do espaço onde vivem os agricultores e agricultoras familiares, reconhecendo a importância dessa categoria e suas condições de vida. Os elementos específicos e os resultados decorrentes da interpretação desses dados nos auxiliam posicionar o debate sobre o caminho das atuais políticas públicas, assim como as perspectivas para a reprodução social desta forma familiar de vida e trabalho no Território de Irecê. Por fim é realizada a síntese dos resultados e feitas considerações preliminares sobre os temas abordados.

O Capítulo 3 realiza uma discussão teórica sobre o desenvolvimento rural como estratégia que ressurgiu no período recente, no debate acadêmico e normativo, como proposição de ações para aproximar as políticas públicas das populações excluídas do processo de desenvolvimento e apresenta conceitualmente a noção de abordagem territorial. Também neste capítulo discute-se as políticas públicas para agricultura familiar e realiza um panorama das políticas públicas implementadas para fortalecimento da agricultura familiar, descrevendo as cinco políticas do estudo, para finalmente apresentar alguns dados sobre a execução destas no Território de Irecê.

O Capítulo 4 analisa as contribuições das políticas públicas PRONAF, PAA, PNAE, PNATER e P1+2 para a agricultura familiar no Território de Irecê, a partir dos indicadores

pré-estabelecidos, numa perspectiva de ter provocado mudanças das condições de vida das famílias. Foram feitos cruzamentos para indicar entre as políticas selecionadas em que medida estas contribuíram para a melhoria da produção, segurança alimentar, acesso a mercados, renda e sucessão geracional e chegou-se à conclusão de que o PNAE é a política que mais contribui para esse conjunto de indicadores, e, portanto, produz resultados mais positivos para o fortalecimento da agricultura familiar das unidades produtivas das famílias que o acessam. Finalmente, são realizadas algumas considerações sobre o conjunto da análise desenvolvida na pesquisa. São retomados os principais referenciais sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar e os resultados sobre as contribuições das políticas públicas para a agricultura familiar no Território de Irecê-BA, sob a ótica dos agricultores e agricultoras familiares beneficiários/as.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: CAMPO TEÓRICO E EMPÍRICO

A relevância da agricultura familiar em termos econômicos e sociais no Brasil é tema que vem sendo abordado pela literatura de maneira crescente, sobretudo a partir da década de 1990, quando o seu próprio conceito começou a ganhar corpo e ser aceito tanto na academia quanto na sociedade em geral. Esse fato, aliado a toda mobilização das organizações representativas dos agricultores nessa mesma época, permitiu o surgimento de políticas públicas e programas governamentais específicos para a agricultura familiar.

A agricultura familiar é um setor importante na economia e os agricultores familiares são agentes dos processos de transformação pelos quais têm passado a agricultura e o mundo rural, já que esta categoria social vem transformando sua própria existência ao longo da história, adaptando-se ao modo de produção dominante e buscando, ao mesmo tempo, preservar o caráter familiar do processo de trabalho, marca que a distingue de outras categorias no meio rural.

A perspectiva adotada neste capítulo parte do pressuposto de que, para explicar as formas familiares de produção, ou seja, a categoria teórica da agricultura familiar e sua sobrevivência na sociedade moderna é preciso entendê-la no processo geral de acumulação do capital. Dessa forma, para dimensionar estruturalmente o debate, encontramos-nos diante da necessidade de sublinhar a discussão sobre a agricultura familiar e seus desdobramentos a partir das teorias que a sustentam, bem como caracterizar especificamente como essa categoria está configurada no Território de Irecê, lócus da investigação, demonstrando as principais aproximações e distanciamentos da realidade empírica com as teorias expostas.

Nesse sentido, na primeira seção discutem-se as articulações entre o modo de produção capitalista e as formas familiares de produção, a fim de apontar a pertinência teórica da categoria agricultura familiar. Na segunda e terceira seções, com base nos autores brasileiros são definidos alguns conceitos de agricultura familiar e sua emergência nos campos científico e político. Na quarta seção apresenta-se a caracterização da agricultura familiar do território, buscando identificar nas estatísticas recentes um retrato do Território de Irecê no que se refere à esta categoria. À luz destas discussões, na quinta e última seção, apresenta-se o perfil das Unidades Produtivas Familiares do Território, a partir dos dados coletados com 330 agricultores e agricultoras entrevistados, revelando as principais características que as definem, enquanto espaço de vida e trabalho dos agricultores e agricultoras familiares do referido Território.

2.1 BREVE RESGATE DO DEBATE CLÁSSICO SOBRE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA

As dinâmicas promovidas pelo modo de produção capitalista na agricultura transformaram as relações de produção e provocaram processos de diferenciação social. Este tópico propõe-se a discutir. Neste sentido, torna-se imprescindível retornar ao debate sobre o caráter deste modo de produção ancorado na teoria marxista e relacioná-la com a agricultura, foco do nosso estudo, apresentando alguns conceitos de Marx, Lenin e Kautsky.

Para Marx o que define o caráter de um modo de produção é a articulação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, que garante a própria reprodução do modo de produção. O modo de produção capitalista é definido pelo binômio de classes, ou seja, burgueses e proletários, proprietários dos meios de produção que são produto de um trabalho social e vendedores de sua força de trabalho.

Segundo Amin (1977) o conceito de modo de produção em Marx aparece qualificado por algum termo como, escravista, feudal ou capitalista. Isso ocorre porque, em sua análise, Marx não aborda a produção em geral, mas se refere sempre à produção em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas da humanidade. Além disso, é importante considerar que este conceito não se reduz a uma interpretação econômica da sociedade, ou seja, ao processo de produção de bens materiais. Outrossim, trata-se de uma ferramenta teórica que inclui outros níveis de realidade social, como o jurídico, o político e o ideológico, que figuram no plano da superestrutura da sociedade. Ou seja, o modo de produção é um conceito que permite pensar a totalidade social.

Este autor, ao interpretar Marx, explica que no modo capitalista todo o produto social toma a forma mercante, a própria força de trabalho é uma mercadoria e o capital cristaliza-se em equipamento que é também mercadoria, deduzindo que:

[...] 1) que a ideologia específica do modo capitalismo é o economismo, porque a extração do excedente – fruto do sobretabalho dos proletários – que é aqui a mais valia, é opacificada por sua redistribuição *pro rata* dos capitais individualizados (a mais valia assume a forma de lucro e o capital parece “produtivo”); 2) que, por essa razão, a alienação própria do capitalismo é a alienação mercante (já que a dominação da natureza é vencida); 3) enfim, que a instância econômica não é apenas determinante em última instância, mas igualmente dominante”. (AMIN, 1977, p. 11/12)

Marx explica que o que define o capitalismo não é simplesmente a produção de mercadorias, mas precisamente, o fato de que: “1) As mercadorias são produto do capital; 2) a produção capitalista é a produção da mais-valia; 3) é, no fim das contas, produção e reprodução do conjunto da relação, e é através disso que este processo imediato de produção se caracteriza como especialmente capitalista”. (MARX, 2004, p.37 apud WEISHEIMER, 2009 p. 95)

Na obra “O Capital”, voltou sua atenção para a compreensão da natureza do funcionamento do modo de produção capitalista e das relações de produção e de troca que lhe correspondem, a partir das categorias bases que explicam a natureza da sociedade capitalista. Ao relacionarmos a teoria marxista com o tema da agricultura encontramos autores que discutem o fato de que na teoria marxista os camponeses foram referidos como inseridos no “modo de produção parcelaria”, ou seja, produziam uma parcela restrita de terra e estavam integrados parcialmente da divisão social do trabalho. Eram trabalhadores e proprietários dos meios de produção, configurando uma situação atípica no capitalismo, já que não correspondiam a nenhuma das três classes fundamentais do capitalismo na agricultura: o capitalista industrial (lucro), o proprietário fundiário (renda da terra) e o proletário (salário). (ABRAMOVAY, 1999)

Nesse sentido, para pensarmos a discussão marxista e o mundo rural temos que entender essa interpretação de Marx, que via os camponeses como produtores independentes que configuravam uma situação atípica no capitalismo, já que não correspondiam propriamente a nenhuma das classes fundamentais do capitalismo resultantes da divisão entre capital e trabalho. Essa incompatibilidade se dava a partir de contradições como o fato dos camponeses serem ao mesmo tempo proprietários e trabalhadores, serem capitalistas que não visavam a acumulação de capital e serem proprietários de terra, mas não viverem das rendas da especulação fundiária, mas do seu próprio trabalho que tinha valor por ele mesmo atribuído. Por essa reflexão, sendo o campesinato incompatível com a sociedade capitalista moderna, na concepção do autor esta categoria tenderia inevitavelmente a desaparecer, visto que devido à propriedade privada dos meios de produção, toda sociedade tenderia a cindir-se nas classes capitalista e proletária.

Dessa forma, não encontramos uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos deste autor, apesar deste ter se dedicado ao estudo da especificidade da agricultura no

capitalismo ao abordar a condição camponesa através da experiência inglesa², mas no capital existem apenas indícios do que seria esse debate, que posteriormente foi abordado pelos clássicos marxistas Lênin e Kautsky, que lançaram importantes obras em 1899. Lênin desenvolveu um estudo em que realiza a diferenciação entre capitalistas e proletários à qual estariam sujeitos os camponeses, anteriormente apresentada por Marx. Kautsky buscou demonstrar a superioridade econômica e técnica da grande propriedade em relação à pequena exploração familiar, que tenderia ao esgotamento de sua capacidade de reproduzir-se.

Em “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” Lênin começa a formular sua teoria sobre a produção capitalista na agricultura apoiado em uma concepção marxista. O autor insiste que o campesinato em sua forma antiga deixará de existir, sendo substituído por novos tipos de população rural que compõe a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Nesse sentido, Lênin (1982, p. 113) defende que “o camponês está inteiramente subordinado ao mercado e depende dele tanto para o seu consumo pessoal como para sua atividade”, estando vinculado fortemente ao capitalismo.

Para o autor o campesinato irá extinguir-se e haverá uma divisão no seio da população rural, sendo que o camponês poderá se transformar em uma dessas duas formas de diferenciação social: burguês, detentor dos meios de produção e acumulador de capital; ou proletário, empobrecido, despossuído dos meios de produção e vendedor de sua força de trabalho.

A inspiração na tradição marxista fez Lênin concluir que o sentido do desenvolvimento da agricultura é a expropriação dos meios de trabalho do camponês pobre, reduzindo-o apenas a uma força de trabalho que seria ofertado do mercado de trabalho rural ou urbano, portanto, tornando-se um assalariado, num processo de proletarização irreversível.

A contribuição de Kautsky no debate sobre capitalismo e agricultura foi através de sua obra “A Questão Agrária”, onde pela mesma inspiração marxista o autor faz uma leitura diferente de Lênin sobre o processo de desenvolvimento da agricultura.

Kautsky relata o processo de transformação da racionalidade da produção camponesa, a partir de uma reflexão sobre o camponês da Idade Média, que era agente de uma sociedade econômica bastada em si própria (produzia seu alimento, fabricava suas roupas e instrumentos

² No Capítulo XXIV do Livro I de “O Capital” Marx analisa como a terra foi expropriada da população rural (Marx, 1973, p.624)

de trabalho). Explica que esse processo foi intensamente modificado com a superioridade da indústria urbana introduzida pelo avanço do capitalismo, que entre outras consequências dissolveu a indústria doméstica do camponês, agora dependente do mercado para sua sobrevivência, adentrando num processo de migração e proletarização.

Com a proletarização dos camponeses Kautsky afirma que ocorrerá cada vez mais necessidade de dinheiro, que faz com que os camponeses reduzam a venda do excedente de seus produtos e vendam o excedente do seu tempo, aumentando as pequenas explorações e com a aproximação maior da indústria e da agricultura ocorrerá uma relação de subordinação agrícola ao grande capital industrial (insumos), numa lógica onde o camponês torna-se agente que deve atender as demandas da indústria.

Ao analisar os clássicos Abramovay (1992) indica a não existência de uma discussão específica sobre a questão agrária e sobre a existência do campesinato nas obras de Marx, Lênin e Kautsky, apesar de admitir que partindo delas é possível determinar a natureza e a origem dos rendimentos camponeses.

[...] O fato é que, embora Marx tenha consagrado uma parte importante da sua energia ao estudo da especificidade da agricultura no capitalismo, não é nem de longe em torno das conclusões por ele alcançadas no livro III d'O Capital, nem nas longas partes consagradas ao tema nas teorias da mais-valia que se organizou os trabalhos de Lênin, de Kautsky e as discussões que tanto a social democracia alemã como a russa realizou durante mais de três décadas sobre o assunto. (ABRAMOVAY, 1992)

O autor afirma que não existe nada neste trabalho que contemple o eixo de articulação da questão agrária debatida no século XIX, ou seja, a produção familiar na agricultura, suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista. A crítica de Abramovay vai coadunar com a afirmação posterior de que o camponês caminha inevitavelmente para sua extinção, dando lugar a um novo personagem que teria assumido a condição de produtor moderno totalmente integrado ao mercado e que racionaliza ao máximo sua produção, denominando-os de agricultor familiar.

Levando em consideração a contribuição dos clássicos, Schneider (2003, p. 26) aponta para a necessidade de reconhecer na abordagem marxista o “mérito de mostrar como determinadas formas sociais são superadas ou eliminadas, à medida que avança o processo de divisão social do trabalho na sociedade capitalista e indicar como aparecem novas categorias

em seu lugar”. Para este autor, nenhuma outra tradição teórica do pensamento social foi capaz de produzir interpretações tão vigorosas e abrangentes sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e as transformações nas sociedades rurais e agrárias como a de Karl Marx.

2.2 O DEBATE BRASILEIRO SOBRE CAPITALISMO E AGRICULTURA

Neste tópico apresentamos os marcos conceituais que sustentam a noção de agricultura familiar com foco no debate brasileiro, a fim de interpretar e analisar as políticas públicas implementadas para esta categoria, que está imbricada no próprio contexto de domínio do modo de produção capitalista na agricultura.

No Brasil tivemos um debate profundo nas décadas de 1950 até meados do final da década de 1960 que chamou atenção do mundo acadêmico e também do ambiente político da época, via confrontação de duas correntes de interpretação da “questão agrária brasileira” que buscavam explicar o caráter do desenvolvimento capitalista com base no referencial marxista clássico apresentado acima.

Os defensores da primeira corrente analisavam a realidade agrária sob resquícios feudais se constituindo, portanto como um entrave ao desenvolvimento do capitalismo, onde ganharam destaque as ideias de Alberto Passos Guimarães e Moises Vinhas. Do outro lado estavam os defensores da tese de que no Brasil nunca existiu feudalismo, mas ao contrário, de que o capitalismo era predominante no país e estava cada vez mais se desenvolvendo no campo e que as relações de produção existentes não eram entrave, mas um certo tipo de capitalismo dependente, sendo os principais defensores dessa tese Caio Prado Júnior, Rui Marini e André Gunder Frank. Nesses estudos, o termo “campesinato” era tido como um conjunto de diferentes tipos de minifúndios caracterizados pela produção de subsistência que aparecem em oposição ao latifúndio. As duas categorias representavam a estrutura agrária brasileira.

A partir da década de 1970, a literatura marxista sobre a agricultura e o mundo rural ganhou novo impulso e passou a ser difundida nos principais centros universitários. Essa mudança parece estar fortemente relacionada, naqueles anos, à própria ascensão acadêmica do marxismo enquanto um método científico de análise social. Em razão disso, houve um deslocamento da questão agrária original discutida pelos clássicos para uma reflexão acerca

das características e particularidades do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Nessa década houve um deslocamento no debate sobre “a questão agrária” tratada nas décadas anteriores e o conjunto de proprietários de pequenos lotes deixaram de ser denominados como minifundiários para tornarem-se pequenos produtores. A ascensão deste novo termo se deu à medida que crescia a intervenção do Estado de fazer frente à proliferação de movimentos políticos identificados com as lutas do campesinato e a emergência de uma ideologia que pregava a modernização tecnológica desses estratos sociais.

Para Porto e Siqueira (1994) a utilização do termo pequena produção contribuía para afastar a politização dos debates, já que minifundiário remetia às contradições existentes com o termo oposto, ou seja, o termo latifundiário, sendo apenas operacional e associado à caracterização de realidades empíricas dos grupos estudados, ao contrário de campesinato que guardava um sentido teórico.

Os anos de 60 e 70 também foram marcados pelas políticas de modernização da agricultura com apoio do Estado visando a introdução de inovações tecnológicas no campo para aumentar a produtividade agrícola, que modificou a organização da produção e as relações sociais. Wanderley (2009, p.45) ressalta que o desenvolvimento da agricultura brasileira impulsionada nesse período resultou “na aplicação de um modelo modernizante de tipo produtivista, sobre uma estrutura anterior, tecnicamente atrasada, predatória dos recursos naturais e socialmente excludente”, denominada de modernização conservadora³.

Em 1980 o rápido processo de transformação tecnológica da agricultura brasileira impulsionada pela modernização fez surgir novos termos como “integrados” e “excluídos”, acrescentados à noção de pequeno produtor da década de 70. Schneider (2003) aponta que integrados seriam aqueles produtores que conquistaram elos de ligação com as agroindústrias e os mercados consumidores e excluídos seriam os pequenos produtores que ficariam de fora do processo introduzido pela modernização conservadora. O autor afirma que essas categorias reforçaram a matriz teórica marxista clássica, que explica claramente a expansão do capitalismo para o campo de modo indireto, subordinando os pequenos produtores à sua

³ Segundo Wanderley (2009) a modernização da agricultura foi o resultado de um “pacto social”, assumido entre o Estado e os grandes proprietários de terra do país, cuja expressão foi o estatuto da terra, comungando para dois projetos distintos que pretendiam eliminar as formas de minifúndio e latifúndio, através do estímulo à empresa rural a partir de dois projetos: a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. fundiários), com predomínio do proprietário sobre o produtor, sendo a propriedade da terra um elemento organizador da atividade agrícola.

lógica e provocando processos de diferenciação social. Também na década de 80 emergiu no campo brasileiro novos movimentos sociais, inclusive com a retomada do debate sobre as lutas pela reforma agrária, sufocada pela ditadura militar na década de 60, com o surgimento do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST).

O termo agricultura familiar em sua concepção atual só ganhou destaque enquanto categoria analítica a partir de meados de 1990, com a efervescência do debate tanto na esfera acadêmica, quanto no ambiente político com o pano de fundo da redemocratização brasileira. Algumas das contribuições que surgiram no período e que afirmaram a categoria da agricultura familiar serão discutidas a seguir.

2.3 POR UMA DEFINIÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR

Especificamente a partir da década de 1990 foi ampliada a discussão sobre agricultura familiar enquanto categoria social. Essa ascensão no país surgiu tanto no campo acadêmico, quanto no campo político, correspondendo a uma convergência de esforços para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de reprodução social, diante de efeitos de interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário, a partir do modelo adotado em décadas anteriores, baseado na modernização conservadora, já discutida anteriormente. Neste tópico vamos apresentar as contribuições de três autores que debateram o tema com importantes contribuições para as ciências sociais, bem como o debate no ambiente político da época, que colocou a agricultura familiar como categoria síntese dos movimentos sociais do campo.

No campo acadêmico, mais especificamente nas ciências sociais convém ressaltar as contribuições de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1999) ao revelar que a experiência da ascensão da agricultura familiar ocorria a partir da centralidade do debate sobre a importância decisiva do trabalho da família, que já vinha sendo reconhecido e legitimado em países desenvolvidos. Integrando o rol de autores que tiveram importantes contribuições para a conceituação da categoria agricultura familiar, destacamos também as contribuições de Wanderley (2001).

José Eli da Veiga na obra “O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica” (1991) utilizou metodologia analítica, conjuntural e comparativa, para demonstrar a evolução da agricultura nos países de capitalismo avançado, apontando que não são os critérios

socioeconômicos, mas o movimento histórico que criou a agricultura familiar nesses países no decorrer do século XX. Para o autor o fato ocorreu com a mudança de comportamento de alguns governos a partir de 1920, que passaram a colocar à disposição da agricultura familiar todos os meios que ela necessita para se desenvolver. A partir disso, juntamente com a cristalização da renda fundiária na formação do preço da terra, é que a agricultura familiar moderna surgiu, se adequando as circunstâncias que geravam lucro.

[...] o maior ou menor predomínio da agricultura familiar durante a expansão do capitalismo industrial, no século XX, está diretamente ligado às características da intervenção do Estado nos mercados agrícolas. Procurou-se mostrar que os principais condicionantes dessa intervenção tenderam a reduzir bastante a rentabilidade corrente das atividades agropecuárias, e por isso mesmo, inibiram a expansão da agricultura patronal. A rentabilidade adiada dessas atividades, diretamente ligada ao processo de cristalização da renda fundiária na formação do preço da terra, agiu no sentido de inibir um maior desenvolvimento da agricultura patronal e deixou um grande espaço para o florescimento da agricultura familiar moderna. (VEIGA, 2012, p. 204-205)

Para Veiga (2012) os países do Primeiro Mundo acabaram por apostar nas virtudes da agricultura familiar e, por diversos caminhos, seguiram a via democrática de modernização da agricultura, apontando que a análise da história da agricultura capitalista mostra a constante oposição e coexistência entre as formas familiar e patronal de produção, sendo a primeira a que acabou predominando em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século. Dessa forma, o modelo de agricultura familiar passou por vários estágios de adaptação e estudo para que pudesse realmente dar certo nos países de primeiro mundo.

Por consequência, essa evolução histórica colocou em xeque a definição do camponês, como sociedades em transição de uma fase pré-industrial a industrial e como atores que sofrem contínua adaptação às mudanças que ocorrem em seu entorno e a definição do agricultor familiar, como operantes em mercados de produtos. Nos países de capitalismo avançado esses agricultores estariam expostos a situações de crédito abundantes, de insumos adquiridos na quantidade e formas desejadas, de acesso a informações tecnológicas, de compra e venda de terras e de informação sobre preços. Desta feita, os camponeses só estariam expostos a algumas dessas características e a diferença em relação ao agricultor estaria no grau de integração ao mercado e na limitação desse mercado.

A contribuição da interpretação de Veiga sobre o desenvolvimento da agricultura capitalista situa-se no plano da avaliação da intervenção estatal voltada a modernização nos

países centrais, que ocorreu através de investimentos em pesquisa, extensão, infraestrutura e linhas de crédito, como também por meio de políticas comerciais para regulamentação dos preços dos produtos. Estas políticas apoiaram a produção agrícola na forma familiar e contribuíram decisivamente para o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar com maior incidência de tecnologia e políticas agrícolas que passaram a combater a instabilidade e incertezas, reduzir os preços alimentares ao consumidor e garantir aceitável nível de vida aos agricultores. O autor sugere, portanto, que a partir dessas experiências é possível concluir que para a agricultura familiar se definir no Brasil, o país precisa passar por várias reformas, com maior ação estatal no desenvolvimento da agricultura.

O trabalho de Ricardo Abramovay “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, lançado em 1992, contribuiu para a distinção entre campesinato e agricultura familiar, com destaque na academia exercendo grande influência nos estudos nacionais, visto que trouxe ao conhecimento do público brasileiro a centralidade da forma familiar de produção como característica dos países desenvolvidos. Nesse sentido o autor faz uma discussão sobre o fato de que a integração da agricultura de base familiar ao mercado capitalista implicou em mudanças na vida social, na racionalidade econômica e nos processos produtivos que caracterizavam o campesinato. Abramovay (2012, p. 33) afirma que “Uma agricultura familiar altamente integrada no mercado [...] não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa”.

Para o autor a dupla e fundamental especificidade da agricultura familiar decorre de um lado do seu dinamismo econômico, capacidade de inovação técnica, formas sociais inéditas e do outro o fato de ser um fenômeno generalizado nos países capitalistas a partir da incidência do Estado na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário. Segundo Abramovay (2012) coube, portanto, às políticas agrícolas garantir oferta e estabilidade dos preços, além de produção abundante, ressaltando que:

Na verdade, elas foram a condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados fosse cada vez menor, e, portanto, que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis, uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos de 1970. (ABRAMOVAY, 2012, p.32 –grifo do autor)

Assim, Abramovay considera que os agricultores familiares são integrados ao mercado, capazes de incorporar avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, argumentando que o que antes era modo de vida agora converteu-se em profissão. A definição do agricultor moderno está ligada ao fato deste estar inserido em uma sociedade onde predominam as relações capitalistas de produção e de troca, distinguindo-se da forma camponesa.

Em trabalho posterior o autor define mais incisivamente as características gerais da agricultura familiar afirmando que estas residem no fato de que a gestão do trabalho e da propriedade dos meios de produção encontram-se sob a responsabilidade da família. De acordo com Abramovay (1997) a agricultura familiar pode ser conceituada da seguinte maneira:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p. 03).

Segundo esta proposta, no capitalismo o trabalho agrícola realizado com base em relações familiares e não-salariais denomina-se agricultura familiar, onde nas circunstâncias de um mercado capitalista plenamente desenvolvido, é mais adequado pensar as formas de configuração e reprodução da agricultura familiar, correspondendo a situações em que a propriedade dos meios de produção e a organização do processo de trabalho encontram-se assentadas em bases de relações familiares. O autor destaca que “o peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único na economia”, ressaltando que no capitalismo “não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão se estruturam tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante”. (ABRAMOVAY, 2012, p. 219)

Outro autor que fez importante contribuição para o debate sobre agricultura familiar foi Lamarche. A partir de seu estudo traduzido em dois volumes de “A Agricultura Familiar: comparação internacional” (1991, 1999), o autor apresentou um debate teórico sobre as

formas sociais de produção, que são materializadas diferentemente nos países e áreas devido aos específicos contextos: socioeconômicos, políticos e culturais encontrados nas sociedades pesquisadas. Na obra são apresentados quatro modelos teóricos das unidades de produção: empresa, empresa familiar, camponês ou de subsistência e agricultura familiar moderna. Esses modelos foram definidos pelo autor por um esquema analítico que foi além das análises habituais, ou seja, das observações restritas a produção agrícola, sendo portanto organizado por critérios diversificados com o objetivo de avaliar o peso da família nas lógicas de funcionamento das unidades de produção e os demais critérios com objetivo de analisar o grau de dependência dessas unidades produtivas. Os modelos criados por Lamarche são tipos ideais, baseados em metodologia weberiana e não existem em sua integridade. Sendo assim, nenhuma unidade de produção pode ser classificada exclusivamente a um único modelo, uma vez que elas se materializam pela interface: de um lado o modelo original e de outro o modelo ideal.

A compreensão que o autor faz das realidades estudadas parte dos mesmos critérios utilizados para definir modelos de funcionamento das unidades de produção acrescentando-se a dimensão política/reflexiva que estes agentes sociais têm em relação ao lugar, a si mesmos e em relação ao Estado. Constata-se em Lamarche (1998) que a agricultura familiar moderna é um modelo expressivo no caso brasileiro, pois 43% das suas unidades de produção reproduzem essa forma social de produção, lembrando que nos seus estudos, o Cariri no Nordeste, não correspondeu a essa realidade, haja vista que os latifúndios existentes contribuíram para o desenvolvimento de práticas agrícolas capitalistas.

Todos esses aspectos da realidade brasileira contribuem para manter esses produtores num modo de funcionamento particular, o modo de funcionamento do produtor familiar moderno, mas que não nos parece construído e desejado pelos responsáveis políticos ou pelos próprios agricultores. (LAMARCHE, 1998, p. 332)

Desse modo, pode-se afirmar que o modelo alternativo se desenvolve em contextos intermediários e confirma a hipótese do autor de deduzir que para existir agricultura familiar moderna é necessária a pré-existência do modelo do tipo camponês.

Nazareth Wanderley (2001, p.21) afirma que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural”. Na

concepção da autora, esta categoria ganha um significado e abrangência no Brasil numa perspectiva de novo personagem diferente do agricultor de subsistência e do que se entende como camponês tradicional, assumindo a condição de produtor moderno. Sua elaboração teórica apresenta hipóteses, que além de conceituar esta categoria, faz uma distinção com o campesinato. Assim Wanderley sugere: 1) a agricultura familiar enquanto conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações particulares e específicas; 2) o campesinato assume uma das formas particulares, que corresponde o modo específico de produzir; 3) a agricultura familiar deve adaptar-se ao contexto socioeconômico próprio das sociedades modernas, que reflete modificações importantes na forma de produzir e em sua vida social tradicional; 4) as modificações ocasionadas pela sociedade moderna não trazem a ruptura total e definitiva nas formas anteriores enquanto agricultor que tinha tradição camponesa; 5) o campesinato brasileiro tem frente ao conceito clássico de camponês, características particulares, situações próprias da história social do país e que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna. (WANDERLEY, 2001, p. 22)

Para Wanderley, a agricultura familiar como uma categoria genérica é entendida como aquela em que a família, proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A autora admite que a modernização transformou o campesinato em agricultor. Em outras palavras, o saber tradicional camponês, passado de geração em geração, uma das bases fundamentais de sua identidade social, em função da introdução das novas tecnologias e das novas maneiras de se produzir determinadas pelo novo contexto, já não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico das famílias na agricultura. No entanto, na visão da autora, este processo não se deu de forma homogênea, já que não foram todos os camponeses que passaram por esses processos.

Os estudos que propõem a “evolução” do camponês à condição de agricultor enfatizam as rupturas ocorridas entre a forma de vida do camponês tradicional e a forma de vida desses sujeitos após a modernização. Por seu turno, os estudos que propõem a reprodução do campesinato na sociedade moderna enfatizam os elementos de continuidade, ou seja, as transformações características do camponês tradicional que se mantêm até hoje apesar da modernização.

Diante disso, a proposta de Wanderley é que as análises teóricas sobre o mundo rural sejam feitas num meio-termo entre essas duas perspectivas adotadas, identificando tanto as rupturas quanto os elementos de continuidade. Seu objetivo é mostrar que a categoria

agricultura familiar no Brasil possui uma história camponesa, que é frequentemente esquecida, tendo em vista que o lugar social do campesinato na sociedade brasileira sempre foi negado e não-reconhecido. Propõe, portanto, recheiar o termo agricultura familiar de seu conteúdo histórico e sociológico.

Nas palavras da autora, a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e o campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade. Nessa conjuntura a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais, estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição.

Portanto, Wanderley (2001) considera que a lógica da agricultura familiar não diz respeito somente à atividade de produção de alimentos. Podemos dizer que a agricultura familiar é multifuncional. Ao mesmo tempo em que viabiliza a vida das famílias no campo, com a produção de alimentos e outras matérias-primas para o seu consumo e venda dos excedentes, perpetua uma cultura extremamente rica, com festas tradicionais e artesanato próprio. Além disso, a agricultura familiar contribui decisivamente na manutenção dos conhecimentos tradicionais, preservação das sementes crioulas, proteção dos bens naturais necessários à vida (água, terra e biodiversidade), e pode ainda favorecer o desenvolvimento de outras atividades, como o turismo, a educação popular etc.

No campo político, a ascensão da agricultura familiar emergiu como resultado da pressão política exercida pelos movimentos sociais, em especial a CUT e a CONTAG, para legitimar a atividade no começo dos anos noventa enquanto categoria agricultor familiar, fato que teve como resultado a criação do PRONAF em 1996.

O PRONAF foi criado em 1995 pelo Governo Federal e instituído em 1996 através do decreto presidencial nº 1.946 de 28/06/1996 e legitimou a categoria dos agricultores familiares. O programa destina-se ao apoio financeiro das atividades e serviços rurais agropecuários e não-agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural e possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das

menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. A finalidade do programa é financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Esse principal programa enquadra os produtores rurais como beneficiários de linhas de crédito rural quando atendem aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos quando tratar-se de pecuarista familiar; com 80% da renda bruta anual familiar advinda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento e mantenham até 2 (dois) empregados permanentes – sendo admitida a ajuda eventual de terceiros.

Segundo Gonçalves e Souza (2005), na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação: “propriedade familiar : o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros” e na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais.

A caracterização de agricultor familiar foi definida na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu Art. 3º ao descrever que é empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos de não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) e dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. São também beneficiários desta Lei, segundo consta no § 2º do seu Art. 3º:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - agricultores que

atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011); VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011).

Portanto, é possível concluir, com base no referencial teórico em evidência na década de 90, bem como na legislação brasileira vigente, que as unidades familiares de produção rural possuem as seguintes características: 1) centralidade dos meios de produção; 2) trabalho e gestão assegurados diretamente pelos proprietários (divisão das atividades por sexo e idade); 3) ênfase na diversificação da produção de gêneros alimentícios e multiplicidade de atividades; 4) produção para o mercado e para o autoconsumo (complementação dos rendimentos); 5) valorização dos recursos naturais e culturais (valores e tradições que constituem o patrimônio sociocultural); 6) uso do trabalho assalariado complementar (necessidade estrutural); 7) associação dos rendimentos agrícolas e não agrícolas (aposentadoria, pensão, trabalho temporário fora da propriedade) e; 8) subordinação imediata às condições externas (imprevisibilidade do processo produtivo: oscilações climáticas, pragas e doenças e, principalmente instabilidade de mercado), determinando as estratégias de reprodução e área total menor ou igual a quatro módulos fiscais de terra.

Esse conjunto de situações da agricultura familiar abre caminho para pensarmos como o meio rural no Brasil foi se configurando a partir da maior ou menor presença desta categoria. O Território lócus deste trabalho possui um número considerável da sua população na agricultura familiar, sendo, portanto, espaço de intervenção do Estado na execução de políticas específicas. Nesse sentido, no tópico abaixo faremos uma breve caracterização da agricultura familiar do referido território.

2.4 CARACTERIZAÇÃO EMPÍRICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECÊ

No esforço de caracterização empírica da agricultura do Território de Irecê, com base nas estatísticas recentes é possível revelar os extratos dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares (número e área) e sua estratificação por grupos de área. Levando em consideração essa tipologia, é possível constatar os seguintes dados sobre o Território: O Território apresenta um total de 44.815 estabelecimentos, com área de 1.207.817 ha. Desse total, 41.011 são estabelecimentos familiares (91,5%) que ocupam 45,5% da área total. Já os estabelecimentos da agricultura não familiar são apenas 3.804 (8,5% do total) em uma área de 657.266 ha, que representa 54% do total. Essa caracterização fundiária não foge à regra de concentração de terras presente em todo o estado da Bahia. A agricultura familiar é sempre maior em quantidade de estabelecimentos, mas a concentração de terras ainda permanece nas mãos de poucos, inclusive no Território de Irecê.

Tabela 05 - Estabelecimentos por grupo e área ocupada

Tipo de estabelecimento	Nº Estabelecimentos	Área ocupada	%
Agricultura Familiar	41.011	550.551 ha	45,5%
Agricultura não-familiar	3.804	657.266 ha	54,5%
Total	44.815	1.207.817 ha	100%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

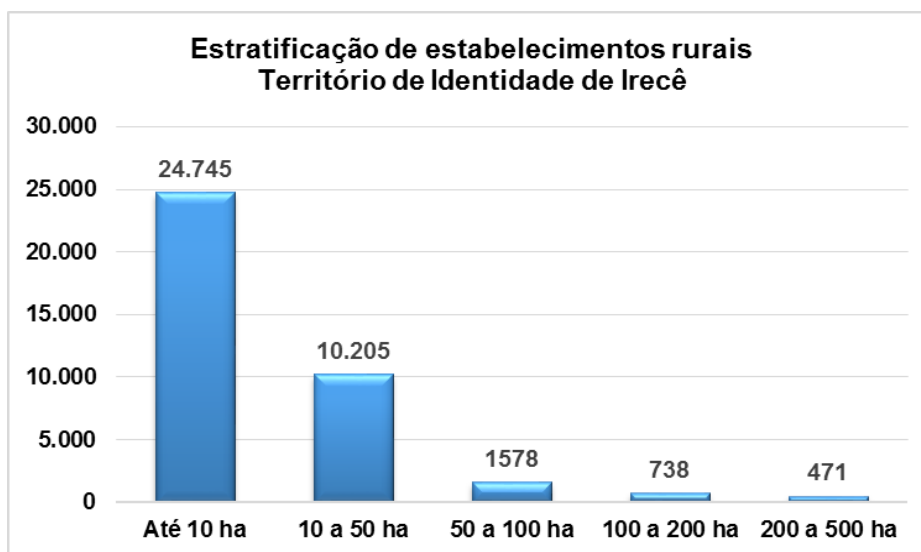
Predomina também no Território o produtor que é proprietário de sua área de produção, independentemente do tamanho da propriedade. Dos 44.815 estabelecimentos rurais, cerca de 37.960 (84,7%) são de produtores proprietários. Já a estratificação dos estabelecimentos no território é a seguinte: 1) 124 estabelecimentos de produtores sem área (0,3% do total); 2) 30.254 estabelecimentos com até 10 ha de área (67,5%); 3) 472 estabelecimentos de 10 a 50 ha (24,8%); 4) 263 estabelecimentos de 50 a 100 ha (4,1%) e; 5) 234 estabelecimentos de 100 a 500 ha (2,8%).

Tabela 06– Estratificação dos Estabelecimentos rurais

Estratificação	Nº produtores	Percentual
Produtores sem área	124	0,3 %
Até 10 ha	30.254	67,5 %
10 a 50 ha	472	24,8 %
50 a 100 ha	263	4,1 %
100 a 500 ha	234	2,8 %
Total	31.347	100 %

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Gráfico 09 – Estratificação de estabelecimentos rurais (estabelecimentos x tamanho hectares)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010

É possível afirmar que esse processo de ocupação dessas áreas ocorreu aliado às características naturais da região, como tipos de solo, proximidade com o Rio São Francisco e as estiagens, determinaram o fluxo migratório da população e a sua estruturação fundiária. Delgado e Lasa (2009) ao realizarem estudo de Caso sobre o Território de Irecê, demonstram que houve “prevalência do poder econômico e político e os recursos a eles associados fizeram com que grande parte do processo de ocupação ocorresse a partir de grilagens, despejos violentos e aquisições fraudulentas”.

Até os anos 1950, a agricultura era desenvolvida em pequenas áreas com sistemas produtivos diversificados que preservavam formas tradicionais de produção e relações de trabalho familiares e comunitárias. A partir daí a atuação do Estado foi fundamental para alterar a configuração da estrutura agrária do Território de Irecê, promovendo políticas de modernização agropecuária que provocaram intensas transformações na organização da base produtiva, nas relações sociais e na configuração do espaço regional. Neste processo de modernização, a cidade de Irecê firmou-se como polo regional, concentrando a população e a maior estrutura de serviços, de atividades econômicas e de órgãos do poder público estadual e federal [...]. (DELGADO E LASA, 2013, p.)

Ao traçarmos o contexto histórico, percebe-se que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) se fez presente na região em 1960, com a meta de

modernizar a agricultura, mas o primeiro órgão público específico para a agricultura foi instalado no território pelos militares, já que foi no período da ditadura que se intensificou o processo de modernização. A Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia trouxe tratores para serem alugados aos proprietários e iniciou o processo de fornecimento de crédito para a aquisição de novos equipamentos, que seriam adquiridos junto a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), que mais tarde transforma-se em Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). Tais órgãos instituíram um plano de assistência técnica e financeira para intensificar o crescimento da produção agrícola da região, plano denominado de “Operação Irecê” e executado pelo Banco do Nordeste. (DOURADO, 2003, p.41)

Dourado (2003) explicita ainda que o crédito agrícola foi um dos principais instrumentos da política agrícola do governo para estimular e acelerar o crescimento agrícola da região de Irecê, à semelhança de outras regiões. Contudo, o crédito agrícola na região foi praticamente exclusivo aos grandes e médios proprietários devido às exigências bancárias de garantia e documentação do imóvel e é claro pela negação da agricultura familiar. Só após o ano de 1976, com a participação do POLONORDESTE é que o acesso de uma parcela de pequenos produtores passa a obter créditos.

Durante as décadas de 70 a 90 os municípios em torno na cidade de Irecê ficaram conhecidos como a “região do feijão”, apesar do plantio do tri-consórcio (milho, feijão e mamona), que garantiu um aumento significativo na produção de milho, feijão, mamona, além do algodão do Estado. Os principais fatores que permitiram o desenvolvimento das culturas foram a fertilidade dos solos e a existência de um lençol aquífero subterrâneo, além de todo aparato químico e industrial trazidos pelos “pacotes” dos governos para o aumento da produção.

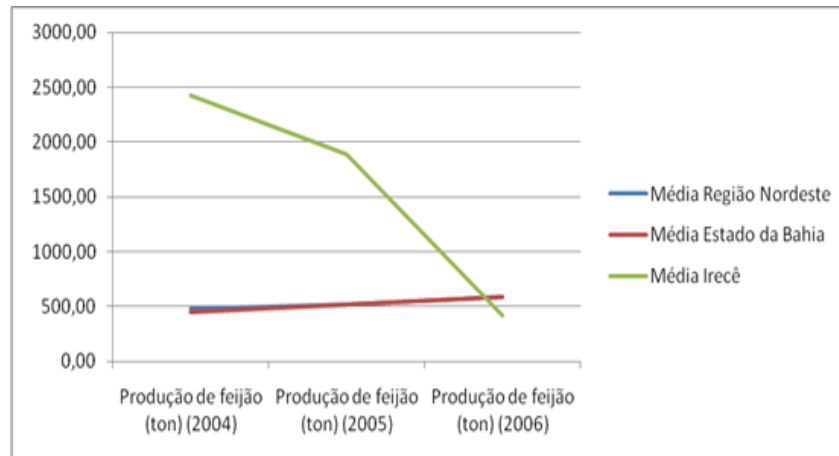
[...] O “boom” do feijão coincide com o que se convencionou chamar de “milagre econômico”, implementado pelos governos militares e pode ser considerado uma cabal demonstração empírica da chamada modernização da agricultura brasileira. Os mecanismos financeiros (crédito, preços mínimos, seguros agrícolas) e de assistência técnica constituíram-se nos principais instrumentos da política governamental para estimular e acelerar o desenvolvimento agrícola da região. Foram quase exclusivamente direcionados aos grandes e médios proprietários, em função do seu peso político e das exigências bancárias de garantia e de documentação dos imóveis rurais. (PTDRS, 2009, p. 64)

Nos estudos da SEI (2003, p.15) é possível encontrar um resumo sobre a caracterização deste período marcado pela a modernização e industrialização da agricultura, que se traduziram fortemente em técnicas de plantio, mecanização e, mais recentemente, no uso intensivo de biotecnologias como as sementes e rebanhos melhorados geneticamente. O modelo assumido pelo governo de crescimento econômico e imposto em toda a Bahia através dos pacotes tecnológicos, “[...] provou grandes impactos ambientais tais como, desertificação dos solos e contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos”.

Na década de 90 a Região de Irecê sentiu profundamente as mudanças ocorridas na macro política, marcada pelo reflexo da reestruturação capitalista das décadas anteriores, avanço do neoliberalismo e retração do Estado. Nesse período ocorre o desmonte dos órgãos de assistência técnica e a redução do crédito para os agricultores. Somou-se a esse processo os impactos ambientais e as crises decorrentes de estiagens relacionadas às mudanças climáticas ocasionando uma crise no modelo de desenvolvimento fundado nas monoculturas do feijão, milho e mamona. Entre os principais problemas destacaram-se o endividamento em massa dos agricultores, compactação dos solos, aumento de áreas desertificadas e perdas de safra das culturas tradicionais.

Ao analisar PTDRS (2009), na qual é possível encontrar um diagnóstico desse momento específico, detecta-se que várias foram as tentativas dos agricultores, em particular os capitalizados com o “boom do feijão” de superar a crise, sendo uma delas o investimento na produção de olerícolas irrigadas, como cenoura, cebola e beterraba nas margens do Rio São Francisco, que apesar de ter sido uma saída para parte dos agricultores também foi realizado com a lógica da monocultura e dos pacotes tecnológicos, com uso indiscriminado de agrotóxicos e abuso da retirada de água dos lençóis freáticos. Para os agricultores familiares que não possuíam capital para investir na irrigação restou a insistência nas culturas de sequeiro, que devido a intensificação dos processos de estiagem não produzem mais como nas três décadas precedentes. Como grande produtora de feijão a partir da década de 70, o Território de Irecê teve uma queda significativa desses números a partir dos anos 2000, ficando abaixo da média da Bahia e Região Nordeste, conforme dados de 2004 a 2006 (Gráfico 10).

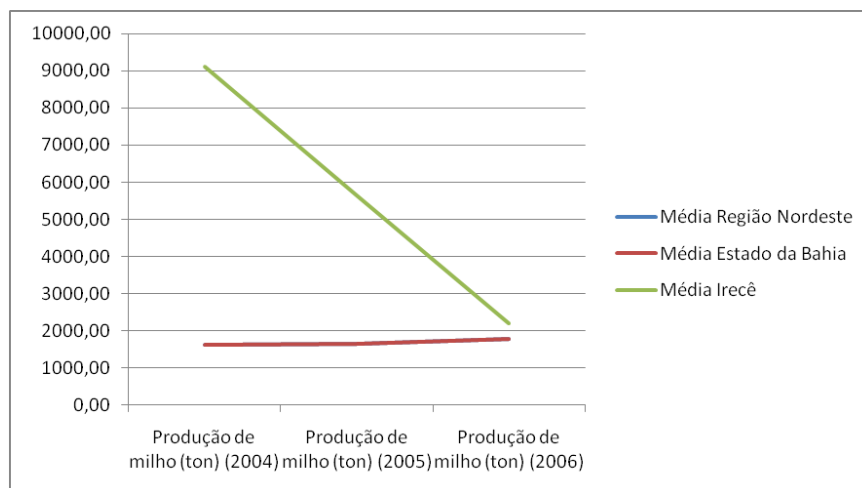
Gráfico 10 - Produção de Feijão no Território Irecê



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (2006)

Com a produção de milho não foi diferente. Uma cultura tradicional das famílias agricultoras, responsável pela base alimentar e referência nas festas tradicionais, o milho também foi estimulado no período da Revolução Verde no Território. Além da base alimentar os agricultores utilizavam essa cultura para alimentação animal. Abaixo, é possível perceber que entre 2004 e 2006 houve uma queda significativa da produção de milho (Gráfico 11), demonstrando o declínio do modelo do tri-consórcio.

Gráfico 11 - Produção de Milho no Território Irecê



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (2006)

Mesmo com esse declínio a partir dos anos 2000, segundo dados do PTDRS (2009, p.46), do ponto de vista da base produtiva agrícola ainda permaneceu a produção de feijão, milho e mamona, acrescentando-se as culturas da mandioca, do sorgo, da cebola e do algodão. A cultura da mamona está presente em quase todo o Território, representando 57% da área

colhida, 46% da produção e 48% do valor da produção dos respectivos totais territoriais. A farinha e os derivados da mandioca são produtos importantes para o consumo familiar dos agricultores e na composição de sua renda, mas o território não tem maior expressão no estado no tocante à área colhida, produção e valor da produção. O sorgo vem sendo introduzido com uma produção expressiva, participando com 28% da área colhida, 32% da produção e 27% do valor da produção em relação ao estado. A cebola irrigada é desenvolvida nas margens do Rio São Francisco. Mesmo participando com 18% da área colhida, 20% da produção e 25% do valor da produção do estado, sofre frequentes crises em decorrência da instabilidade de preços e da concorrência de outros centros produtores do país. Quanto ao algodão, os municípios de Jussara e Itaguaçu da Bahia são responsáveis por 94% da produção e 93% do valor da produção do Território. Em relação à pecuária do estado, o rebanho bovino é pouco expressivo, com uma participação de 2,8% do total, criado de forma extensiva ou semiextensiva. Metade do plantel, 50,1%, localiza-se nos municípios de Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique, destacando-se este último que, sozinho, representa 28% do total do rebanho do Território. Maior expressão têm os rebanhos ovino e caprino, no conjunto do estado: 4,6% e 5,9%, respectivamente, sendo que 42% dos totais territoriais concentram-se nos municípios de Central, Jussara e Xique-Xique.

Tabela 07 - Produção agrícola no Território de Identidade de Irecê no ano de 2013

Produto	Quantidade Produzida (toneladas)	Ranking no Território
Tomate	461800,00	1
Aves	413755,00	2
Bovino	177952,00	3
Ovinos	152756,00	4
Caprinos	110095,00	5
Suínos	64110,00	6
Cebola	57200,00	7
Mandioca	16698,00	8
Leite (vaca)	14774,00	9
Banana	13849,00	10
Mamona	6246,00	11
Mel	3868,00	12
Manga	2778,00	13
Sisal	1362,00	14
Ovos	1060,00	15
Milho	1048,00	16
Maracujá	580,00	17
Feijão	149,00	18
Goiaba	72,00	19
Algodão	0,00	20

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010

Tabela 08 - Produção extrativista no Território de Identidade de Irecê em 2013

Municípios	Umbu (toneladas)	Lenha (metros 3)	Mangaba (toneladas)	Castanha de Cajú (toneladas)	Oleaginosas (toneladas)
América Dourada	45	2400	0	0	0
Barra do Mendes	14	1750	0	0	0
Barro Alto	13	100	0	0	0
Cafarnaum	16	3120	0	0	0
Canarana	20	85	0	0	0
Central	111	157832	0	0	0
Gentio do Ouro	51	132248	15	0	0
Ibipeba	17	1900	0	0	0
Ibititá	10	2000	0	0	0
Ipupiara	12	6585	2	2	1
Irecê	3	300	0	0	0
Itaguaçu da Bahia	58	41679	0	0	0
João Dourado	7	700	0	0	0
Jussara	7	1661	0	0	0
Lapão	7	750	0	0	0
Mulungu do Morro	17	1079	0	0	0
Presidente Dutra	7	110	0	0	0
São Gabriel	5	735	0	0	0
Uibaí	4	80	0	0	0
Xique-Xique	122	580102	0	0	0
Total	546	935216	17	2	1

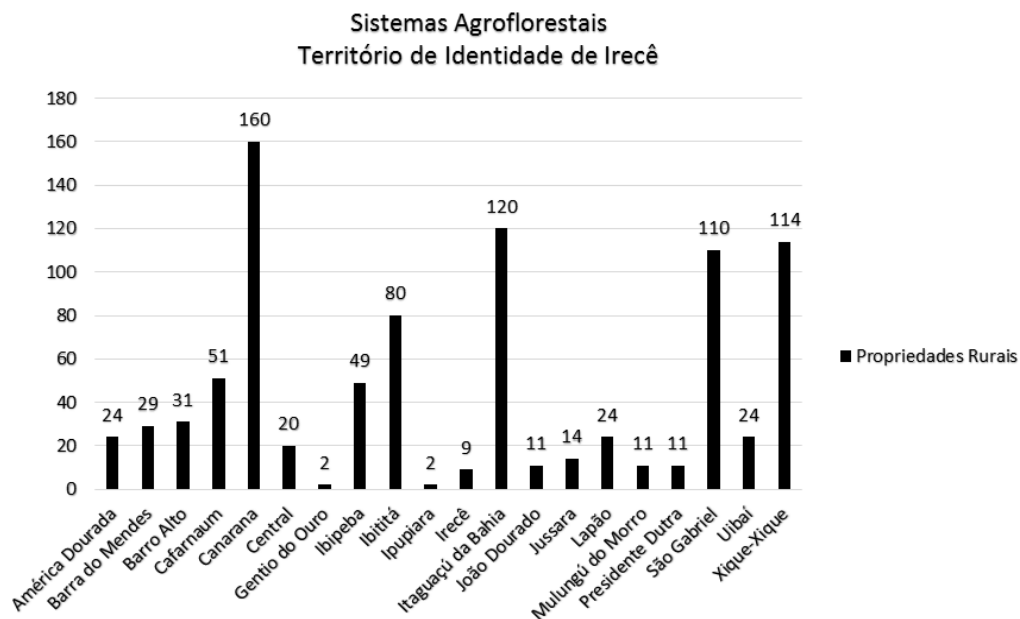
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010

Foi apontado pelo coletivo do Território, através de encontros e debates no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), que as oportunidades para promover o desenvolvimento rural sustentável do território, conforme apontado no documento Mapa de Oportunidades (2011), consiste em aproveitar o potencial da agricultura familiar e das cadeias adaptadas às condições semiáridas, como as da caprinovinocultura, fruticultura, mandiocultura, mamona e biodiesel, apicultura, meliponicultura e piscicultura.

O Território apresenta também potencial para desenvolver sistemas produtivos agroflorestais ou agroecológicos. Atualmente, são mais de 500 agricultores inseridos na transição agroecológica e produzindo em sistemas harmônicos com o meio ambiente. A proposta de Convivência com o Semiárido tem avançado e já é possível encontrar produções de fundo de quintais, policultivos e cultivos agroecológicos, bancos de sementes, hortas comunitárias e agricultores valorizando as frutas nativas para comercialização. Além disso, as

cisternas e demais tecnologias sociais de captação de água da chuva para produção são experiências exitosas que se multiplicam no Território para garantir água para os agricultores e agricultoras produzirem e se reproduzirem enquanto categoria.

Gráfico 12 – Propriedades rurais com sistemas agroflorestais no Território de Irecê



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010

Apesar do avanço da proposta de Convivência com o Semiárido, as possibilidades dos agricultores na busca de outros tipos de renda são reduzidas, visto que a economia local é extremamente dependente da agropecuária. As maiores oportunidades de emprego são proporcionadas pelas ocupações temporárias na agricultura, de sequeiro ou irrigada com baixa remuneração. Isto provoca migrações de jovens e de pais de família para trabalharem no corte da cana no oeste do estado, e na colheita do café, em Minas Gerais e São Paulo.

Ganhou força também nos últimos anos uma discussão sobre estratégias de geração de renda através de atividades não agrícolas, já que o Território possui potencial para desenvolver o turismo de lazer, com cenários que contemplam cachoeiras, pinturas rupestres e outras belezas naturais e o turismo cultural, com as manifestações culturais que incluem grupos de reisado, cantadeiras de roda, cantadores de aboio, São Gonçalo, Pífano, vaquejadas, caretas, quadrilhas, trança fita e artistas da terra. Além dessas atividades, outro importante é o

artesanato, principalmente os desenvolvidos com madeira, casca de coco, fibra de sisal, crochês, fuxico, sementes, folha de bananeira, retalhos, cipó e vários outros.

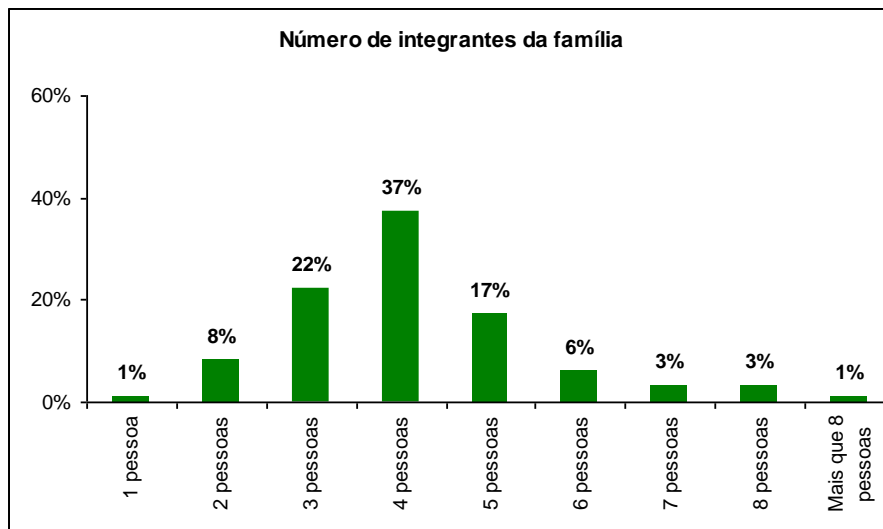
Essa breve caracterização nos coloca diante do debate sobre as condições de vida dos agricultores e agricultoras familiares no interior das suas unidades produtivas familiares. A especificidade das principais características que definem esses espaços de vida e de trabalho serão desenhadas no próximo tópico.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DAS UPF'S NO TERRITÓRIO DE IRECÊ

Ao entrevistar 330 agricultores e agricultoras familiares dos 20 municípios que compõem o Território, foi possível realizar um levantamento do perfil das Unidades Produtivas Familiares (UPF) dos mesmos. Foram consideradas as seguintes variáveis para realização do processo de caracterização: 1) Número de integrantes da família residente na UPF; 2) Sexo dos residentes na UPF; 3) Faixa etária dos residentes na UPF; 4) Nível de escolaridade dos residentes; 5) Composição da família a partir do grau de parentesco dos residentes; 6) Tempo de dedicação ao trabalho na UPF; 7) Posse da Terra pelas famílias; 8) Tamanho das propriedades; 9) Forma de aquisição das terras; 10) Forma de Uso das Terras; 11) Modelo de produção das UPF's; 12) Residência na UPF; 13) Serviços disponíveis na UPF; 14) Benefícios das UPF's e; 15) Destino dos produtos

Com relação ao item 1) Número de integrantes da família residente na UPF's foi perceptível (Gráfico 13) que as famílias possuem em sua maioria 3 (22%), 4 (37%) e 5 pessoas (17%) em sua composição, que representa 76% do total, demonstrando que a quantidade de pessoas por unidade é relativamente média se compararmos com as tradicionais famílias de décadas anteriores, que possuíam um elevado número de integrantes. Isso está expresso nos dados apurados, quando apenas 12% revelaram que possuem entre 6 e 8 integrantes e apenas 1% possui mais de 8 integrantes. A composição das famílias com poucos membros também é baixa para o total de entrevistados/as, com (1%) com 1 pessoa na composição e (8%) com duas pessoas.

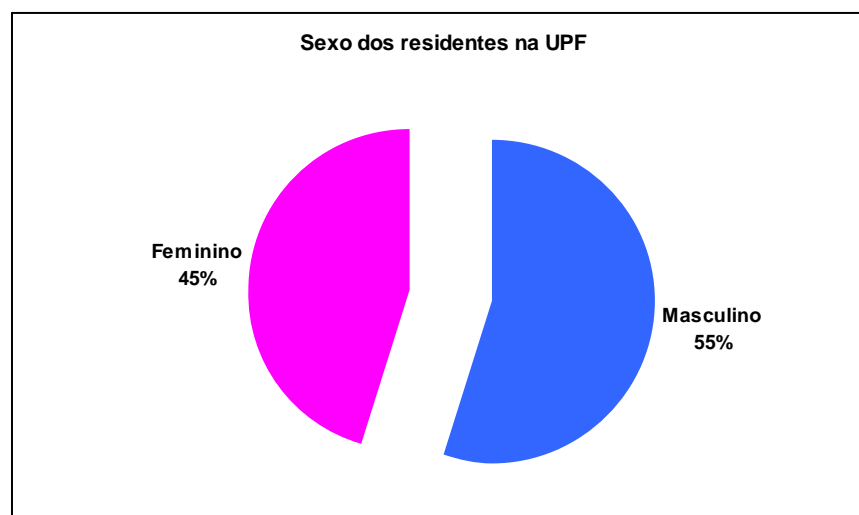
Gráfico 13 – Número de Integrantes da Família residente nas UPF's



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

O item 2) Sexo dos integrantes da família residente na UPF's revelou (Gráfico 14) que 45% é do sexo feminino e 55% do sexo masculino, mantendo equilíbrio entre o número de homens e mulheres, apesar da quantidade de homens ser um pouco maior.

Gráfico 14 – Sexo dos residentes na UPF

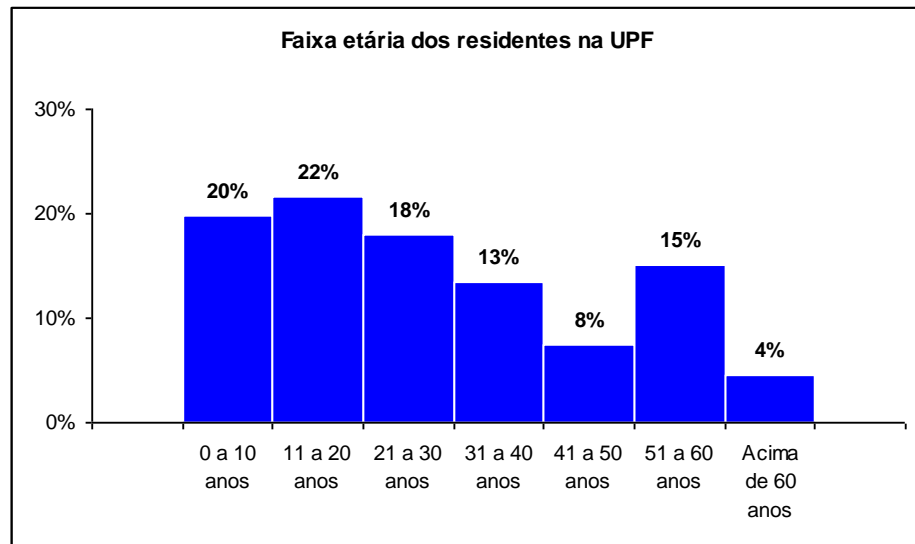


Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

O item 3) Faixa etária dos residentes da UPF (Gráfico 15) demonstra que 20% tem entre 0 e 10 anos; 22% tem entre 11 a 20 anos; 18% tem entre 21 e 30 anos; 13% possui entre 31 e 40 anos; 8% possui entre 41 e 50 anos; 15% tem entre 51 e 60 anos e; 4% possui mais de 60 anos. A junção de alguns intervalos (0 a 30 anos) demonstra que o número de crianças e jovens nas UPF's é expressivo, já que representa 60% das pessoas que residem atualmente. O

percentual de adultos aproximado é 36% e idosos apenas 4%, revelando um extrato importante para pensar políticas públicas para o rural.

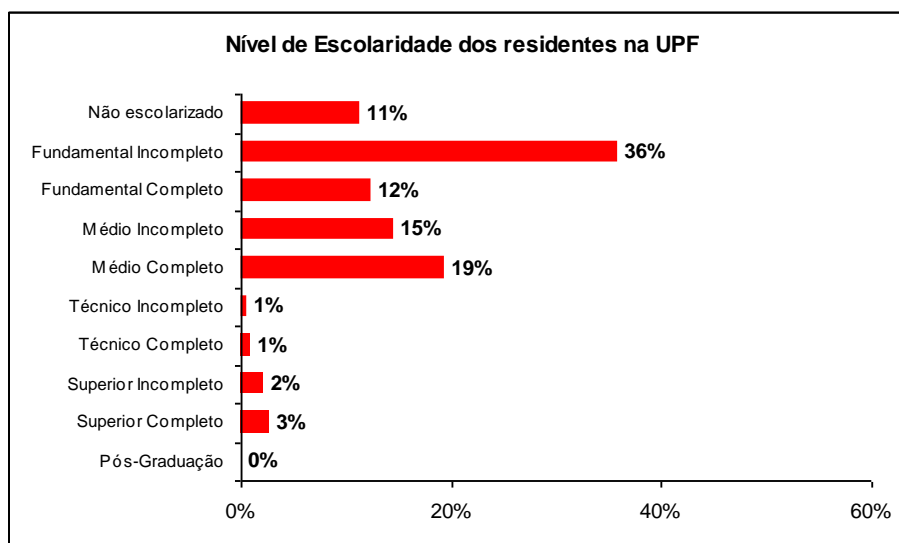
Gráfico 15 – Número de Integrantes da Família residente nas UPF's



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

Com relação ao Nível de Escolaridade dos residentes (item 4) foi possível identificar: 11% não escolarizado; 36% fundamental incompleto; 12% fundamental completo; 15% médio incompleto; 19% médio completo; 1% técnico incompleto; 1% técnico completo; 2% superior incompleto; 3% superior completo e; 0% pós-graduação. Importante perceber que os percentuais de faixa etária têm relações sobre nível de escolaridade, visto que 42% dos residentes tem entre 0 e 20 anos e estão em idade escolar, nos levando a considerar que os dados sobre os níveis fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto estejam representando parte desses entrevistados. O nível técnico incompleto e completo (2%) e superior incompleto e completo (5%) e pós-graduação (0%) nos revela como os índices do terceiro grau ainda são baixos nas famílias da zona rural do Território.

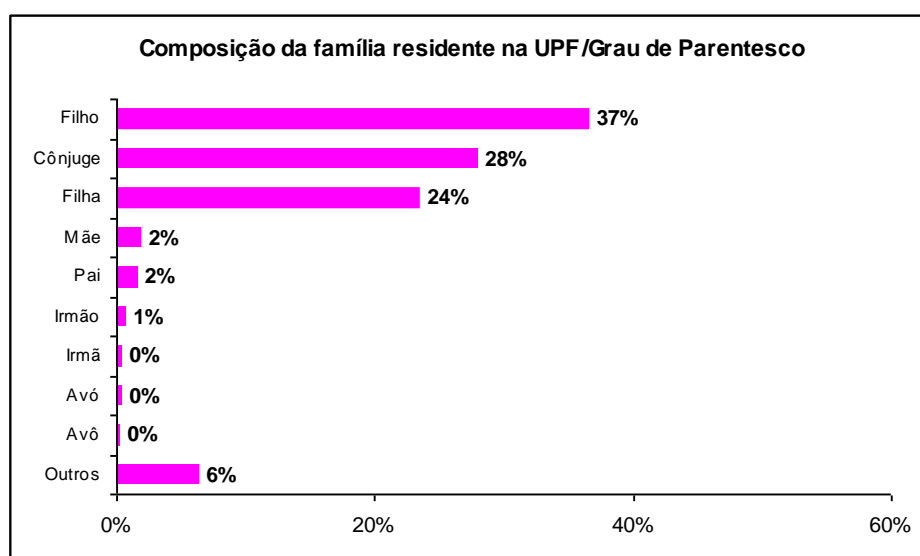
Gráfico 16 – Nível de Escolaridade dos residentes na UPF



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

O item 5) Composição da família residente na UPF (Gráfico 17) demonstra que 61% dos residentes são filhos e filhas e 28% cônjuge, totalizando juntos 89% da composição familiar das unidades produtivas familiares. 4% das famílias ainda tem pais residindo nas casas e 1% possui irmão. Irmã, avô e avó possuem 0% dos dados e outros somaram 6% dos entrevistados.

Gráfico 17 – Nível de Escolaridade dos residentes na UPF



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

O trabalho familiar agrícola foi outro item pesquisado no processo de caracterização das UPF's do Território. Assim, o item 6) Tempo de dedicação ao trabalho na UPF (Tabela 09) traz a representação do período que o entrevistado/a trabalha na agricultura familiar. Os dados mostram que 51,53% dedicam Tempo Integral (6 dias), 23,01% Parcial (4 a 5 dias), 19,33% Parcial (2 a 3 dias) e apenas 3,07% indicou a Parcial (1 dia) e 3,07% assinalou o item Não trabalha, indicando que os entrevistados possuem real ocupação na agricultura familiar, com 74,54% dos entrevistados dedicando entre 4 ou mais dias de trabalho na UPF.

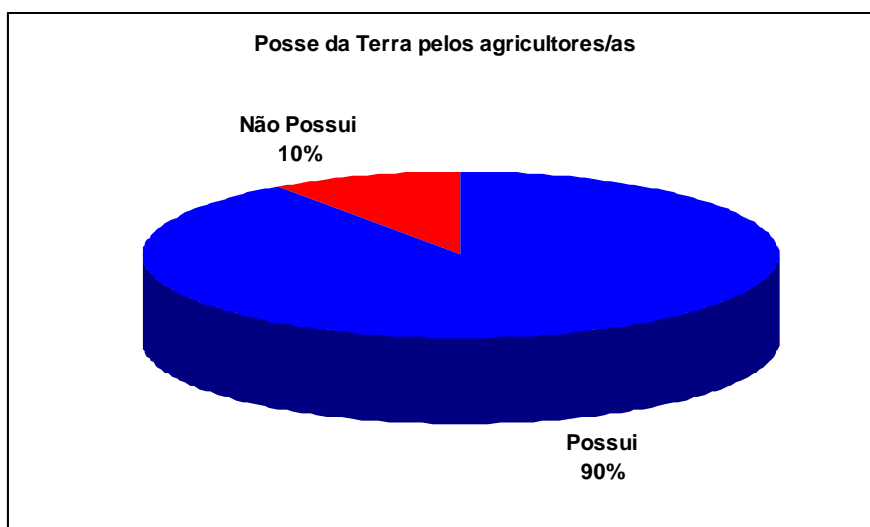
Tabela 09 – Tempo de dedicação ao trabalho na UPF

Tempo na UPF	Total
Tempo Integral (6 dias)	51,53%
Parcial (4 a 5 dias)	23,01%
Parcial (2 a 3 dias)	19,33%
Parcial (1 dia)	3,07%
Não trabalha	3,07%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados Pesquisa

O item 7) Posse da Terra pelos agricultores/as (Gráfico 18) mostra que 90% dos entrevistados/as possuem a posse da terra e 10% não possui, estando ocupados na agricultura familiar a partir de outras formas de trabalho.

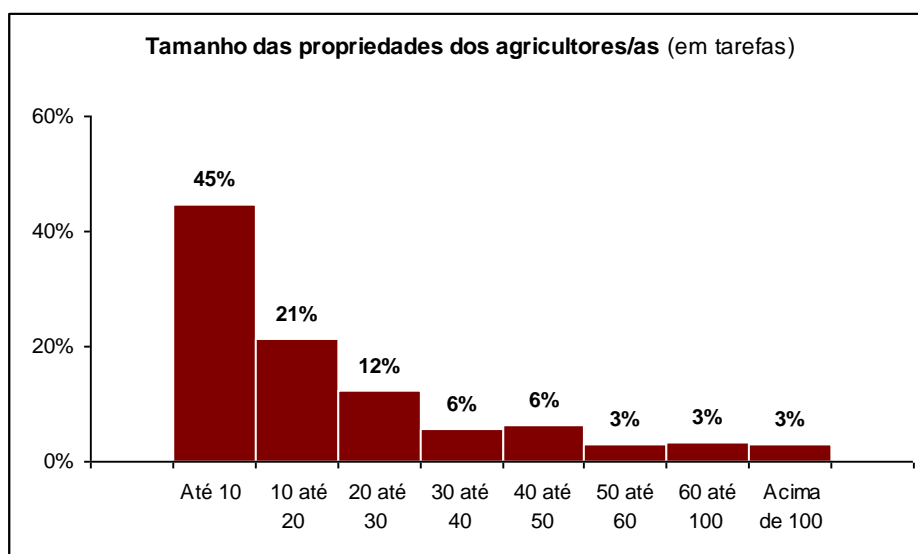
Gráfico 18 – Posse da Terra pelos agricultores/as



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

O tamanho dessas propriedades (item 8) variam entre os entrevistados, com predomínio do minifúndio. Do total de entrevistados (Gráfico 19) 45% possuem até 10 tarefas de terras, 21% entre 10 e 20, 12% entre 20 e 30 tarefas, 6% entre 30 e 40, 6% entre 40 e 50, 3% entre 50 e 60, 3% entre 60 e 3% com mais de 100 tarefas. Somados os percentuais das famílias com até 50 tarefas temos 90% dos entrevistados/as, mostrando claramente que os agricultores familiares detêm a menor parte do total das terras do território.

Gráfico 19 – Tamanho das propriedades dos agricultores/as



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

A forma de aquisição dessas terras (item 9) é demonstrada nos dados abaixo (Tabela 10), onde foram extraídos os seguintes resultados: herança (42,19%), compra de terceiros (25,25%), compra de parentes (14,29%), herança e compra (8,97%), doação (5,32%), assentamento (3,65%) e comodato (0,33%).

Tabela 10 – Forma de aquisição das terras

Forma	Total
Herança	42,19%
Compra de terceiros	25,25%
Compra de parentes	14,29%
Herança e compra	8,97%
Doação	5,32%
Assentamento	3,65%
Comodato	0,33%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados Pesquisa

Com relação a forma de uso dessas terras (item 10) foi revelado (Tabela 11) que 88,35% possuem a posse da terra, 5,50% em forma de parceria, 2,27% comodatário e 1,29% meeiro. Os arrendatários, com processo, chácara ou inquilino, assentados e com terras cedidas somam juntos 2,58% do total. Esses dados em análise com os dados da tabela anterior permitem afirmar que a maioria das famílias tem a posse de poucas tarefas de terra para realizar o trabalho familiar agrícola. Nesse sentido, os beneficiários das políticas públicas possuem o principal meio de produção que é a terra, que permite o desenvolvimento da agricultura familiar. O fato de estarem no semiárido indica que além da terra, as famílias para garantirem a produção também necessitam da água como bem básico. Esse item veremos nas tabelas 14 e 15 dispostas ainda neste capítulo.

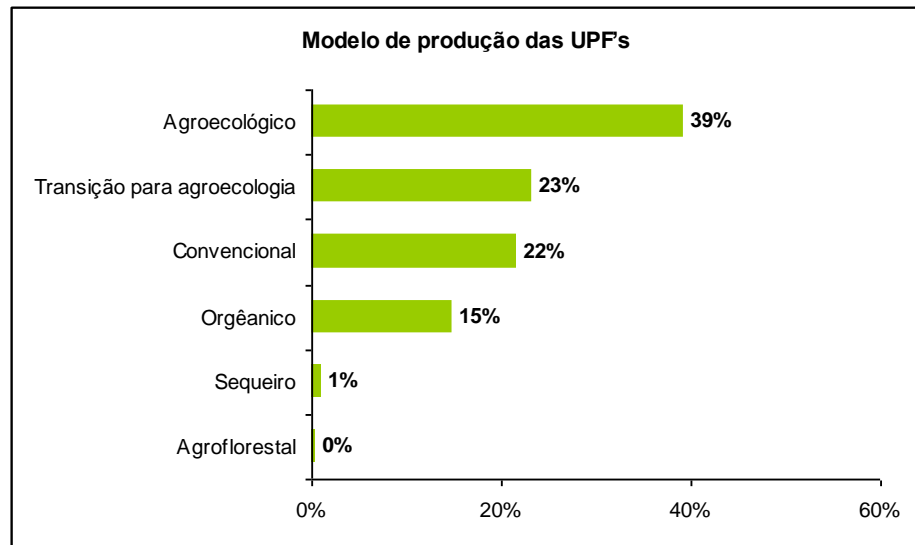
Tabela 11 – Forma de Uso das Terras

Uso das terras	Total
Posse	88,35%
Parceria	5,50%
Comodatário	2,27%
Meeiro	1,29%
Arrendamento	0,97%
Em processo	0,65%
Chácara ou inquilino	0,32%
Assentamento coletivo	0,32%
	0,32%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados Pesquisa

O item 11) Modelo de Produção das UPF's revelou um dado importante sobre as famílias que acessam políticas públicas para agricultura familiar (Gráfico 20), já que 45% dos entrevistados/as afirmaram que são produtores agroecológicos, 23% em transição para agroecologia, 15% orgânicos contra apenas 15% convencionais e 1% de sequeiro. Os dados são instigantes porque confrontam a caracterização geral do Território que possui a agricultura de sequeiro como predominante e com elevado número de propriedades no sistema convencional de produção, inclusive com elevado uso de adubos químicos e agrotóxicos nas plantações. Uma das possíveis interpretações é o fato dos entrevistados/as serem beneficiados das políticas públicas como P1+2 e também os agricultores familiares que estão atualmente nos contratos de ATER, que tem na sua essência a transição para agroecologia e a convivência com o semiárido.

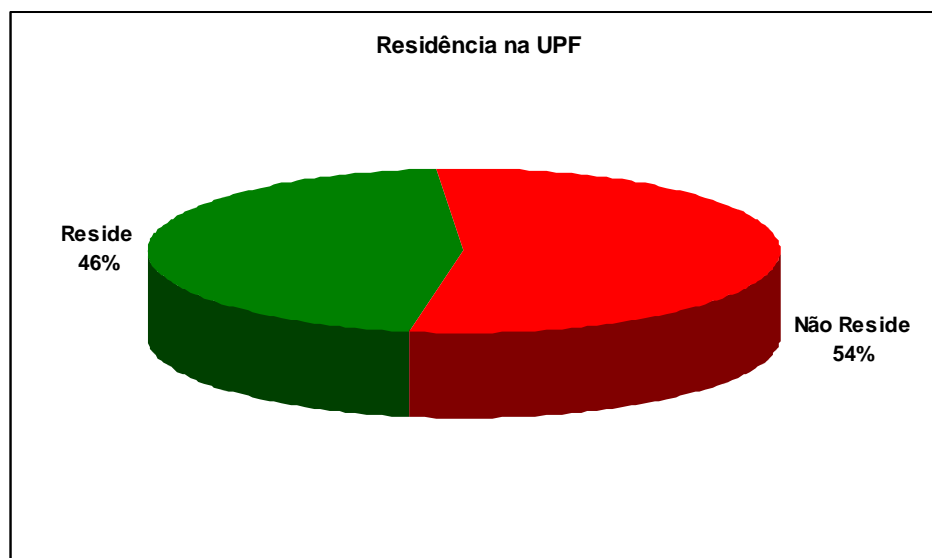
Gráfico 20 – Modelo de produção das UPF's



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

O item 12) Residência na UPF revelou que 56% dos entrevistados não residem nas Unidade Produtiva Familiar contra 45% que residem, ou seja, que mais da metade das famílias possuem a roça separada da casa/quintal.

Gráfico 21 – Residência na UPF



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

O item 13) Serviços disponíveis na UPF (Tabela 12) mostra que: 59,75% dos entrevistados possuem Cisterna de Água contra 40,25% dos que não possuem o serviço; 56,92% possuem Energia contra 43,08% dos que não possuem; 45,94 possuem Banheiro contra 54,06 dos que não possuem; 14,01% possuem Coleta de lixo contra 85,99% dos que não possuem; 0,33% possuem Rede de esgoto contra 99,67% dos que não possuem e; 40,82 possuem Fossa séptica contra 59,18% dos que não possuem. Dessa forma, fica claro que entre os serviços mais disponíveis estão as cisternas e a energia e os serviços menos disponíveis são Rede de esgoto e coleta de lixo, além de banheiro e fossa séptica que os índices dos que não possuem são maiores.

Tabela 12 – Serviços disponíveis na UPF

Serviços nas UPF's	Possui	Não Possui	Total
Cisterna de água	59,75%	40,25%	100,00%
Energia (elétrica/solar)	56,92%	43,08%	100,00%
Banheiro	45,94%	54,06%	100,00%
Coleta de lixo	14,01%	85,99%	100,00%
Rede de esgoto	0,33%	99,67%	100,00%
Fossa séptica	40,82%	59,18%	100,00%

Fonte: Banco de Dados Pesquisa

O item 14) Benfeitorias das UPF's (Tabela 13) mostra que há uma baixa aquisição de benfeitorias por parte dos agricultores e agricultoras nas unidades produtivas para garantir a qualidade e os resultados do trabalho familiar agrícola. Os equipamentos Cerca (91,46%), Galinheiro (58,70%) e Cisterna, Barragem ou outra tecnologia social (55,31%) são os que os entrevistados/as mais possuem. Os demais equipamentos listados a maioria dos agricultores e agricultoras não possuem em suas propriedades como é o caso do Aviário (85,31%), Paiol/silo (92,21%), Chiqueiro/pocilga (70,09%), Estufa (96,52%), Curral (67,40%), Casa de Farinha (96,81%), Equipamentos para Beneficiamento (85,98%), Equipamentos de Irrigação (75,32%), Poço Artesiano (70,94%) e Equipamentos para colheita e plantio (73,98%). É perceptível, portanto, as baixas condições materiais das UPF's, revelando um dado importante sobre o acesso a água para produção, já que os principais equipamentos como poço artesiano e equipamentos os agricultores/as não tem nas UPF's, fato que dificulta a produção nesse espaço específico localizado no Semiárido.

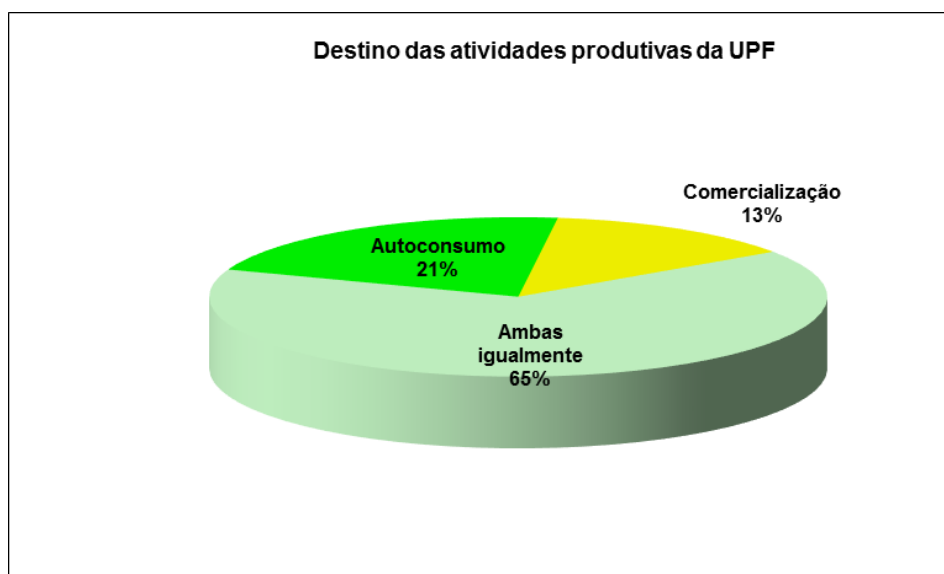
Tabela 13 – Benfeitorias das UPF's

Benfeitorias das UPF's	Possui	Não Possui	Total geral
Aviário	14,69%	85,31%	100,00%
Paiol / Silo	7,79%	92,21%	100,00%
Cerca	91,46%	8,54%	100,00%
Chiqueiro / Pocilga	29,91%	70,09%	100,00%
Estufa	3,48%	96,52%	100,00%
Galinheiro	58,70%	41,30%	100,00%
Curral / Estábulo	32,60%	67,40%	100,00%
Casa de Farinha	3,19%	96,81%	100,00%
Equipamentos para beneficiamento de produtos	14,02%	85,98%	100,00%
Equipamentos de irrigação	24,68%	75,32%	100,00%
Cisterna, barragem ou outra tecnologia social de captação de água	55,31%	44,69%	100,00%
Poço artesiano	29,06%	70,94%	100,00%
Equipamentos para colheita e plantio	26,02%	73,98%	100,00%

Fonte: Banco de Dados Pesquisa

O último quesito diz respeito ao Principal destino das atividades produtivas da UPF (item 15). Os resultados demonstram que 65% do que é produzido é igualmente destinado para consumo e comercialização. Os que só consomem somam 21% e os que só comercializam 13%.

Gráfico 22– Destino das atividades produtivas das UPF's



Fonte: Banco de Dados Pesquisa

Este item fechou o conjunto de variáveis que revelaram o perfil das UPF's do Território. Abaixo fazemos algumas considerações sobre esses resultados.

2.4 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

O reconhecimento da agricultura familiar como seguimento produtivo merecedor de um ambiente institucional favorável para o desenvolvimento de suas atividades é um fato relativamente novo na sociedade brasileira. Os autores debatidos neste capítulo, a exemplo de Veiga (1991), Abramovay (1992) Schneider (2003) e Wanderley (2004) apontam a pertinência teórica desta categoria e como ela molda-se como um referencial para um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil.

A realidade empírica deste trabalho é o Território de Irecê-BA, região em que predomina a agricultura de base familiar. Nesse sentido, faz-se necessário apontar algumas indagações a partir da caracterização da agricultura familiar neste território, revelado principalmente pelo perfil das suas Unidades Produtivas Familiares.

As fundamentações teóricas aqui abordadas procuraram demonstrar que a permanência dessas formas familiares de produção no capitalismo, mesmo que em situações de pobreza rural, confirmam a permanência desta categoria, mas também apontam para uma mudança de perspectiva na ação do Estado no que diz respeito a formulação de políticas públicas específicas para o fortalecimento da agricultura familiar com vistas ao desenvolvimento rural. Entender o perfil das Unidades é um caminho endógeno para a avaliação da implementação dessas políticas que já vem ocorrendo há mais de duas décadas.

A partir da síntese das variáveis que traçaram o perfil das famílias residentes nas UPF's pudemos perceber algumas características que nos ajudam a pensar a situação do meio rural do território. Dentre elas destacamos (itens 1 a 5), onde foi perceptível uma forte tendência a redução do número de integrantes na composição dessas famílias, fato provado pelo alto percentual de unidades com até 5 pessoas residindo no espaço. Nessa composição chama atenção o equilíbrio entre o número de homens e mulheres, o que demonstra um avanço nas questões de gênero, o que não exclui a necessidade de intensificar as lutas e políticas públicas para igualdade de gênero no meio rural. Além do debate de gênero, o resultado do perfil das famílias aponta também para uma discussão mais profunda sobre questões geracionais e a sucessão no campo. Os resultados revelam claramente que a composição das “pequenas” famílias é de crianças e jovens, com 60% do extrato total fazendo emergir um debate sobre a

Educação do Campo e a nova geração de políticas públicas para a juventude rural, considerando que as crianças (no futuro) e os jovens parte estará ocupada na agricultura familiar e outra parte não.

As discussões das novas ruralidades ganham força e o distanciamento da dicotomia entre o rural e o urbano também. O nível de escolarização é um caminho para pensar a complexidade do problema com relação ao número de crianças e jovens que ocupam o meio rural. Os resultados das UPF's entrevistadas revelaram ainda alto índice de analfabetismo, uma situação de incompletude do ensino médio, com extratos significativos de fundamental e médio ainda incompleto, porém justificado pela própria faixa etária da maioria, que se encontra em idade escolar. Um fato importante é o ensino técnico, superior e pós-graduação que juntos não passaram de 7%, o que nos leva a apontar um debate sobre a situação da educação no meio rural e os desafios para a formulação de uma nova geração de políticas.

Outro conjunto de variáveis (itens 6 a 15) apontou para a situação do trabalho familiar agrícola nas UPF's e das condições materiais de reprodução da agricultura familiar. É perceptível que as famílias estão realmente ocupadas na agricultura familiar, com alta dedicação a atividade, mesmo em condições adversas como é o caso da estiagem prolongada que atingiu o Território nos últimos 02 anos, os percentuais de tempo integral e parcial (4 a 6 dias) foram altíssimos.

Pouco mais da metade das famílias entrevistadas residem na própria UPF e a outra parte possui a casa separada da roça. O tempo de trabalho é em pequenas lavouras, já que 90% dos entrevistados/as possuem até 50 tarefas de terra, mostrando claramente que os agricultores familiares detêm a menor parte do total das terras do território. As terras foram adquiridas em sua maioria através de herança e compra e isso dá poder para os agricultores pensarem o uso das terras, que coincidiu com o fato de terem a posse e também o sistema a ser desenvolvido na terra. Na pesquisa o alto índice de produtores agroecológicos (quase a metade 45%) e baixo índice de produtores de sequeiro (1%), modelo comum das décadas anteriores, apontam para uma mudança no processo de transição do paradigma produtivista no Território junto a famílias ocupadas na agricultura familiar e que acessam políticas públicas.

A transição dos modelos pode estar relacionada a existência de tecnologias de convivência com o semiárido, que implantadas por organizações que fazem o debate da agroecologia podem estar mudando a forma de exploração das famílias na terra. Os serviços e benfeitorias mais disponíveis entre os entrevistados estão as cisternas e a energia, principalmente em função do programa Luz para Todos do Governo Federal, cerca

(representação da posse), galinheiro e as diversas tecnologias de captação de água para produção, consumo e dessedentação animal. Os serviços e benfeitorias menos disponíveis são Rede de esgoto e coleta de lixo, além de banheiro e fossa séptica, extremamente relacionada ao descaso com o rural, como lugar de atraso e do pouco investimento em infraestrutura. Os agricultores e agricultoras em sua maioria também não possuem os equipamentos indicados na pesquisa como referencial para o desenvolvimento da produção, demonstrando as baixas condições materiais das UPF's. Mesmo assim, o que é produzido nas UPF's vem sendo destinado para consumo, que fortalece a segurança alimentar e nutricional e para comercialização, que aumenta a renda das famílias a partir do trabalho familiar agrícola.

A ideia do capítulo, portanto, foi relacionar os resultados com alguns debates sobre o rural brasileiro que recentemente vem sendo travados na academia e também no ambiente político, de forma que possamos refletir sobre a situação das famílias e a partir disso poder mensurar as contribuições das políticas na vida dessas famílias, bem como a partir dessa reflexão fazer emergir novos apontamentos para contribuir para pensar uma nova geração de políticas públicas para o rural baiano e brasileiro.

Para um aprofundamento desse processo, bem como a discussão do percurso histórico da formulação de políticas públicas específicas para agricultura familiar, faz-se necessário discorrer sobre o desenvolvimento rural enquanto modelo construído para as áreas rurais no Brasil e o desenho da implementação das políticas estudadas. O debate será realizado no próximo capítulo.

3. DESENVOLVIMENTO RURAL TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

A constituição de 1988 marcou uma nítida ruptura entre a relação do Estado e o território nacional, a partir de uma nova lógica de organização das políticas públicas. Essa mudança implicou na reforma da governança e resultou na implantação de políticas públicas diferenciadas com metas cada vez mais específicas à realidade local. Com base nisso, este capítulo apresenta um panorama geral das políticas públicas para a agricultura familiar implementadas no Território de Irecê, objeto de estudo, no intuito de realizar tanto um apanhado teórico sobre o conceito de desenvolvimento rural com abordagem territorial, bem como descrever as políticas públicas para agricultura familiar elencadas, revelando seus objetivos e desenho através de dados coletados em mapeamento específico.

Na primeira seção discute-se o desenvolvimento rural, como estratégia que ressurgiu no período recente, no debate acadêmico e normativo, como proposição de ações para aproximar as políticas públicas das populações excluídas do processo de desenvolvimento implantado em épocas anteriores. Na segunda seção apresentamos conceitualmente a noção de abordagem territorial na perspectiva do desenvolvimento rural com o intuito de relacionar as categorias, uma vez que a experimentação das políticas aqui estudadas ocorre neste sentido. Na terceira seção é realizada uma breve conceituação sobre políticas públicas enquanto campo de conhecimento e um traçado da intervenção do Estado na agricultura, que ao longo do tempo vem configurando a forma de implementação de políticas nos espaços rurais. Na quarta e última seção discute-se as políticas públicas para agricultura familiar, a partir do seu percurso histórico e realiza um panorama das políticas públicas implementadas para fortalecimento da agricultura familiar, levando em consideração a grande diversidade encontrada nas políticas públicas em curso no meio rural, descrevendo, portanto, as cinco políticas do estudo, para finalmente apresentar alguns dados sobre a execução destas no Território de Irecê e o nível de acesso das famílias.

A correlação entre o debate aqui pretendido com o Capítulo anterior é para organizar as ideias sobre Desenvolvimento Rural com abordagem territorial, demonstrando que apesar da agricultura familiar ser a categoria de trabalho no campo, a dimensão do desenvolvimento rural é o arcabouço teórico que sustenta toda a discussão sobre as regiões rurais, sendo o território lócus de implementação das políticas.

3.1 PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL

A década de 1990, como vimos no capítulo anterior, iniciou-se sob a marca da entrada da agricultura familiar no debate acadêmico e político, abrindo espaço para que o significado do desenvolvimento rural ganhasse novos contornos. Essa nova pauta emergiu nos anos 2000 sob a forma de debate referente às relações entre o rural e urbano, além da abordagem das dinâmicas territoriais nos processos de desenvolvimento. Na perspectiva da relação entre esses dois espaços – rural e urbano, o desenvolvimento rural é definido segundo Schneider (2004, p. 07) como “um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais”.

É importante ressaltar que durante a década de 70, momento em que o Brasil viveu a modernização da agricultura brasileira era comum a interpretação de que os espaços rurais limitavam-se à produção agrícola e permaneceram à margem das mudanças sociais que atingiram os centros urbanos, numa representação social sobre o “atraso” do mundo rural em relação às “sociedades modernas” (Wanderley, 2001), legitimando a necessidade de uma formulação sobre o desenvolvimento rural pautada para o próprio processo de modernização. Opondo-se a tal representação, a partir dos anos de 1980, uma série de fatores conjunturais colaborou para que se questionem as interpretações dominantes sobre o desenvolvimento rural. Entre esses fatores, destacam-se a conjuntura política de crise econômica e a retração da capacidade de investimentos do Estado, a resistência política de parte importante dos agricultores às mudanças prescritas pelas políticas públicas, os impactos negativos dos processos de modernização e a persistência da pobreza rural (Wanderley, 2000; Graziano da Silva, 2001).

Surgiram nessa perspectiva outras narrativas sobre as mudanças sociais que seriam desejadas em termos de desenvolvimento rural. Essas narrativas incluíam uma revisão do papel da agricultura de pequena escala de produção no desenvolvimento econômico; a ênfase em representações positivas sobre a vida e o trabalho no campo, ressaltando a necessidade de políticas sociais como base para a dinamização econômica das localidades; o tema da sustentabilidade ambiental do desenvolvimento; e um destaque à diversidade dos meios de vida e de produção em contraposição à uniformização de projetos para a promoção do desenvolvimento rural.

Como forma de clarear as discussões trazemos nesta seção as contribuições de: Wanderley (2000, 2001), sobre as novas dinâmicas espaciais e econômicas que configuraram os espaços rurais; Veiga (2000, 2001), com a focalização das dimensões ambientais e territoriais do desenvolvimento rural e; Navarro (2000), com aporte teórico sobre o conceito de desenvolvimento rural, distinguindo de outras formas de desenvolvimento como o agrícola e o agrário e definindo-o como um processo ligado à ação do Estado para promover transformações nos espaços rurais. A título de introdução à luz das reflexões de Schneider (2004) fazemos um percurso histórico da entrada do debate sobre o desenvolvimento rural na cena acadêmica.

Schneider (2004) aponta que a partir da década de 1990 ocorreram transformações sociais, econômicas e políticas no âmbito do Estado, impulsionadas pela redemocratização do país após a constituição de 88, que permitiu a emergência da discussão do desenvolvimento rural no Brasil. Assim, destaca quatro fatos importantes que permitiram o florescimento deste debate.

O primeiro fator decisivo que contribuiu para a emergência do debate foi a trajetória em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira, visto que foi na primeira metade da década de 1990 que essa noção se firmou como uma categoria política, sendo em seguida assimilada por estudiosos e por formuladores de políticas, o que lhe confere atualmente uma extraordinária legitimidade.

Os estudos e pesquisas produzidas nesta década geraram um deslocamento teórico e interpretativo em relação a agricultura familiar, que culminaram na apresentação de uma nova tipologia dos estabelecimentos rurais brasileiros que, embora não fosse inédita, ganhou enorme projeção devido à sua vinculação ao projeto FAO/INCRA de 1994. Outro fator destacado pelo autor foi a crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto através das políticas para a agricultura familiar como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras. Este avanço teve início no governo de Itamar Franco com a aceleração de ações relacionadas à reforma agrária, passando pela criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no governo Fernando Henrique e do PRONAF, até a intensificação do aporte de recursos nesse ministério e programa com o Governo Lula.

O terceiro fato de mudança conforme Schneider (2010) reside na discussão ideológica e política sobre o desenvolvimento rural, já que também foi a partir da década de 90 que foi

sendo construída uma argumentação que visava descortinar as diferenças fundamentais sobre a agricultura familiar, fruto da polarização da discussão entre a forma familiar e a forma patronal de produção no campo, cuja distinção estaria no fato de que uma é voltada para o consumo local e a outra para o mercado externo, a própria discussão do desenvolvimento rural.

O quarto e último fator importante, segundo este autor, está relacionado ao tema da sustentabilidade ambiental que emergiu no cenário social, político e institucional no mesmo período da emergência do desenvolvimento rural. Os ativistas políticos da ecologia acabam fornecendo contribuições importantes ao debate do desenvolvimento rural que passou a ser adjetivado de sustentável por força desses movimentos.

Maria Nazareth Wanderley publicou em 2000 o artigo “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo” onde realizou um debate sobre as novas dinâmicas espaciais e econômicas da época, com ênfase em diferentes perspectivas teóricas sobre três processos sociais que implicavam em novas significações para o rural: o novo lugar da agricultura e do rural nas sociedades do capitalismo avançado; as relações entre o rural e o urbano num contexto de maior mobilidade dos indivíduos; e dimensões distintas e conflitivas do rural contemporâneo.

A autora quis demonstrar que a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura enquanto transformações resultantes dos processos sociais em curso não provocaram a “uniformização” da sociedade, ao ponto de extinguir as particularidades do meio rural e de grupos que ali habitam, a exemplo dos camponeses. Na concepção de Wanderley (2000), o que existiu foi uma redefinição, que em nada anulou processos já vivenciados no campo.

A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc. O agricultor moderno, particularmente o agricultor familiar, predominante nos países ditos “avançados”, pelo fato mesmo de ser familiar, guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados. (WANDERLEY 2000, p. 89)

O trabalho de Wanderley (2000, p. 90) formula a hipótese de que o recorte rural-urbano na modernidade permaneceu como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das próprias sociedades modernas, indicando “não para o fim do mundo rural, mas

para a emergência de uma nova ruralidade”. Essa nova e múltipla face do rural determinada pela autora está em processo de reformulação constante, não sendo uma forma acabada e propõe uma nova concepção das atividades produtivas, especialmente daquelas ligadas à agropecuária, e uma igualmente nova percepção do rural como patrimônio a ser usufruído e a ser preservado.

Em 2001 Wanderley publicou o artigo “A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural”, onde explicita que a sociedade brasileira começava a ter aquele momento um olhar novo sobre o meio rural, encontrando alternativas para o problema do emprego, melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza e com o aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo.

A proposta central deste trabalho da autora foi a reiteração da necessidade de um pacto social pelo desenvolvimento rural, baseado em uma concepção do meio rural, enquanto um lugar específico de vida e de trabalho, capaz de envolver, sob todas as formas, os habitantes do meio rural em sua diversidade e com pressupostos e objetivos que garantam este mesmo dinamismo de suas forças sociais, reconhecendo a importância dos agricultores, que são hoje os principais personagens do campo, assegurando que as políticas voltadas para a agricultura pudessem recuperar produtivamente o potencial de terras e recursos naturais, hoje desperdiçados, de forma a revitalizar socialmente os espaços vazios ou esvaziados, valorizassem o patrimônio natural e cultural do meio rural, inclusive seu “patrimônio” produtivo, favorecessem não o proprietário, mas o produtor e considerassem a agricultura familiar como uma forma social adequada para responder às exigências da agricultura moderna.

Quando estou falando de mundo rural, refiro-me a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Não estou, portanto, supondo a existência de um qualquer universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Porém, considero que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba. (WANDERLEY, 2001 p. 32)

Portanto, o desenvolvimento rural na concepção da autora deveria enfrentar três desafios principais. O primeiro deles consistia em vencer a precariedade social dos habitantes do campo. O segundo desafio era o de vencer o isolamento das populações rurais. Para isto, a ênfase deveria ser dada à função de intermediação exercida pelas pequenas cidades. Finalmente, o terceiro desafio referia-se ao esforço de assegurar a cidadania do homem do campo, no campo. O que se pretende com essa proposta é que o brasileiro que vive no meio rural não seja estigmatizado por esta condição de rural e que não precise deixar o campo para ser reconhecido como cidadão pleno. Assim, Wanderley (2001) reitera a necessidade de um pacto social pelo desenvolvimento rural:

a) que seja baseado em uma concepção do meio rural, enquanto um lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento; b) que se constitua como um movimento, capaz de envolver, sob todas as formas, os habitantes do meio rural em sua diversidade, bem como as instituições e as pessoas que sempre se ocuparam da agricultura e dos agricultores, no Governo, nas Universidades, nas ONG e nos movimentos sociais; elas são as que mais conhecem o meio rural em sua complexidade, as que demonstram maior sensibilidade para os problemas rurais, tendo criado, de uma certa forma, uma “cultura rural” e integrado às forças sociais para o desenvolvimento; c) que defina pressupostos e objetivos que garantam este mesmo dinamismo de suas forças sociais [...] d) que, reconhecendo a importância dos agricultores, que são hoje os principais personagens do campo, assegure que as políticas voltadas para a agricultura [...]. (WANDERLEY, 2001, p. 40-41)

José Eli da Veiga contribuiu com três importantes obras “A Face Rural do Desenvolvimento” (2000), “O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento” (2001) e “Cidades Imaginárias” (2002) que permitiram uma discussão sobre as regiões rurais brasileiras, bem como os rumos que as novas políticas de desenvolvimento do Brasil Rural deveriam preconizar.

A definição de desenvolvimento de Veiga (2000) caracteriza-o como um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente. Para o autor não existe desenvolvimento rural que possa ser separado e independente do desenvolvimento urbano, tanto quanto não pode existir um desenvolvimento agrícola que dispense o desenvolvimento comercial e

industrial. O desenvolvimento é um processo complexo e multifacetário que impõe esse tipo de recorte para efeito de análise.

Para Veiga (2000) a discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, apesar de apresentar algumas conclusões importantes: 1) rural não é sinônimo e nem tem exclusividade sobre o agrícola; 2) o rural é multissetorial e multifuncional; 3) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; 4) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas, visto que redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e vilas adjacentes.

Seu raciocínio é de que em todas as regiões do Brasil há espaços nos quais as perspectivas de desenvolvimento permanecem ligadas a atividades agropecuárias, florestais, minerais ou pesqueiras, mas que em todas essas regiões há espaços rurais cujas chances de desenvolvimento pouco têm que ver com atividades primárias. Em alguns, as saídas dependem da possibilidade de atrair investimentos industriais. Em outros, estão mais diretamente vinculadas à capacidade de oferecer serviços a consumidores de alta renda, atraídos pelas riquezas naturais que tendem a ser cada vez mais valorizadas. Por isso, o autor chega à conclusão de que o desenvolvimento de inúmeras áreas rurais tenderá a depender muito mais da segmentação de mercados locais ou regionais impulsionada pelo setor terciário do que do próprio setor primário.

Argumenta que no primeiro mundo, as comunidades rurais que apresentam os maiores índices de desenvolvimento são as que fazem parte da terceira geração do desenvolvimento rural, e não as que foram condenadas por passageiras vantagens comparativas de atividades primárias e industriais, a partir da expansão do chamado setor “terciário” que promove oportunidades de geração de renda, enquanto nos outros dois só diminui a necessidade de trabalho.

Considera, portanto, que o progresso social de áreas rurais pode ocorrer por três vias básicas: por geração de novos polos de crescimento voltados à produção de bens que antes vinham de cidades longínquas; por associação de várias áreas rurais com esse mesmo propósito; e por inovações tecnológicas em transportes e telecomunicações que aumentem o raio de influência do dinamismo econômico de cidades de médio porte já existentes, alterando assim o sentido tradicional do termo “adjacência”.

No Brasil, enquanto as políticas governamentais continuarem bitoladas pelas duas primeiras gerações do desenvolvimento rural, além de separá-lo do desenvolvimento urbano como se fossem compartimentos estanques, faltará coerência estratégica para programas que podem estar sendo realizados com as melhores intenções, mas que no futuro serão vistos como péssimas apostas. Pior ainda será perceber que milhões de famílias hoje vivendo exclusivamente de atividades agropecuárias, mas que tendem a se tornar cada vez mais pluriativas, foram condenadas a depender de caridade, apesar de constituírem um dos principais trunfos do desenvolvimento rural. (VEIGA, 2000, p. 197)

Em “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento” José Eli da Veiga et ali (2001) focalizou as dimensões ambientais e territoriais do desenvolvimento rural, dando destaque maior para a interface e vínculo do mesmo em relação ao desenvolvimento em geral, principalmente a interconexão entre desenvolvimento rural e urbano, tendo como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e o empurrão que viria do Estado para formação de arranjos institucionais locais como os elementos-chave para a nova estratégia desenvolvimento rural do Brasil.

O objetivo estratégico de uma agenda de desenvolvimento rural só pode ser, portanto, o de maximizar as manchas de dinamismo e minimizar os enclaves. Um duplo desafio que torna crucial a descoberta de usos mais sustentáveis dos recursos naturais e, sobretudo, da biodiversidade. (VEIGA, 2001, p. 14)

A crítica do autor direciona-se para os obstáculos impostos à renovação das ideias sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira a partir do mito da urbanização. O chamado grau de urbanização adotado no Brasil corresponde à porcentagem das pessoas que residem em sedes de municípios e de distritos, independentemente de qualquer consideração sobre suas características geográficas e não importando a densidade demográfica, um dos principais indicadores das concentrações populacionais próprias às cidades, que as distingue dos níveis de rarefação que caracterizam o campo. Os dados trazem duas constatações que não deveriam ser ignoradas no debate público sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira. Em primeiro lugar, que é pura ilusão encarar a população rural como uma minoria condenada à extinção por volta de 2030, como sugere a projeção do disparate *estadonovista* sobre o “grau de urbanização”. Em segundo, que a cadência da migração ruralurbana da última década impede que se fale genericamente do “êxodo rural”.

As economias rurais mais dinâmicas são as que simultaneamente conseguem atrair consumidores de seus atributos territoriais e vender suas produções em mercados diferenciados. Exatamente o avesso das economias especializadas em *commodities* agrícolas. Estas podem até dar a ilusão de grande dinamismo em sua fase inicial, quando sugam a renda diferencial propiciada pela exploração da fertilidade natural. Só que depois dessa acumulação primitiva tudo passa a depender do grau de diversificação dos negócios criados no entorno dessa fonte primária. Sem diversificação, em vez de uma economia rural dinâmica surgirá, no máximo, um grande enclave. (VEIGA, 2001, p. 16)

Para a concepção de uma estratégia de desenvolvimento deve-se levar em consideração segundo Veiga (2001, p.12) a “tendência histórica estrutural ao declínio relativo do setor agropecuário teve repercussões espaciais que contrariam frontalmente a crença brasileira em sua completa urbanização” e o futuro das regiões rurais e seu dinamismo ocorrerá “quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura”.

Em “Cidades Imaginárias” de 2002, Veiga volta a chamar atenção para o fato de que o Brasil é menos urbano do que se calcula se utilizarmos critérios mais comumente usados internacionalmente. O objetivo é apontar para “a necessidade de uma renovação do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização e de suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento que o Brasil deve adotar”. (VEIGA, 2002, p. 31)

Nessa obra além do debate sobre o desenvolvimento rural o autor considera o fato de que o rural é necessariamente territorial e não setorial como os programas governamentais insistem em propor e executar. Essa visão setorializada do rural é fortalecida ainda pela regra brasileira que identifica como urbana toda e qualquer sede de município, até mesmo as sedes distritais.

Veiga (2002) considera como rurais os municípios de pequeno porte, que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km², e de médio porte, os quais registram uma população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere os 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes, e de fato centros urbanos os municípios com mais de 100 mil habitantes. De acordo com esses critérios, o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, onde residem aproximadamente 30% da população brasileira. Isso representa, portanto, 4.485 municípios brasileiros, que seriam municípios rurais. Assim, para

José Eli, esse é o Brasil rural e suas sedes municipais são apenas cidades imaginárias, não podendo as políticas públicas dirigidas a eles manter a dicotomia rural-urbano.

Essa constatação somente tem relevância se ela for levada em consideração na formulação e gestão das políticas públicas. Exatamente por isso, o autor defende a necessidade de um plano estratégico de desenvolvimento desse Brasil rural. Ou seja, um Brasil que reúne quase 52 milhões de habitantes de municípios que podem ser considerados rurais. Veiga (2002, p. 47) sugere: “Um plano que contenha diretrizes, objetivos e metas que favoreçam sinergias entre a agricultura e os setores terciários e secundários das economias locais”.

O autor reconhece, porém, que essa localidade não necessariamente deve ser restrita ao município, pois pequenos municípios teriam dificuldades para realizar um diagnóstico, planejar e gerir seu plano de desenvolvimento. Por isso, acredita ser fundamental o incentivo governamental para a emergência de arranjos institucionais que se constituam em espaços de concertação intermunicipal para a realização de pactos territoriais pelo desenvolvimento.

Uma das defesas em torno da valorização da agricultura familiar, particularmente hoje no Brasil, reside no fato de que, fazendo isso, tem-se como consequência o não-agravamento do desemprego urbano e de um contingente pouco qualificado para as atuais demandas dos setores secundário e terciário urbanos. Portanto, o autor defende ser fundamental o fortalecimento dessa agricultura como forma de regulação do êxodo rural, além de constituir-se numa estratégia eficaz e barata para o combate à pobreza nesse Brasil rural. Assim, ele se recusa a aceitar que a promoção da agricultura familiar “carece de sentido econômico”, citando, inclusive, como exemplo, países em que o desenvolvimento assentado num modelo que privilegia a agricultura familiar tem levado a resultados sociais positivos inquestionáveis.

Dessa maneira, ao contrário dos arautos do modelo de fortalecimento do agribusiness, o projeto de desenvolvimento, vislumbrado pelo autor, parte do princípio da não-aceitação do êxodo rural como inevitável; pelo contrário, isso vem sendo desmentido em muitas regiões brasileiras, exatamente naquelas em que a agricultura se fortalece. Evidentemente trata-se de uma agricultura familiar “pluriativa” e multifuncional, na qual se dinamizam as atividades agropecuárias stricto sensu e as atividades secundárias e terciárias geradoras de ocupação e renda.

O último autor brasileiro que trazemos para esta discussão e que também procurou aportar uma definição para o desenvolvimento rural foi Zander Navarro. Em sua opinião, o

ressurgimento do debate em torno da noção de desenvolvimento rural estaria relacionado com as inquietações sociais, típicas da época atual, em que mais do que haver clareza sobre seu significado e características, o que existe é uma incógnita em relação à sua própria possibilidade. Assim, para Navarro, a noção de desenvolvimento rural restringe-se ao seu uso prático e normativo, com a finalidade de caracterizar estratégias e ações do Estado.

Seria assim apenas inevitável que o desenvolvimento rural, como subtema imediatamente derivado, fosse igualmente um dos grandes motores das políticas governamentais e dos interesses sociais, igualmente inspirando um crescente conjunto de debates teóricos. (NAVARRO, 2001, p 83)

Como ponto de partida, Navarro propõe uma distinção conceitual entre o desenvolvimento agrícola (associado as condições de produção agropecuárias), o agrário (associado à vertente teórica marxista) e o rural, sendo que último deveria ser entendido de forma meramente operacional, a posteriori, como análise das ações do Estado dirigidas ao meio rural ou como uma ação prática dirigida para implantar programas que estimulem alterações socioeconômicas no futuro.

Nessa concepção o desenvolvimento rural se diferencia dos conceitos de agrícola e agrário pela especificidade de se tratar “de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural” (NAVARRO, 2001, p. 88). O Estado está presente à frente da proposta de desenvolvimento rural, sendo seu agente principal, já que possui legitimidade política para realizar operacionalmente as estratégias fundadas com esse foco.

Desenvolvimento rural, nesta concepção, pode ser analisado a posteriori, neste caso referindo-se às análises sobre programas já realizados pelo Estado visando alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos. Mas pode referir-se também à elaboração de uma “ação prática” para o futuro, qual seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período vindouro. (NAVARRO, 2001, p. 88)

A emergência dessa nova ruralidade implicou em concepções diferenciadas dos processos de desenvolvimento das áreas rurais, que deveriam passar a considerar a diversidade de formas produtivas na agricultura e também as diferenças entre as próprias áreas rurais. A diversidade das áreas rurais e dos processos de desenvolvimento rural pode resultar de diferentes combinações de meios de vida, lógicas produtivas, estilos e trajetórias de desenvolvimento e modos de funcionamento do território. Essas diversas características do

novo rural brasileiro passaram gradativamente a ser incorporadas pelos formuladores de políticas públicas para responder a demandas diversificadas de recursos para o desenvolvimento rural. Mais que inovações conceituais, essas mudanças identificam de alguma forma as novas dinâmicas do espaço rural que, recomendam diversos autores, não poderiam ficar de fora dos planejamentos e processos de intervenção do Estado.

A abordagem territorial do desenvolvimento rural tem lugar privilegiado nessa reflexão, pois, como veremos no tópico a seguir, procura incorporar esses novos elementos que compõem o conceito de ruralidade no cenário atual, ao tentar desmistificar a ideia de que o rural se restringe ao agrícola, criando um paralelo entre as dinâmicas socioeconômicas dos espaços rurais e urbanos.

3.2 ABRODAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

O conceito de desenvolvimento rural adotado nesta pesquisa está associado às noções que são atribuídas ao rural (Wanderley, 2000). Nesta seara (Favareto, 2007) relembra que o fato de predominar a concepção do desenvolvimento associado ao progresso e crescimento econômico, o rural foi convencionalmente pensado como setor produtivo, ressaltando as atividades produtivas dos agricultores e a dimensão agrícola da vida no campo. Esses significados dominantes influenciaram as políticas públicas, programas e projetos que por décadas atenderam prioritariamente a necessidades de mudanças nos processos técnico-produtivos, focando a atividade agrícola como exclusividade quando se trata de transformações no meio rural.

Em contraposição a essa proposta, uma nova concepção de ruralidade foi formulada, onde o rural é concebido como espaço de vida, de sociabilidades e de culturas, como também de produção, influenciando mudanças nas leituras que prevaleciam. A noção de "ruralidade" vai sendo definida como um conceito de natureza territorial, enraizado em costumes, tradições, na diversidade de modos de vida; e não apenas pelo viés setorial, que busca dar nome a um setor produtivo da economia (Abramovay, 1999). Tais mudanças de concepção passaram gradativamente a ser incorporadas, ainda que de modo parcial e contraditório, pelas políticas públicas de desenvolvimento rural.

Considerando essas questões relacionadas ao desenvolvimento rural, vive-se, desde os anos 2000, esse momento em que a concepção de uma nova ruralidade ganhou os espaços dos formuladores de políticas públicas, influenciando as decisões que são tomadas a respeito de

como promovê-lo de modo mais efetivo. Entende-se que essa nova representação sobre o desenvolvimento rural não é única, mas busca afirmar posicionamento teórico e político diferenciado, que se fundamentam em concepções que procuram provocar mudanças em determinadas realidades, promovendo, por meio da intervenção, aquilo que definem como desenvolvimento. Aqui como já vimos na seção anterior, leva-se em considerações as formulações de Wanderley (2000, 2001), Veiga (2001) e Navarro (2001) sobre a noção de desenvolvimento rural.

Portanto, essa nova concepção de ruralidade abriu caminho para a incorporação por parte do Estado brasileiro de novas referências teóricas à formulação das políticas públicas para o rural. Esse recorte priorizou o que vem sendo denominado de "abordagem territorial" do desenvolvimento rural (Schneider, 2004). Apresentaremos nesta seção a emergência desta abordagem e suas influências na formulação de políticas públicas e as inovações conceituais que foram incorporadas às propostas de intervenção do Estado.

O recurso às abordagens territoriais tornou-se uma referência recorrente para a interpretação dos processos vivenciados sob a nova concepção do rural brasileiro, bem como pela intervenção do próprio Estado. A razão para o crescente interesse deu-se num primeiro momento pelas transformações societárias como resultado da crise do fordismo, já trabalhada neste capítulo e, num segundo momento, relacionada aos aspectos políticos e institucionais oriundos da crise do Estado e a crescente perda do seu poder de regulação.

A ruptura na relação do Estado e o Território Nacional, com a afirmação da descentralização e instauração de um Estado moderador, com atuação na organização dos serviços públicos, a partir da constituição de 88, marcou uma nova configuração das políticas públicas para o meio rural. Segundo Bonnal e Kato (2011, p. 61) “houve uma substituição do paradigma do Estado-centralizador pelo paradigma do Estado-moderador, impulsionado pelo regime democrático-liberal”. Schneider e Tartaruga (2005) reforçam essa posição explicitando que a crise do Estado se referia à sua incapacidade crescente de regular e intervir na economia privada, a partir da ampliação da capacidade da economia capitalista de ajustar em escala planetária a interdependência entre as condições de tempo e espaço de produção de mercadorias, impulsionada pela globalização e mundialização do capital.

Incapaz de acompanhar as rápidas mudanças em curso, o Estado passou a sofrer sucessivas alterações nas suas funções e incumbências, que lhe haviam sido atribuídas com maior intensidade a partir de meados do século XX. Modificam-se desde as suas estruturas até o caráter das suas ações, deixando de ser o indutor do desenvolvimento econômico e passando a ser o

seu regulador, alterando o seu caráter centralizador para uma forma mais suscetível e permeável das diversas instâncias e organizações da sociedade civil (SCHNEIDER E TARTARUGA, 2005, p. 12)

Portanto, até meados da década de 90 não haviam políticas diferenciadas e com abrangência nacional com uma visão ampliada do meio rural e dos segmentos sociais que o integram. A orientação política era fundamentada na lógica fordista, que direcionava o papel da agricultura ao desenvolvimento econômico e segurança nacional, desempenhando funções como liberadora de mão de obra para a indústria, produtora de alimentos e de matérias-primas baratas, geradora de saldos positivos na balança comercial por meio do aumento das exportações e fonte de renda para os setores urbanos.

As políticas públicas que visavam ao desenvolvimento rural, nesse contexto, voltavam-se à modernização do latifúndio e centravam-se nas metas de elevação dos índices de produtividade nas propriedades por meio de pacotes da Revolução Verde⁴. Os pequenos produtores que integram atualmente a categoria da agricultura familiar eram condicionados, na perspectiva de Bonnal e Kato (2009, p. 62) “a competir por recursos públicos e por políticas públicas num mesmo bloco que grupos altamente capitalizados”, que restringia o acesso às referidas políticas.

Conforme apontou Wanderley (2000), a redemocratização e a descentralização das funções públicas no nível federal permitiu portanto a concepção, estruturação e operacionalização de políticas públicas com enfoque territorial, já que multiplicavam-se no Brasil os estudos que diferenciavam o meio rural das atividades primárias, enfatizando os seu recorte espacial e sua definição como espaço social dotado de relações políticas, econômicas, sociais e culturais próprias que não se limitavam aos aspectos produtivos.

A partir desse processo ganhou destaque iniciativas como a descentralização e valorização da participação e do protagonismo dos atores da sociedade civil, especialmente Organizações Não-Governamentais (ONG's) e os beneficiários diretos das políticas, emergindo a necessidade de novas unidades de referência que tornasse a ação estatal

⁴ A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington. Porém, o processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde ocorreu no final da década de 1940. Esse programa surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo que aumentassem a produtividade. Isso se daria através do desenvolvimento de sementes adequadas para tipos específicos de solos e climas, adaptação do solo para o plantio e desenvolvimento de máquinas.

exequível, constituindo-se segundo Schneider e Tartaruga, (2005, p.12) “terreno fértil para a evocação da noção de território e/ou enfoque territorial”.

Favareto (2007) afirma que essa descentralização das políticas públicas associada à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que se instituisse um padrão onde, em lugar dos investimentos diretos e do corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem fazer a alocação “mais eficiente” dos recursos humanos e materiais. Aqueles processos sociais de corte eminentemente territorial e este novo padrão foram, em síntese, as principais razões da emergência e consolidação desta nova abordagem territorial do desenvolvimento rural.

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural, portanto, teve a sua origem também no reconhecimento da ocorrência de novas dinâmicas espaciais, a exemplo de uma aproximação do rural com o urbano e a constatação de que a industrialização e a modernização agrícola não constituíram elementos suficientes para a efetiva promoção do desenvolvimento rural.

Com as mudanças na concepção de rural e a emergência da agricultura familiar, as dinâmicas territoriais do desenvolvimento dos espaços rurais ganham relevância acadêmica e política e passam a fazer parte das agendas de pesquisas, consolidando-se, recentemente, como elemento importante das estratégias políticas de desenvolvimento. O Brasil incorporou a noção de território como componente do desenvolvimento e orientação para as políticas públicas. Em geral, essa noção, tanto para as políticas públicas como para os estudiosos, teve influência marcante de experiências europeias.

Abramovay (2000), apoiando-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, mostra que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. O bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende, nessa argumentação, da atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais afastados. A abordagem territorial, nesse contexto,

[...] representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. A economia tem prestado bastante atenção aos aspectos temporais (ciclos econômicos) e setoriais (complexos agroindustriais, por exemplo) do desenvolvimento, mas é recente o interesse por sua dimensão territorial ou espacial. (Abramovay, 2000, p. 385)

Veiga (2002), apoiando-se nos estudos sobre os distritos industriais marshallianos, que focam a heterogeneidade do dinamismo econômico e dão ênfase à perspectiva de que “as iniciativas locais podem ser cruciais para o desenvolvimento, pois se tornam importante fator de competitividade ao fazerem dos territórios ambientes inovadores” (Veiga, 2002, p. 05), reconhece que houve uma revalorização da dimensão espacial da economia. Favareto (2007) discute que foi justamente a ideia de território que ganhou proeminência em relação a outras de maior tradição, como a noção de “região”, que apresenta tantos conteúdos similares e reúne grande especialização em torno de si. As discussões a respeito da abordagem territorial do desenvolvimento rural também vêm sendo introduzidas por formuladores de políticas públicas no Brasil, principalmente a partir da concepção de desenvolvimento sustentável e da incorporação da participação social como categoria essencial para a descentralização das políticas governamentais (Schneider, 2004).

Favareto (2007) argumenta nesse mesmo sentido, porém traz outro elemento importante para a compreensão da emergência da abordagem territorial. Nessa concepção, agentes do Estado surgem como atores que criam determinadas condições favoráveis aos investimentos territoriais, e os agentes privados são incorporados à estratégia, como executores de ações previstas nas políticas e programas. Em trabalho posterior Favareto (2010) reforça a importância da abordagem territorial na perspectiva do desenvolvimento rural, afirmando que:

(...) não há dúvidas de que a abordagem territorial é importante para os estudos do desenvolvimento rural. A percepção do autor dessa importância está ancorada em três processos: os conteúdos relativos à nova etapa do desenvolvimento rural; pelas tendências verificadas na ruralidade do capitalismo avançado; pelas categorias cognitivas que vem sendo criadas pela sociedade, tanto para compreender como para induzir o desempenho dessas áreas”. (FAVARETO 2010, p.25)

Dentro do viés político, a concepção de território adquire um conteúdo fortemente normativo quando assumido pelas políticas públicas. Cazella et al (2009) admitem essa perspectiva e apontam que a dimensão normativa implícita à noção não implica desconhecer que, mais que um resultado perseguido, o desenvolvimento territorial pode ser considerado uma metodologia, uma maneira de pensar e de ordenar as ações de desenvolvimento. Nesse sentido, ele representaria um processo de articulação de atores sociais e setores da sociedade, ligado, estreitamente, à noção de descentralização.

No âmbito das políticas públicas, isto se traduziu na criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e na formulação de um projeto de desenvolvimento territorial e de um novo modelo institucional para viabilizar este projeto. O conceito de desenvolvimento territorial representou não apenas uma nova unidade de planejamento para as políticas públicas, procurando eliminar a falta de coordenação dos investimentos e o viés setorial da intervenção governamental, mas representou também uma nova forma de formular políticas, com maior participação da sociedade civil e a divisão de responsabilidades entre o poder público e a sociedade.

A emergência da abordagem territorial redefiniu, assim, as formas de intervenção por meio das políticas públicas arquitetou um aparato institucional que lhe garantiu suporte para a implementação. Através da instituição da SDT e por meio dela do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), também foi instituída a necessidade de criação de Colegiados de Desenvolvimento Territorial, que possuem a função de serem espaços de concertação e discussão sobre os rumos dos territórios rurais. Além disso, os territórios instituídos pelo MDA foram concebidos como forma de viabilizar a intervenção estatal no meio rural, balizada pelas concepções, apresentadas anteriormente, de ruralidade, multiescalaridade, pluriatividade etc. Esse aparato institucional que deu suporte às políticas públicas também foi consequência das representações sobre o processo de desenvolvimento rural.

Diante do exposto, o Território, componente da abordagem territorial, pode ser interpretado como o próprio resultado das dinâmicas territoriais nele incidentes, ou, então, na própria delimitação de um espaço físico, geograficamente definido, que reflete o "jogo dos atores sociais". Esse sentido coaduna com a noção de "territórios dados" e "territórios construídos", apresentados por Pecqueur (2005). "Dados" porque são delimitações de áreas geográficas apenas para fins de ação do Estado; e os "construídos" referem-se ao território como construção social e formador de uma identidade coletiva.

Considerando o território como um espaço, sobretudo, de representações e apropriações simbólicas, as dinâmicas territoriais podem ser definidas como as evoluções e as traduções, num espaço geograficamente definido, dos projetos dos atores sociais. Dos projetos resultam interações que envolvem as múltiplas dimensões do desenvolvimento territorial. Assim, os territórios se formam a partir dessas dinâmicas, que, por sua vez, são o reflexo das ações no

território, implicando analisar as representações econômicas, sociais, políticas e culturais das ações dos atores e das relações entre eles — normalmente relações de interações (cooperação) e de conflito pela disputa de poder e imposição de uma visão de mundo.

O conceito de território, adotado pelos formuladores de políticas públicas com abordagem territorial, amparados pela produção teórica sobre o tema transcende várias áreas do conhecimento, como ciência política, antropologia, sociologia, economia e outras ciências sociais. No âmbito desta pesquisa, em função do objeto referir-se às políticas públicas com enfoque territorial, a terminologia está presente pela designação de políticas públicas de desenvolvimento.

Originário do latim *territorium* significa derivado da terra. Segundo o senso comum diz respeito a um espaço marcado e definido; espaço de sobrevivência de um grupo ou pessoa. Logo, daí o equívoco em confundir o espaço com o território. Aquele é mais amplo, abarca-o como envolve áreas ainda não territorializadas. Vejamos o território na visão deleuze-guatarriana conforme foi apropriada pela Geografia:

[...] Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes a aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (Guatarri e Rolnik, 1986, p. 323)

A centralidade em torno do debate sobre território foi assumida pelos geógrafos Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2002), Marcos Aurélio Saquet (2004), Milton Santos (2004) entre muitos, assumindo concepções e abordagens diferentes. Um dos precursores na discussão, Raffestin (1993) explica que território precede o espaço geográfico e sobre ele se constitui. Dá destaque ao seu caráter político-administrativo e ao poder relacional desempenhado por pessoas ou grupos nele presentes. A abordagem de Haesbaert considera três dimensões para análise do território: jurídica-política – o espaço e controlado pelo poder estatal; cultural – destaque as relações simbólicas e subjetivas e a dimensão econômica que vê a perspectiva material. Por sua vez, aponta Saquet (2004) que na abordagem territorial existem vários conceitos, que tentam contemplar as relações entre as dimensões da economia,

política e cultura, ora privilegiando aspectos políticos e econômicos, como Raffestin (1993) e Saquet (2003), ora culturais e políticos, como Haesbaert (1997) e outros.

Nessas concepções a relação entre os agentes sociais do território, a ideia de relações e de poder, a abordagem não só econômica, como, social, cultural, jurídico-política entram em cena. Seu caráter histórico e processual dão uma compreensão renovada no território. A definição seguida pelo MDA para cunhar aporte conceitual e normativo para a categoria território assim como Santos (2002), não considera território apenas um chão, uma superfície da terra reconhecida juridicamente, sem atores sociais, sem trocas materiais e imateriais; deve ser compreendido como território usado e não território em si, como parte de uma totalidade espacial e como espaço de uma ação coletiva, construído e desconstruído conforme organizações por relação de poder dos que nele estão envolvidos. Santos define território como:

[...] o lugar e em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todas os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. [...] (SANTOS, 2007, p. 13).

Assim, a abordagem territorial segundo o MDA, consistiu no agrupamento de políticas públicas federais com enfoque territorial voltadas para o desenvolvimento rural. Convém lembrar que a nova ótica para propor uma política nacional foi resultado de lutas e reivindicações de setores públicos, da sociedade civil e movimentos sociais no contexto de crise do modelo de desenvolvimento e do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo como discutimos ao longo do capítulo e na emergência da agricultura familiar enquanto categoria e nas novas concepções de desenvolvimento rural.

3.3 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA

Para iniciar o debate desta seção, partimos do entendimento de que nas últimas décadas houve o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Segundo Souza (2006), ao fazer uma revisão da literatura sobre o tema das políticas públicas, não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. A

autora aponta diversas contribuições, como as de Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986), Dye (1984), sendo a de Laswell decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz, continua sendo a mais conhecida.

Comungamos com o conceito de Souza (2006) ao afirmar que do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. A autora conceitua política pública “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. (SOUZA, 2006, p 26)

Partindo dessa conceituação, destaca-se que as políticas públicas elencadas como objeto de análise deste trabalho são fruto de um processo histórico que culminou nos últimos tempos na diversificação das políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro e que enriqueceu o leque de instrumentos voltados ao desenvolvimento rural do Brasil. (LEITE e DELGADO, 2011, p.62). Pensar essa dimensão configurou-se como de extrema importância para o objeto desta pesquisa, visto que foi a partir da análise do desenho das políticas públicas para a agricultura familiar que se desdobrou sequencialmente a investigação sobre a contribuição das mesmas no Território de Irecê. Nesta seção iremos recordar brevemente as décadas de 1960 a 1990, marcos da intervenção do Estado na agricultura. Os anos 2000 marcam a reformulação de diversas políticas que estavam na agenda, inclusive 04 das que estamos estudando nessa pesquisa.

De acordo com Delgado (2001), visando transformar o meio rural e modernizar a agricultura, inserido em uma estratégia mais ampla de desenvolvimento baseada na industrialização por substituição de importações, o Estado assumiu no período, o processo de capitalização do campo conjuntamente com o capital financeiro e industrial. No período houve, portanto, a existência de uma política setorial para a agricultura que apresentava instrumentos específicos e distinguia-se claramente da política macroeconômica. Neste caso,

as transformações na agricultura foram em decorrência também da política agrícola e não meramente fruto da política macroeconômica. Até então, o setor agrícola era visto como “meramente coadjuvante” do processo de industrialização do país e existiam políticas apenas para segmentos específicos da agricultura. Esse autor destaca no período algumas ações do Estado para agricultura: Assistência técnica pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), inovações tecnológicas promovidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e garantia de seguro agrícola por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

Graziano da Silva (1999) destaca que esses instrumentos estavam articulados para impulsionar a mudança tecnológica da agricultura brasileira. Inovações mecânicas (tratores, colheitadeiras etc.), físico-químicas (adubos, agrotóxicos etc.), biológicas (plantas e sementes melhoradas) e agronômicas (alterações no espaçamento das plantas, frequência de cultivos, especialização etc.) foram adotadas para aumentar a produção e a produtividade da agropecuária brasileira.

Em que pese os resultados positivos em termos de aumento da produção e geração de divisas, não são poucos os autores que citam o caráter triplamente seletivo deste conjunto de instrumentos de política agrícola (Delgado, 2010; Graziano da Silva, 1999, 1996; Kageyama et al., 1990). Produtos, produtores e regiões foram privilegiados neste processo. Os principais produtos favorecidos foram aqueles considerados como modernos, associados aos interesses da agroindústria e destinados à exportação ou à substituição de importações, como soja, trigo, cana-de-açúcar, café e laranja. Em relação aos produtores, foram privilegiados os grupos sociais com tradição mercantil e organizados em associações de produtores, assim como aqueles que produziam produtos de interesse ao desenvolvimento nacional, geralmente em propriedades capitalizadas localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país. Aos agricultores familiares, reconhecidos como “produtores de baixa renda”, “pequenos agricultores”, “produtores para a subsistência” couberam sobretudo consequências das políticas de modernização da agricultura, como o endividamento, o desemprego, a perda da terra, o êxodo rural e agrícola e a degradação dos recursos naturais.

Para minimizar estes resultados e buscando responder às necessidades particulares deste grupo social, durante os anos 1980 e 1990 o Estado executou programas específicos e regionalizados para os “pequenos produtores”. Dentre estes destacaram-se o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), mais tarde

reformulado no Projeto Nordeste, que apresentava, dentre o conjunto de suas ações, o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), executados com recursos do Banco Mundial,

Estes programas buscavam melhorias nas condições de produção e comercialização dos pequenos produtores, sendo suas ações aplicadas em vários domínios: geração e difusão de tecnologias, assistência técnica e extensão rural, comercialização, ações fundiárias, recursos hídricos, abastecimento, apoio às comunidades rurais etc. De modo geral, contudo, estes projetos pouco alteraram as condições estruturais que reproduziam a pobreza vivida pelas famílias rurais.

Foi somente em meados da década de 1990 que os “pequenos agricultores”, agora denominados “agricultores familiares”, tornaram-se com maior intensidade público das políticas públicas brasileiras. Até então não existiam políticas com abrangência nacional voltadas ao atendimento específico deste segmento social (Schneider, Cazella e Mattei, 2004). Como resultado do reconhecimento da agricultura familiar pelo poder público e pela sociedade, outras políticas foram elaboradas visando esta categoria social. Vale ressaltar que essa década foi implantada a proposta de redefinição do papel do Estado seguindo a linha de pensamento presente no ideário neoliberal, com a chegada de Fernando Henrique Cardoso a presidência, teve impulso o movimento de reforma do Estado brasileiro, com encolhimento das políticas sociais, inclusive as de agricultura. Apesar disso, foi nessa década que o PRONAF foi formulado, conforme já discutimos.

Schneider e Griza (2014) fazem um resgate dos anos 2000, apontando que estes se iniciam sob o efeito de uma mudança política importante, que decorre da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. De um governo identificado com os princípios do referencial global do neoliberalismo e lastreado por uma aliança política com os setores mais conservadores da política nacional, passou-se a um governo eleito com o apoio e participação de vários partidos e movimentos sociais situados mais à esquerda do espectro político sem, no entanto, deixar de contemplar ideias e interesses de grupos representantes da burguesia bancária, industrial e agrícola nacional (SCHNEIDER E GRIZA, 2014 apud MIELITZ, 2011).

As mudanças que ocorreram nas relações e no papel do Estado e da sociedade civil estão especialmente ligadas no que se refere ao direcionamento das políticas públicas, na relação com os movimentos sociais e com a sociedade civil. Surgiram novos atores que até

então marginais nas arenas públicas e abriram oportunidades para a institucionalização de novas ideias para as políticas públicas.

Emergiu o tema da segurança alimentar e nutricional, mercados institucionais, crédito diferenciado, água para produção. Estes atores vinham propondo e disputando as políticas públicas desde o início dos anos 1990; no entanto, é apenas com a mudança política em 2002 que os mesmos conseguiram pautar a construção e a institucionalização das políticas públicas para a agricultura familiar com base em um novo referencial. Essa disputa foi conflituosa, porém neste trabalho não é possível aprofundar os rumos e as contradições de toda essa construção. Como foi nesse período que surgiu o PAA, PNAE, o P1+2, a retomada da ATER é evidente que temos que considerar as últimas duas décadas como pródigas em relação à criação e execução de um amplo espectro de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, que se iniciaram em meados dos anos 1990 com o PRONAF. É sobre essa evidência que destacamos na próxima seção as 05 políticas do estudo e sua implementação no Território de Irecê.

3.4 POLITICAS PUBLICAS PARA FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECE

Para o estudo das políticas públicas de agricultura familiar no Território de Irecê elencamos 05 (cinco) políticas criadas a partir desse período e que, segundo Delgado (2001, p.27), “representaram, em princípio, tentativas de integração da política agrícola e da política agrária, procurando levar em conta as especificidades dos segmentos empobrecidos e não integrados do campesinato e a necessidade de desenhar políticas que atendam às suas particularidades.”

A seleção levou em consideração dois elementos principais. Em primeiro lugar, a amostra deveria evidenciar a grande diversidade encontrada nas políticas públicas em curso no meio rural, que tivessem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar. Foram selecionadas as seguintes políticas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2) e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Em segundo lugar, as políticas em alguma medida deveriam ter como objetivo atingir um dos indicadores elencados na pesquisa, a saber: Organização e Diversificação da produção, Segurança Alimentar e Nutricional, Acesso aos

Mercados, renda e sucessão geracional. Em terceiro lugar, buscaram-se políticas que apresentassem entre si distintos e diversificados processos e instrumentos de territorialização. E, em último lugar, procurou-se privilegiar políticas com papel importante no contexto do meio rural brasileiro.

As cinco políticas estudadas neste trabalho são executadas nos municípios que compõem o Território de Irecê, que como já vimos possui mais de 40 mil famílias ocupadas. Nesse tópico, além de demonstrar um pouco do desenho dessas políticas, apresentaremos também o acesso que as famílias entrevistadas possuem ao PRONAF, PAA, ATER, P1+2 e PNAE.

A política executada há mais tempo no Território de Irecê é o PRONAF, datado de 1999. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é, em termos de recursos públicos, o mais importante programa voltado para o público da agricultura familiar. Trata-se de um programa de crédito voltado exclusivamente para agricultores familiares, classificados de acordo com sua receita. Surgiu como a primeira política pública diferenciada para pequenos produtores e como resultado de muita pressão popular, com destaque para o papel da Contag e do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT. O objetivo do programa é fortalecer a capacidade produtiva dos produtores mediante a concessão de crédito a taxas diferenciadas. As modalidades do PRONAF especificamente selecionadas nesta pesquisa são: PRONAF Semiárido, PRONAF Mais Alimentos e PRONAF B.

No mesmo ano de fundação do PRONAF iniciaram-se as operações de crédito nos municípios do Território. Atualmente Banco do Nordeste e Banco do Brasil são as instituições financeiras executoras, a partir das suas diversas modalidades de financiamento. Os dados coletados junto ao Banco do Nordeste dão conta de mais de 20 mil operações realizadas no Território no período de 2001 a 2008. Ao todo já foi investido o montante de R\$ 25 milhões do PRONAF nos 20 municípios que compõem o Território.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Ater e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal em 2003. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), a Pnater foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais.

A PNATER está sendo aplicada no Território desde 2010, ocasião do primeiro Edital de ATER lançado pela SAF/MDA estabelecendo as regras previstas na nova Lei 12.188. No Território são executoras da PNATER o Centro de Assessoria do Assuruá (CAA), Cooperativa de Técnicos (ASCONTEC), Cooperativa (COOTEBA) e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA⁵). A participação da sociedade civil na gestão e controle social ocorre através do Colegiado de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê - CODETER Território de Irecê e da Rede de ATER do Território. A modalidade de execução é contrato e as organizações estabelecem o acordo de execução dos serviços, que são ofertados a partir de Editais públicos com ampla concorrência, onde é vencedora a organização que obter maior pontuação definida como indicador de viabilidade de gestão do contrato. No Território o CAA executou em 2010 o ATER Agroecológico, através do MDA/SAF, para atender 1.200 famílias no valor de R\$ 1 milhão. Em 2014/2015 executou o contrato de ATER com o Governo da Bahia/SUAF/SEAGRI para atender 1.440 famílias no valor de R\$ 2,2 milhões duração de 2 anos. Em 2013/2015 a organização executou o contrato ATER Mulheres, através da MDA/SAF para atender 240 mulheres no valor de R\$ 728 mil reais, com 2 anos de execução. A ASCONTEC executou o ATER Mulheres através do MDA/SAF, para atender 160 mulheres no valor de R\$ 256.767,00. A COOTEBA executou em 2011/2013 o ATER Brasil sem Miséria, com 800 famílias, no valor R\$ 904.410,17 e em 2014/2015 executou o contrato ATER Mamona e Biodiesel, por meio do Governo da Bahia/SUAF/SEAGRI, para atender 960 famílias no valor de R\$ 940 mil reais e duração de 1 ano de execução. A EBDA executou o ATER Brasil sem Miséria, com 3680 famílias no valor aproximado de R\$ 4 milhões de reais. Foram contempladas 9.080 famílias nos municípios de América Dourada, Barro Alto, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Central, Cafarnaum, Gentio do Ouro, Irecê, Ibititá, Ibipeba, Ipupiara, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, Uibaí e Xique-Xique. O total de investimentos aproxima-se em R\$10 milhões.

O Programa Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do programa Fome Zero, que alia o combate à pobreza e à insegurança alimentar a instrumentos de inclusão social e de facilitação da comercialização de alimentos provenientes de agricultores familiares e suas

⁵ A EBDA foi extinta em dezembro de 2014 pelo Governo do Estado. Na reestruturação da Assistência Técnica e Extensão Rural na Bahia foi criada a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater), vinculada a nova Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural.

organizações. A principal ideia por trás do PAA é a promoção do desenvolvimento com inclusão social por meio do desenho de políticas diferenciadas e dirigidas para segmentos da agricultura familiar. Seus públicos envolvidos no desenho do PAA normalmente são os segmentos com maior capacidade produtiva no território, mas o programa atende também mercados institucionais e grupos da sociedade em situação de insegurança.

O PAA também foi formulado nacionalmente em 2003. No mesmo ano sua execução foi iniciada no Território de Irecê. Após isso o programa foi retomado com maior força a partir de 2007. É executado em diversas modalidades e órgão no Território é a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que assina contratos diretamente com as Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar. A participação da sociedade civil na gestão e controle social é através do Colegiado Territorial e do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios envolvidos.

Em 2003 foram 581 agricultores/as beneficiados com Contrato no valor de R\$ 348.600,00; 2007, 329 agricultores/as beneficiados, com contrato no valor de R\$ 941.168,80; 2008, 613 agricultores/as beneficiados, com contrato no valor de R\$ 1.657.419,97; 2009, 431 agricultores/as beneficiados, com contrato no valor de R\$ 1.235.744,11; 2010, 377 agricultores/as beneficiados, no valor de R\$ 1.337.210,80; 2011, 734 agricultores/as beneficiados, com contrato no valor de R\$ 1.961.954,52; 2012, 1.078 agricultores/as beneficiados, no valor de R\$ 3.657.079,43. Os últimos dados disponíveis são de 2013. Ao todo foram 514 agricultores/as beneficiados, com contrato no valor de R\$ 1.493.302,75. A estimativa de recursos aplicados no Território (2003 - 2013) foi de R\$ 12.632.480,38, beneficiando 3.622 nos municípios de América Dourada, Barro Alto, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Central, Cafarnaum, Gentio do Ouro, Irecê, Ibititá, Ibipeba, Ipupiara, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, Uibaí e Xique-Xique.

O Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2) -O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da ASA. O objetivo do programa é fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos. O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo

humano, e água para produção de alimentos. As características de solos, a formação rochosa (cristalino, sedimentar, arenito), a localização das implementações, a lógica de produção (agricultura, pecuária, extrativismo) e as formas de manejo também são requisitos observados na escolha das famílias e no tipo de tecnologia que mais se adequa a sua realidade.

O P1+2 foi formulado em 2005 sob a responsabilidade do MDS em nível federal, mas também é desenvolvido pelos Governos Estaduais, sendo a execução direta nos municípios realizada através das organizações da sociedade civil que implementam na base o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). A participação da sociedade civil na gestão e controle social ocorre por meio das Comissões Municipais da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) em cada município. No Território de Irecê a execução começou em 2009, através das entidades executoras: AGROCOOP, com contrato de 2012/2013 com a construção de 539 cisternas de produção, beneficiando 539 famílias, valor aproximado de 6 milhões; Centro de Desenvolvimento Socioambiental (Barriguda), com contrato de 2012/2013 para construção de 392 Cisternas de produção, beneficiando 392 famílias no valor aproximado de R\$ 4 milhões; Cáritas que possui com contrato de 2012/2013 com a construção de 302 cisternas de produção, beneficiando 302 famílias, valor total de 3 milhões; por último, o CAA executou o maior número de tecnologias para captação de água para produção. Ao todo foram 500 cisternas de produção, beneficiando 500 famílias, num valor total de R\$ 5 milhões de reais. O montante de recursos aplicados é de 18 milhões, beneficiando 1740 famílias nos municípios de América Dourada, Barro Alto, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Central, Cafarnaum, Gentio do Ouro, Irecê, Ibititá, Ibipecta, Ipupiara, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra e Uibaí.

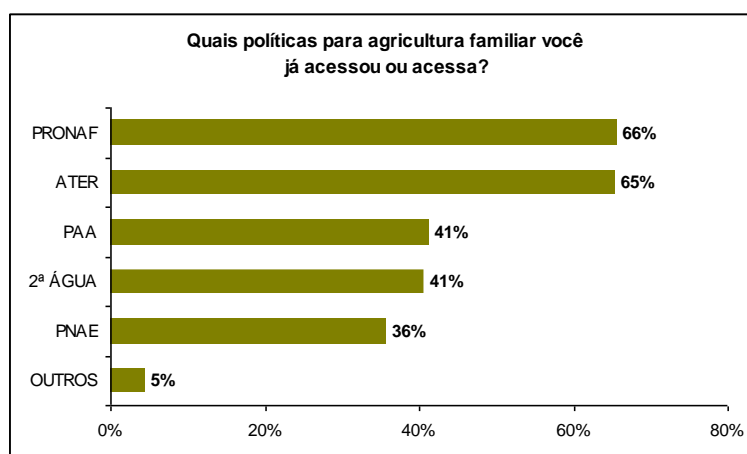
O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14). A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. As escolas poderão complementar a demanda entre agricultores do território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade. A Lei é regulamentada pela Resolução nº 26, do Conselho Deliberativo do FNDE, que descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos oriundos da agricultura familiar às Entidades Executoras. A produção de agricultores familiares, prioritariamente assentados de reforma

agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, agora serão adquiridas para a alimentação escolar.

Por fim, a execução do PNAE entre 2011 e 2013 ocorreu em 19 das 20 prefeituras do Território. O intuito é garantir a compra de no mínimo 30% da agricultura familiar. O município que iniciou esse processo foi Uibaí, com o primeiro contrato realizado em 2010. No ano de 2011 o PNAE foi executado em 08 municípios, sendo que destes apenas 03 atingiram os 30% exigidos, com um total de recursos no valor de 870 mil reais. Os maiores índices de aplicação foram para Uibaí (76%), Presidente Dutra (47%) e Lapão (46,32%). Em 2012 o número de municípios envolvidos foi 15, sendo que destes 11 atingiram os 30% exigidos pela legislação. Ao todo foram investidos 1,8 milhões e os municípios de Uibaí (72,03%), São Gabriel (59,16%) e Lapão (46,66%) foram os que atingiram os maiores índices de execução. Os dados de 2013 sobre execução do PNAE no Território dão conta de investimentos na ordem de 1,9 milhões, com 15 prefeituras participando, sendo que dessas 08 atingiram os 30% exigidos, com destaque para as que mais compraram da agricultura familiar: São Gabriel (68,14%), João Dourado (41,83%) e Irecê (40,74%).

Durante a pesquisa foi detectado dos seguintes números com relação ao acesso das famílias as políticas públicas (Gráfico 23): O PRONAF é a política mais acessada, já que 66% das famílias já realizaram operação de crédito para investimentos nas UPF's. A segunda política mais acessada é a Assistência Técnica, com 65% dos entrevistados afirmando terem sido assistidos pelas entidades que prestam o serviço de acompanhamento das Unidades Produtivas Familiares. O PAA e o P1+2 (2ª água) tiveram os 41% das famílias com acesso a essa política. O PNAE apresentou 36% dos resultados totais e outras políticas marcaram 5%.

Gráfico 23 – Percentuais das políticas públicas acessadas no Território de Irecê



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

O fato do PRONAF ter sido acessado por 66% das famílias significa que do total de 33 entrevistados/as aproximadamente 218 acessaram o PRONAF, 65% para a ATER, que representa 214 famílias, 41% do PAA, representa 135 entrevistados, 41% do P1+2 também 135 entrevistados e por fim o PNAE com 36% que representa 118 pessoas. Esse cálculo nos ajuda a pensar a articulação das políticas e o fato das famílias acessarem mais de uma política ao mesmo tempo, já que metodologicamente entrevistamos equitativamente 66 pessoas para cada política pública.

Nesse sentido, temos um resultado positivo com relação ao acesso de todas as políticas por parte das famílias, já que os dados apontam para a existência de mais de uma política em todas as UPF's entrevistadas, com destaque para o acesso do PRONAF e ATER pelas famílias, já que dos 66 entrevistados de cada um dos programas, mais 152 no caso do PRONAF e 148 do PAA acessaram conjuntamente outras políticas. Os dados revelaram também 5% dos percentuais distribuídos para outras políticas. Foi citado pelas famílias o Garantia Safra (1,82%), o P1MC (1,82%), Agroamigo, ATES EBDA, Barragem Subterrânea, todos com 0,30%. Vale ressaltar que o Agroamigo é uma modalidade do PRONAF, Barragem Subterrânea faz parte do P1+2 e ATES EBDA é uma modalidade de Assistência técnica. Portanto, esses dados somam ao acesso conjunto a diversas políticas nas unidades produtivas. Abaixo (Tabela 14) temos a distribuição desses números.

Tabela 14 – Percentual do acesso às políticas públicas com inclusão do item outros

Políticas	Sim	Não	Total geral
PRONAF	65,53%	34,47%	100,00%
ATER	65,42%	34,58%	100,00%
PAA	41,21%	58,79%	100,00%
2ª ÁGUA	40,65%	59,35%	100,00%
PNAE	35,69%	64,31%	100,00%
GARANTIA SAFRA	1,82%	98,18%	100,00%
P1MC	1,82%	98,18%	100,00%
AGROAMIGO	0,30%	99,70%	100,00%
ATES - EBDA	0,30%	99,70%	100,00%
BARRAGEM SUBTERRANEA	0,30%	99,70%	100,00%

Fonte: Banco de Dados da Pesquisa

Este tópico procurou detalhar a implementação das políticas objeto de estudo no Território de Irecê, como uma sistematização das políticas, seu objetivo, volume de recursos aplicados desde a implantação, entre outros.

3.5 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Este capítulo pretendeu demonstrar que as mudanças nas concepções de rural que fizeram emergir o conceito de desenvolvimento rural foram importantes para promover uma mudança de perspectiva na ação do Estado e na formulação de políticas públicas, fato intensificado a partir dos anos 2000.

O contexto histórico em que esse debate floresceu, bem como autores que cunharam aparato conceitual sobre os temas foram aqui tratados com o intuito de refletir sobre as mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorreram nos espaços rurais em face das transformações a partir do processo de reestruturação econômica. A tendência da adoção da abordagem territorial e as mudanças conceituais que a suportam são claramente confirmadas pelas estratégias políticas do Estado brasileiro. Esses temas dialogam com as políticas públicas para agricultura familiar implementadas no Território de Irecê, que objetivam fortalecer a categoria e melhorar as condições de vida dos agricultores e agricultoras.

O intuito de discutir neste capítulo um apanhado teórico sobre desenvolvimento rural e abordagem territorial e ao mesmo tempo trazer um pouco do desenho das políticas públicas selecionadas para esta investigação e os dados disponíveis sobre sua implementação no Território lócus da pesquisa, foi justamente para entendermos a direção da implementação das políticas públicas que surgiram a partir desse arcabouço conceitual e normativo.

Entende-se que a formulação e implementação de políticas públicas focalizadas, com critérios claros quanto ao seu público beneficiário e suas formas de acesso, que permitam canais de participação social para seu monitoramento e redefinições, configura-se como uma estratégia importante para fins de combate à pobreza e à fortalecimento da agricultura familiar. Sem pretensão de esgotar o debate finalizamos essa contribuição, abrindo caminho para analisar a partir da incidência e acesso das políticas públicas como elas vem contribuindo para a produção, segurança alimentar, acesso a mercados, renda e sucessão geracional da agricultura familiar do Território de Irecê. Os resultados obtidos estão disponíveis no próximo capítulo.

4 CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECE

Este capítulo analisa as contribuições das políticas públicas PRONAF, PAA, PNAE, PNATER e P1+2 para a agricultura familiar no Território de Irecê, a partir dos indicadores pré-estabelecidos, com o objetivo de verificar se de fato houve mudanças na produção, segurança alimentar, acesso a mercados, renda e sucessão geracional, uma vez que essa fase da investigação é predominantemente quantitativa. Foram feitos cruzamentos para indicar entre as políticas selecionadas em que medida estas contribuíram para a melhoria dos indicadores e realizadas algumas considerações sobre o conjunto da análise desenvolvida.

A partir do processo metodológico aqui adotado, definimos os 05 indicadores e suas respectivas variáveis para analisar o nível de contribuição. A título de introdução faremos um apanhado dos conceitos que sustentam a formulação dos indicadores para o fortalecimento da agricultura familiar.

O Indicador de Produção foi o primeiro a ser formulado, por entender que esse fortalecimento depende, em parte, da atividade agrícolas que ocorrem no interior da UPF. Assim, este foi composto por variáveis que identificaram o principal produto da UPF, o comportamento da produção desse produto após o acesso à política, a diversificação da UPF com vistas à sustentabilidade e o a possível variação na diversidade produzida após o acesso às políticas. Com os resultados dessa análise avaliamos qual política mais contribuiu para esse indicador, bem como as especificidades da produção e diversificação para o conjunto dos indicadores e da situação das UPF's estudadas.

Para construir esse referencial, partimos do entendimento de Wanderley (1997) ao afirmar que a produção aliada a diversificação das atividades produtivas são estratégias frequentemente adotada pelos agricultores familiares, que fortalecem sua atividade. O esforço da diversificação destina-se não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas igualmente a garantir o autoconsumo, melhorando os índices de segurança alimentar e nutricional. A diversificação pode ser considerada uma condição indispensável à sobrevivência e à competitividade das unidades produtivas, na medida em que garante a biodiversidade, promove o mercado de trabalho mantendo a população, cria riqueza por meio de novas oportunidades de negócio e gera dinâmicas em torno de agentes de desenvolvimento local.

A produção e diversificação configura-se como, portanto, uma possível alternativa capaz de proporcionar meios para elevar as vantagens relativas de áreas rurais, garantindo a

biodiversidade e ampliando o mercado de trabalho. Com relação às políticas públicas destinadas a fortalecer a agricultura familiar, como é o caso das políticas em estudo, faz-necessário identificar o nível dos resultados que elas estão produzindo para a diversificação e produção sustentável na agricultura familiar.

O Indicador de Segurança Alimentar e Nutricional, também foi eleito para o estudo como de extrema importância, para fins de análise da contribuição das políticas para agricultura familiar. Para isso foram criadas variáveis para identificar a origem da aquisição da base alimentar da família, a regularidade do consumo de produtos oriundos da agricultura familiar, a produção dos alimentos com qualidade, ou seja, sem utilização de agroquímicos e as mudanças no comportamento do consumo dos produtos da UPF após o acesso à política.

Durante a construção das variáveis, foi necessário definir-se o que se entende por segurança alimentar e nutricional na presente pesquisa. Neste sentido, entende-se a segurança alimentar a partir da definição brasileira que foi enviada à Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, a qual é citada por Maluf (2001). Esta definição é bastante ampla e completa por trazer em seu corpo conceitual, tanto o princípio do acesso permanente dos indivíduos aos alimentos, a questão das quantidades suficientes e permanente destes, a esfera da qualidade alimentar e nutricional e a das práticas alimentares saudáveis, que são as principais dimensões constitutivas do conceito de segurança alimentar. Assim, de acordo com esta definição:

[...] segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (MALUF, 2001, p. 147).

É este conceito que se utiliza para analisar e definir o indicador de segurança alimentar e nutricional, que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar no presente estudo. A agricultura familiar no Brasil, hoje, produz a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos Brasileiros. Segundo levantamentos feitos cerca de 70 por cento dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras são produzidas na pequena propriedade rural familiar. Por conta disso a agricultura familiar tem cada vez mais importância para a garantia da soberania alimentar das populações rurais e urbanas.

O Indicador de Renda foi construído para analisar o fortalecimento da agricultura familiar a partir da dimensão econômica. Assim, foram criadas variáveis para identificar a origem das rendas totais das famílias residentes nas UPF's, o volume da renda total e da renda agrícola mensal das famílias e detectar se esse volume aumentou após o acesso às políticas em estudo.

A composição das rendas conforme trabalhado nesta pesquisa está ligada a ideia de diversificação rural, caracterizada como pluriatividade que, de acordo com Graziano (1992), é considerada a nova base da agricultura moderna, uma vez que considera fundamental a criação de um novo conjunto de políticas não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais, proporcionando condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem a necessidade de migrar para as cidades. A agricultura familiar tem a capacidade de combinar atividade agrícola e não agrícolas na busca de alguma para garantir a melhoria da qualidade de vida das famílias.

Nesse sentido, o conjunto de políticas públicas que visam fortalecer a agricultura familiar deve garantir resultados específicos para a melhoria das rendas das famílias, já que a diversificação na composição da renda dos agricultores familiares fortalece a própria agricultura familiar.

O Indicador de Acesso a Mercados pretende analisar a comercialização dos produtos da UPF, como um momento em que o agricultor fecha o ciclo produtivo, para isso foi pensado em detectar o total da produção destinado para a comercialização; as principais formas de comercialização dos produtos da UPF e as mudanças ocorridas nessas maneiras de comercializar os produtos após o acesso às políticas. Vale ressaltar que para essa pesquisa, quanto maior a diversidade de canais de comercialização, mais sustentável é a agricultura desenvolvida na UPF. As políticas para agricultura familiar devem, portanto, considerar esse componente.

A construção de estratégias para a comercialização para fortalecer a agricultura Familiar é um desafio, principalmente considerando que o acesso a mercados é algo complexo que envolve diferentes elementos da dinâmica do processo. É na venda que o agricultor familiar transforma o fruto de todo seu trabalho nos recursos financeiros de que precisa para viver. O hábito de cultivar produtos básicos para a manutenção da família e vender o excedente é uma prática comum no Território em estudo e, por isso, o indicador analisou como as famílias vem realizando a comercialização e como as políticas públicas contribuíram para a melhoria dos processos de acesso a mercados.

O último indicador, o de Sucessão Geracional, foi construído a partir do entendimento de que a sucessão é a real possibilidade de reprodução da agricultura familiar enquanto categoria. Por isso, as políticas públicas que visam o fortalecimento da agricultura familiar devem apresentar resultados para esse fim. Dessa forma, construímos variáveis para identificar a quantidade de filhos que já trabalham na UPF, a expectativa sobre a sucessão na gestão da UPF e também de quem fará essa sucessão, para no final identificar se as políticas estão contribuindo para a permanência dos filhos na agricultura familiar.

Levou-se em conta o conceito de sucessão geracional na unidade de produção familiar agrícola a partir da abordagem de Gasson e Errington, (1993), para os quais a sucessão nos estabelecimentos agropecuários familiares envolve, necessariamente, a formação de novas gerações de agricultores e inclui a passagem das responsabilidades sobre o negócio, do poder e da capacidade de utilização do patrimônio para a geração seguinte, assim como a qualificação necessária para a integração dos novos agricultores num mercado competitivo, a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes (através do processo de sucessão patrimonial, com base na escolha de um entre os possíveis herdeiros, a aposentadoria da geração atual e a transmissão de responsabilidades e do poder sobre os ativos que compõem a unidade produtiva para a geração seguinte. (GASSON & ERRINGTON, 1993 apud Weisheimer, 2009, p. 24).

Dessa forma, a partir dos indicadores acima, procedeu-se a análise das políticas públicas P1+2, PAA, PNATER, PNAE e PRONAF no Território de Irecê, com o intuito de identificar as contribuições para o fortalecimento da agricultura familiar. A metodologia utilizada para o cálculo dos índices está descrita na introdução deste trabalho.

Na primeira seção realizamos a descrição dos resultados referentes às contribuições das políticas para a produção; na segunda seção realizamos a descrição dos resultados referentes às contribuições das políticas para segurança alimentar e nutricional; na terceira seção fazemos a descrição dessas contribuições para o acesso a mercados; na sequência, na quarta seção apresentamos as contribuições para a renda das famílias; na quinta seção fechamos os indicadores com a demonstração dos resultados referentes às contribuições das políticas para a sucessão geracional; por fim, a sexta e última seção traz uma descrição dos resultados gerais, chegando-se a conclusão da política que mais contribuiu para a agricultura familiar, a partir dos indicadores aqui propostos.

4.1 CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PARA A PRODUÇÃO

Para identificar a contribuição das políticas públicas para a melhoria da produção na agricultura familiar foram utilizadas as seguintes variáveis: 1) Principal produto da UPF e o volume da sua produção na última safra; 2) Variação da produção do principal produto após o acesso à política; 3) Diversidade da produção e criação na UPF e; 4) Variação da diversificação dos produtos na UPF após o acesso à política.

O quadro abaixo (Quadro 12) organiza a síntese dos resultados sobre o item 1) Principal Produto e volume da produção na última safra das 05 políticas estudadas. Apresenta os tipos de culturas elencadas durante a entrevista e o volume de sua produção a partir das informações dos agricultores e agricultoras. As culturas que apresentaram no geral maior índice de produção em volume de produtos na última safra foram leite (699,55), verduras (648,68), hortaliças (400,06), mandioca (248,96) e palma (203,94). Chama atenção a média do tri-consórcio milho, feijão e mamona intensificado em décadas anteriores, mas que nos últimos anos apresenta queda da produtividade, principalmente para o feijão, conforme já visto no capítulo 2 deste trabalho. O índice geral de produção do milho foi 9,54, a mamona (5,72) e o feijão (0,61). Culturas importantes, eleitas como prioridade no PTDRS do Território como Mel (11,70), Caprinos e Ovinos (3,82), Frutas (39,05) apresentaram índices menores de produtividade em relação aos mais pontuados. Porém, as culturas menos produzidas são o algodão (0,00), bovinos (0,44) e suínos (0,67).

Os resultados revelam que as famílias que acessam o PNAE, PAA e PRONAF são, respectivamente, as que mais possuem volume de produção nas UPF's. O PNAE apresentou média 249,83, com um total de 4.247,09 unidades produzidas, o PAA apresentou média 183,57 com um total de 3.120,73 unidades e o PRONAF 125,25, com 2.129,32 unidades produzidas. O P1+2 e PNATER apresentaram as menores médias com 48,68 para o P1+2 e 99,22 para o PNATER. Conforme já abordado, PAA e PNAE são políticas para incentivar a comercialização dos produtos da agricultura familiar através da garantia de mercados institucionais para o acesso por parte dos agricultores/as. Chama atenção o fato das famílias que acessaram essas políticas apresentarem o maior índice de volume de produção, PNAE (1,782) e PAA (1,309) indicando que as políticas podem estar produzindo em maior quantidade em função da garantia de comercialização pelos mercados institucionais. As famílias do PRONAF (0,893), também apresentaram bom índice de produção, o que confere

ao programa relação com esse resultado. Os menores índices foram para PNATER (0,708) e P1+2 (0,347).

Quadro 12 – Volume da produção do principal produto

Produto	UN	Média de produção					
		P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Milho	SC	10,79	5,79	7,92	14,71	8,06	9,45
Feijão	SC	0,05	0,30	1,92	0,23	0,56	0,61
Mamona	SC	8,98	2,98	3,11	6,45	7,06	5,72
Algodão	SC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sisal	Kg	0,00	0,00	454,55	0,00	0,00	90,91
Palma	Kg	0,00	0,00	924,24	60,61	34,85	203,94
Hortaliças	Kg	15,55	5,30	4,39	308,33	1.666,74	400,06
Verduras	CX	215,15	1.907,58	33,98	980,61	106,06	648,68
Frutas	CX	0,21	59,39	34,89	47,27	146,48	39,05
Mel	LT	0,00	0,00	0,91	27,27	30,30	11,70
Mandioca	KG	77,27	453,03	202,24	503,03	9,09	248,93
Aves	UN	2,32	77,67	3,06	0,30	3,89	17,45
Suíños	UN	0,85	0,08	0,00	0,00	2,45	0,67
Caprinos / Ovinos	UN	1,74	8,26	2,94	2,42	3,71	3,82
Bovino	UN	0,15	0,33	0,30	0,41	0,98	0,44
Ovos	DZ	3,64	9,11	0,91	0,00	0,00	2,73
Leite (vaca/cabra)	LT	490,91	590,91	11,36	2.295,45	109,09	699,55
Total de unidades		827,61	3.120,73	1.686,72	4.247,09	2.129,32	2.383,71
Média das médias		48,68	183,57	99,22	249,83	125,25	140,22
QUANTIDADE PRODUZIDA		0,347	1,309	0,708	1,782	0,893	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

A relação entre os resultados acima descritos no volume de produção declarada pelos entrevistados/as e a contribuição por parte dessas políticas para esse aumento, pode ser atestado a partir do resultado referente a variável 2) Variação da produção do principal produto após o acesso à política (Gráfico 24), onde do total de famílias 69% declarou que a produção aumentou após o acesso às políticas, 26% afirmou que não variou, 1% considerou que diminuiu e 4% não opinou na questão. A partir desses dados podemos afirmar que as

políticas públicas objeto da investigação contribuíram em certa medida para aumentar a produção das UPF's do Território.

Gráfico 24 – Variação no volume da produção do principal produto após acesso às políticas



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Ao destrinchar esse resultado a partir das 05 políticas estudadas (Quadro 13) percebe-se que as frequências absolutas dos entrevistados apresentaram os seguintes dados com relação ao aumento da produção após o acesso a cada política: PRONAF (49), PAA (47) e PNAE (45), demonstrando que para as famílias que acessam, o aumento da produção está relacionado à implementação da política. Em seguida temos as frequências absolutas do P1+2 (46) e PNATER (40). Esta última apresentou a maior frequência de entrevistados que afirmam ter permanecido no mesmo nível de produção após o acesso “não variou”, com 24 entrevistados/as e apresenta 1 entrevistado/a afirmando que houve redução da produção. Chama atenção a discussão sobre as contribuições do serviço de ATER através da PNATER, que foi a mais baixa, visto que essa política é responsável pelo acompanhamento das famílias e um dos pontos importantes é organização produtiva para aumento do volume e diversificação. Os entrevistados que acessam o P1+2 apresentaram um bom resultado com relação ao aumento da produção, que ficou próximo aos demais que estão no ranking dos melhores colocados no quesito, mas sobre a permanência do processo produtivo sem variação, a frequência absoluta apontou um número consideravelmente alto, ou seja, 17 entrevistados atestaram que não houve variação com o acesso das tecnologias de captação de água para o aumento da produção. Esse dado é importante para análise, visto que o objetivo da tecnologia é justamente aumentar a produção do quintal das famílias com disponibilização de água. Isso também é uma reflexão para o PAA e PNAE que tiveram o mesmo resultado na opção “não

variou”. O PRONAF segue como a política que mais contribuiu para aumento da produção, já que as famílias que acessaram essa política apresentaram em frequência absoluta o maior número no quesito “sim, aumentou” e menor para o quesito “não variou”. Vale ressaltar que no quadro abaixo não estão descritas as frequências dos que não opinaram.

Quadro 13 – Variação da produção após acesso às políticas

Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Sim, aumentou	46	47	40	45	49	227
Sim, diminuiu	0	0	1	1	1	3
Não variou	17	17	24	17	12	87

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Abaixo (Quadro 14) organizamos a síntese dos resultados sobre a variável 3) Diversidade da produção e criação na UPF. Também apresenta os tipos de culturas elencadas durante a entrevista e a variedade de produção agrícola e criação animal no interior das UPF’s, a partir das informações dos agricultores e agricultoras pela frequência absoluta. Pelos resultados é perceptível que para o conjunto das 330 famílias entrevistadas existe produção diversificada. A cultura mais presente no conjunto das unidades é o milho com 285 UPF’s produzindo, seguido de ovos presente em 243, aves (240), frutas (230), feijão (208) e palma (200). Logo depois vem hortaliças (181), mamona (177), verduras (170), caprinos/ovinos (138), mandioca (132), suínos (117), bovinos (109) e leite de vaca (98). As culturas menos presentes nas UPF’s são mel, com apenas 29 entrevistados/as, sisal com 7 e algodão com 4 entrevistados/as afirmando trabalhar essa cultura na UPF.

A média de diversificação aponta os agricultores do PAA com maior diversificação da produção (34,88) e P1+2 (31,88). Os agricultores do PNAE, PRONAF e PNATER vem na sequência com 30,59, 29,18 e 28,35. Nesse sentido o índice sintético para a diversificação da produção nas UPF’s das famílias está mais alto respectivamente para os beneficiários do PAA (0,231), P1+2 (0,211), PNAE (0,202), PRONAF (0,193) e PNATER (0,188), demonstrando que pode haver correlação entre a contribuição da política para a melhoria do processo de diversificação, importante para a sustentabilidade da agricultura familiar principalmente no semiárido, como é o caso dos municípios do Território de Irecê.

Quadro 14 – Tipicidade dos produtos e criações por política pública nas UPF's

Produto	Itens produzidos em frequência absoluta					
	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Milho	58	57	52	56	62	285
Feijão	42	37	41	42	46	208
Mamona	38	33	34	31	41	177
Algodão	2	65	1	1	0	4
Sisal	2	2	1	1	1	7
Palma	43	37	39	41	40	200
Hortaliças	50	43	28	32	28	181
Verduras	42	39	29	34	26	170
Frutas	47	47	48	48	40	230
Mel	4	13	4	4	4	29
Mandioca	24	25	30	35	18	132
Aves	54	49	46	47	44	240
Suínos	31	22	18	22	24	117
Caprinos / Ovinos	25	26	32	25	30	138
Bovino	16	23	19	27	24	109
Ovos	51	49	47	47	49	243
Leite (vaca/cabra)	13	26	13	27	19	98
Total de unidades	542,00	593,00	482,00	520,00	496,00	2.568,00
Média das médias	31,88	34,88	28,35	30,59	29,18	151,06
DIVERSIDADE DE PRODUTOS	0,211	0,231	0,188	0,202	0,193	

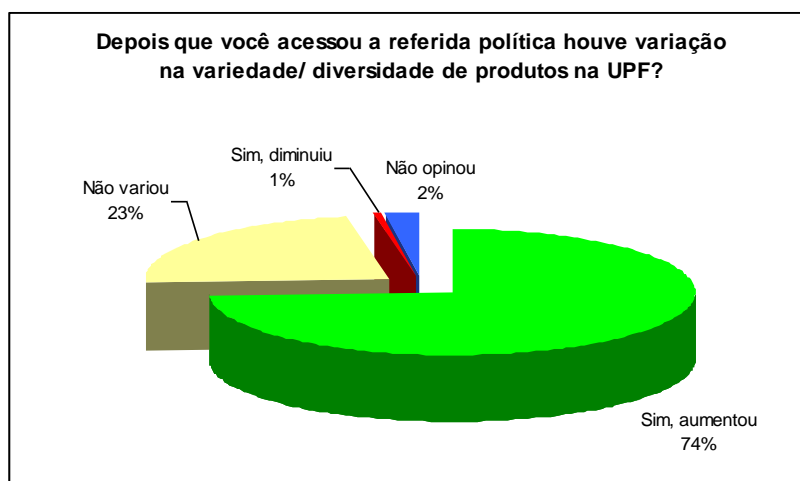
Fonte: Banco de dados da pesquisa

Essa relação entre os resultados da frequência absoluta sobre a diversificação dos produtos e o acesso às políticas pode ser comprovado quando visualizamos as estatísticas referentes à opinião dos agricultores e agricultoras entrevistados durante a pesquisa sobre o fato dessa diversificação ter variado após a implementação da política.

Abaixo (Gráfico 25) apresentamos as estatísticas que comprovam a contribuição das políticas para a melhoria da diversificação da produção junto às famílias, variável 4) Variação da diversificação dos produtos na UPF após o acesso à política. Para 74% dos entrevistados/as a diversidade de produtos e criações da agricultura familiar aumentou após o acesso às políticas, outros 23% afirmaram que não houve interferência após esse acesso, 1% diz que diminuiu e 2% preferiram não opinar sobre o quesito. Assim como no aumento da

produtividade é possível concluir que do ponto de vista dos agricultores e agricultoras as políticas contribuem para maior diversificação da produção.

Gráfico 25 – Variação na diversificação da produção nas UPF's após acesso às políticas



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Um apanhado desse resultado a partir das frequências absolutas pudemos desvendar no campo da diversificação quais grupos de agricultores de cada política afirmaram a relação entre o acesso e o aumento da diversificação (Quadro 15). Percebe-se que em números absolutos dos entrevistados do P1+2, 54 fizeram essa afirmativa, no PRONAF (52) e ATER (51). Essas três políticas aparecem como as iniciativas que apresentaram maior frequência na diversificação após acesso, seguida do PAA (45) e PNAE (43). Com relação a permanência na mesma situação destacamos também essas duas últimas políticas, sendo que 20 entrevistados do total que acessam o PNAE e 19 do PAA apresentaram resposta positiva no quesito “não variou”. O P1+2 apresentou a maior frequência de aumento da diversificação da produção, demonstrando a importância das políticas de acesso a água para as famílias no Semiárido. Ao contrário do volume de produção, na variável diversificação a PNATER apresentou melhores resultados em frequência absoluta.

Quadro 15 – Variação da diversificação após acesso às políticas

Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Sim, aumentou	54	45	51	43	52	245
Sim, diminuiu	1	0	0	1	0	2
Não variou	10	19	14	20	13	76

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Levando em consideração o conjunto de variáveis estabelecidas nesta pesquisa como elementos que apontam para o melhor indicador de produção, apresentamos abaixo (Quadro 12) a síntese dos resultados com os índices de contribuição das políticas públicas para a melhoria da produção nas UPF's do Território de Irecê.

Com relação a primeira variável 1) Volume da produção do principal produto (Quadro 16), o PAA apareceu como a política que mais contribuiu para a o aumento do volume da produção no interior das UPF's, com índice 0,231, seguida do P1+2 (0,211), PNAE (0,202), PRONAF (0,193) e PNATER (0,188), que foi a última colocada. A variável de aumento da produção após o acesso à política item 2) Variação da quantidade produzida após acesso foi liderado pelo P1+2 que obteve índice 0,218, seguido do PRONAF (0,214), PNATER (0,210), PAA (0,185) e por último o PNAE com (0,173). Sobre a diversidade produzidas nas UPF's, variável 3) Diversidades produzidas nas UPF's, o PNAE apresentou maior índice com (1,782), seguido do PAA (1,309), PRONAF (0,893), PNATER (0,708) e por último P1+2 com (0,347). Por último, a variável 4) Variação da diversidade produzida nas UPF's foi liderada pelo PRONAF que apresentou índice (0,214), seguido do PAA (0,210), P1+2 (0,205), PNAE (0,196) e PNATER (0,174).

Quadro 16 – Síntese dos índices de contribuição das políticas para produção

INDICADORES		PROGRAMAS				
		P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF
1)	Volume da produção (do principal produto)	0,211	0,231	0,188	0,202	0,193
2)	Variação da quantidade produzida após acesso	0,218	0,185	0,210	0,173	0,214
3)	Diversidades produzidas nas UPF's	0,347	1,309	0,708	1,782	0,893
4)	Variação da diversidade produzida nas UPF's	0,205	0,210	0,174	0,196	0,214
INDICADOR CONTRIBUIÇÃO NA PRODUÇÃO		0,245	0,484	0,320	0,588	0,379

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Portanto, levando em consideração o agrupamento das variáveis para o Indicador de Produção, o PNAE, é a política que mais contribuiu para a melhoria das condições de produção da agricultura familiar do Território, apresentando índice (0,588) no geral. Em segundo lugar ficou o PAA com (0,484), seguido do PRONAF (0,379), PNATER (0,320) e por último o

P1+2 com índice (0,245). Na próxima seção veremos os resultados da contribuição das políticas para o Indicador de Segurança Alimentar e Nutricional.

4.2 CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A contribuição das políticas públicas para a melhoria da segurança alimentar e nutricional foi mensurada a partir das seguintes variáveis: 5) Origem da aquisição da base alimentar da família; 6) Regularidade do consumo dos produtos da UPF, sendo eles beneficiados ou não; 7) Utilização de adubos e/ou defensivos químicos nos produtos da UPF que são consumidos e; 8) Consumo de produtos da UPF após o acesso à política.

O quadro abaixo (Quadro 17) organiza a síntese dos resultados sobre a variável 5) Origem da aquisição da base alimentar da família a partir das 05 políticas estudadas. Os resultados gerais com frequência absoluta demonstram que dos 330 entrevistados 166 tem a base alimentar adquirida em parte na UPF e o restante comprado fora, com maior parte adquirida fora. Outros 92 obtém também uma parte na UPF e outra parte fora, com maior parte na UPF e 63 na UPF e fora de forma igualitária.

Apenas 2 entrevistados afirmaram que toda a base alimentar é adquirida totalmente na UPF e 05 afirmaram que adquirem totalmente fora da UPF. A formulação dessa variável se deu no sentido de relacionar a aquisição da base alimentar com os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias no que tange ao direito à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade. O fato das famílias produzirem os alimentos na própria UPF significa maior autonomia e sustentabilidade e maior qualidade dos alimentos, caso sejam produzidos sem adição de agroquímicos. Os números absolutos nos indicam que as famílias consomem os produtos da UPF, já que 323 entrevistados/as afirmaram que de alguma forma a UPF fornece parte dos alimentos consumidos. No decorrer desta seção fazemos uma descrição mais minuciosa desses resultados.

O índice para essa variável, sintetizado a partir de metodologia já explicada, apontou que o PAA é quem mais contribui para a melhoria da base alimentar das famílias com 0,213, seguido do PRONAF (0,201), P1+2 (0,200), PNATER com 0,197 e por último o PNAE com (0,188).

Quadro 17 – Origem da aquisição da base alimentar da família

Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Totalmente na UPF	0	2	0	0	0	2
UPF e compras fora sendo maior quantidade da UPF	19	20	20	13	20	92
UPF e compras fora, meio a meio	12	15	9	17	10	63
UPF e compras fora sendo maior quantidade compra fora	34	29	34	33	36	166
Totalmente fora da UPF	1	0	3	1	0	5
BASE ALIMENTAR	0,200	0,213	0,197	0,188	0,201	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Como 323 entrevistados das 05 políticas estudadas afirmaram consumir os produtos da UPF, abaixo (Quadro 18 e Quadro 19) apresentamos o resultado referente a variável 6) Regularidade do consumo dos produtos da UPF, sendo eles beneficiados ou não, que nos diz, além do fato das famílias estarem consumindo a frequência desse consumo. Quanto mais frequente maior a contribuição para o indicador de segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, após multiplicar a frequência absoluta pelo peso referente a cada tipo de regularidade (diária, semanal, de vez em quando, nunca) foram obtidos valores totais para o conjunto de produtos por tipo de regularidade. Os produtos mais consumidos com regularidade diária foram o milho (129), hortaliça (113), verdura (101), ovos (93), feijão (90), leite (75) e frutas (63). No outro extremo estão os produtos nunca consumidos a partir de uma produção da própria UPF: farinha (41), carne de caprinos (33), carne bovina (30), feijão (29), hortaliças (29), verduras (24), mel (24) e carne de suínos (21). De todos os produtos, somando os três tipos de regularidade, os mais consumidos são: milho (270), ovos (231), carne de aves (209), feijão (194), hortaliças (173) e verduras (167). Vale ressaltar que os últimos dados contribuem menos para a SAN do que os primeiros, visto que a regularidade “diária” é a ideal para mensurar a segurança alimentar.

Os totais apontam para maior regularidade de consumo (diariamente) para os agricultores e agricultoras do PAA (519), seguido do P1+2 (447) e por último PNATER (348), que estão dispostas no Quadro 18 e PNAE (564) e PRONAF (414), dispostas no Quadro 19. Esse total já está multiplicado pelo peso atribuído a cada tipo de regularidade.

Quadro 18 – Regularidade do consumo nas UPF's pelos agricultores/as do PAA, P1+2 e PNATER

Regularidade/ Produto	P1+2				PAA				PANATER			
	Diariamente	Semanalmente	De vez em quando	Nunca	Diariamente	Semanalmente	De vez em quando	Nunca	Diariamente	Semanalmente	De vez em quando	Nunca
Milho	26	12	19	3	23	2	28	5	23	8	18	2
Feijão	21	7	13	9	16	6	17	3	17	8	10	4
Hortaliças	26	15	5	8	32	7	2	4	13	7	4	4
Verduras	21	15	7	7	27	8	5	2	13	6	5	3
Frutas	10	11	16	4	17	6	19	4	6	7	27	1
Mel	1	3	1	5	3	1	10	2	2	0	3	4
Farinha	3	1	3	8	10	1	2	4	9	1	2	9
Aipim	3	7	9	5	2	7	17	1	4	5	13	2
Carne de aves	4	17	27	2	1	19	26	0	1	19	21	2
Carne de suínos	2	5	18	10	0	0	16	3	2	1	13	2
Carne de caprinos / ovinos	1	5	15	5	3	9	14	4	0	3	20	5
Carne bovina	3	4	3	6	2	3	9	3	2	1	7	5
Ovos	18	21	9	2	21	16	10	1	14	22	9	3
Leite (vaca/cabra)	10	0	2	3	16	4	6	1	10	4	1	3
Total/multiplicado por peso	447	246	147	0	519	178	181	0	348	184	153	0

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Quadro 19 – Regularidade do consumo nas UPF's pelos agricultores/as do PAA, P1+2 e PNATER

Regularidade/ Produto	PNAE				PRONAF				GERAL			
	Diariamente	Semanalmente	De vez em quando	Nunca	Diariamente	Semanalmente	De vez em quando	Nunca	Diariamente	Semanalmente	De vez em quando	Nunca
Milho	28	8	18	4	29	10	18	4	129	40	101	18
Feijão	16	10	16	2	20	4	13	11	90	35	69	29
Hortaliças	26	6	3	8	16	3	8	5	113	38	22	29
Verduras	26	5	3	6	14	8	3	6	101	42	23	24
Frutas	18	14	12	2	12	5	17	5	63	43	91	16
Mel	0	2	4	9	2	0	1	4	8	6	19	24
Farinha	13	0	3	11	4	0	2	9	39	3	12	41
Aipim	6	9	14	6	1	3	7	8	16	31	60	22
Carne de aves	3	25	18	1	1	14	23	3	10	94	115	8
Carne de suínos	0	2	13	4	1	4	18	2	5	12	78	21
Carne de caprinos / ovinos	2	4	15	8	2	5	18	11	8	26	82	33

Carne bovina	3	0	9	9	4	3	8	7	14	11	35	30
Ovos	23	15	5	2	17	19	12	3	93	93	45	11
Leite (vaca/cabra)	24	2	1	6	15	4	2	5	75	14	12	18
Total/ Multiplicado por peso	564	204	134	0	414	164	150	0	2292	976	764	0

No geral, o indicador de regularidade de consumo dos produtos da UPF (Quadro 20) aponta o PNAE como a política que mais contribuiu para esse indicador com (0,224), seguido do PAA (0,218), P1+2 (0,208), PRONAF (0,181) e PNATER (0,170). Esse resultado pode estar relacionado com o índice da variável 3) Diversidades produzidas nas UPF's, na seção anterior, onde esta política apresentou índice 1,309 e se destacou como a política que mais contribuiu para a diversificação da produção nas UPF's. O índice geral de produção também apontou o PNAE.

Quadro 20 – Síntese dos resultados do indicador de regularidade de consumo nas UPF's

PROGRAMA	P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF
Total	840	878	685	902	728
REGULARIDADE DE CONSUMO	0,208	0,218	0,170	0,224	0,181

Fonte: Banco de dados da pesquisa

A variável 7) Utilização de adubos e/ou defensivos químicos nos produtos da UPF que são consumidos também foi testada junto aos entrevistados como componente do indicador de SAN. O intuito foi verificar junto as famílias a qualidade dos alimentos consumidos nas UPF's. Do total de entrevistados/as (Quadro 21) 243 afirmaram nunca ter utilizado adubo ou defensivo químico nos alimentos produzidos para o consumo, um número satisfatório, já que o modelo baseado na revolução verde, que considera o uso de agroquímicos, foi extremamente difundido no Território nas décadas anteriores. A maior frequência para a questão “nunca utilizamos” foi nas famílias do P1+2 (58), seguida da PNATER (50), PAA (49), PRONAF (46) e PNAE (40). O cálculo do índice, considerando todos os quesitos aponta também o P1+2 como a política que mais contribui para a qualidade dos alimentos consumidos a partir da variável “utilização de agroquímicos” (0,227), seguido do PAA (0,202), PNATER (0,201), PRONAF (0,191) e PNAE (0,179).

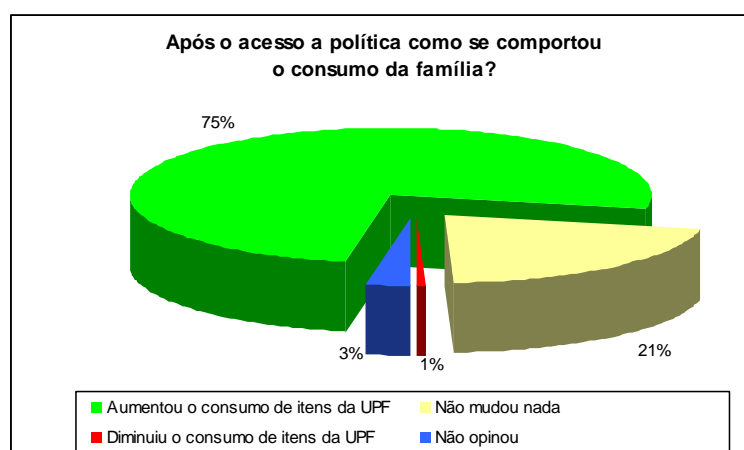
Quadro 21 – Utilização de adubos e/ou defensivos químicos nos produtos da UPF que são destinados ao consumo

Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Sempre utilizamos	0	3	3	5	5	16
Às vezes utilizamos	6	9	11	13	13	52
Utilizamos uma única vez	2	4	1	6	2	15
Nunca utilizamos	58	49	50	40	46	243
UTILIZAÇÃO DE AGROQUÍMICOS	0,227	0,202	0,201	0,179	0,191	0,227

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Abaixo, (Gráfico 26) apresentamos as estatísticas relacionadas a última variável do indicador de Segurança Alimentar e Nutricional, 8) Consumo de produtos da UPF após o acesso à política, onde pode ser feita a relação entre qualidade, quantidade e regularidade do consumo comprovadas pelas famílias nas variáveis acima, porém com o ateste de que ocorreu após o acesso às políticas selecionadas como objeto do estudo. Assim, em percentuais gerais do total de entrevistados/as 75% afirmaram que o consumo de produtos da UPF aumentou após o acesso às políticas, 21% afirmaram que não variou, 1% afirmaram ter ocorrido uma diminuição e 3% não opinaram.

Gráfico 26 – Variação no comportamento das famílias com relação ao consumo de produtos



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Ao verificar junto a cada política como se deu os níveis de variação (Quadro 22), a partir de frequências absolutas detectamos que o P1+2 apresentou o maior número de entrevistados/as (54) afirmando que a referida política contribuiu para o aumento do consumo

dos produtos. Na sequência PNATER e PNAE obtiveram respostas iguais, 51 em cada, PAA (48) e PRONAF (45). Dos entrevistados/as que afirmaram não ter ocorrido nenhuma mudança o PRONAF foi o que apresentou o maior número de entrevistados com 19, seguido de PAA (17), PNATER (13), PNAE (12) e P1+2 (9). O índice de contribuição, considerando todos os itens que compõe a variável também apontou o P1+2 (0,215) como a política que mais contribuiu, em seguida PNATER e PNAE (0,206), PAA (0,194) e PRONAF (0,178), tendo o mesmo resultado das frequências absolutas só para aumento do consumo.

Quadro 22 – Frequência do comportamento das famílias com relação ao consumo por política

Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Não mudou nada	9	17	13	12	19	70
Aumentou o consumo de itens da UPF	54	48	51	51	45	249
Diminuiu o consumo de itens da UPF	1	0	0	0	1	2
VARIAÇÃO DO CONSUMO	0,215	0,194	0,206	0,206	0,178	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Os resultados do conjunto de variáveis estabelecidas para o indicador de Segurança Alimentar e Nutricional, dispostos abaixo (Quadro 19) contém os índices de contribuição das políticas públicas o referido indicador, a partir do estudo das políticas públicas implementadas nas UPF's do Território de Irecê. As variáveis estão enumeradas de forma sequencial considerado os 05 indicadores do trabalho e para o indicador de SAN foram trabalhadas: 5) Origem da aquisição da base alimentar da família; 6) Regularidade do consumo dos produtos da UPF, sendo eles beneficiados ou não; 7) Utilização de adubos e/ou defensivos químicos nos produtos da UPF que são consumidos e; 8) Consumo de produtos da UPF após o acesso à política.

Com relação a variável 5) Origem da aquisição da base alimentar da família (Quadro 23), a política que apresentou os melhores resultados foi o PAA (0,213), seguida do PRONAF (0,201), P1+2 (0,200), PNATER (0,197) e PNAE (0,188). Para variável 6) Regularidade do consumo dos produtos da UPF, sendo eles beneficiados ou não, a política que mais contribuiu para a o aumento do volume da produção no interior das UPF's a maior regularidade de consumos da própria UPF foi o PNAE, com índice 0,224, seguida do PAA (0,218), P1+2 (0,208), PRONAF (0,181) e PNATER (0,170), que foi a última colocada. A variável 7) Utilização de adubos e/ou defensivos químicos nos produtos da UPF que são consumidos foi liderada pelo P1+2 que obteve índice 0,227, seguido do PAA (0,202), PNATER (0,201),

PRONAF (0,191) e por último o PNAE com (0,179). Sobre a mudança no consumo das famílias, variável 8) Consumo de produtos da UPF após o acesso à política, o P1+2 apresentou maior índice com (0,215), seguido da PNATER e PNAE que obtiveram (0,206) e por último o PAA (0,194).

Quadro 23 – Síntese dos índices de contribuição das políticas para SAN

INDICADORES		PROGRAMAS				
		P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF
05	Aquisição da base alimentar	0,200	0,213	0,197	0,188	0,201
06	Regularidade do consumo	0,208	0,218	0,170	0,224	0,181
07	Utilização de adubos e defensivos	0,227	0,202	0,201	0,179	0,191
08	Variação no consumo	0,215	0,194	0,206	0,206	0,178
INDICADOR SEGURANÇA ALIMENTAR		0,213	0,207	0,194	0,199	0,188

Fonte: Banco de dados da pesquisa

O agrupamento para o Indicador de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir do conjunto das variáveis aponta o P1+2 como a política que mais contribuiu para a melhoria da qualidade de SAN das famílias, apresentando índice (0,213) no geral. Em segundo lugar ficou o PAA com 0,207, seguido do PNAE (0,199), PNATER (0,194) e por último o PRONAF com índice (0,188). Na próxima seção veremos os resultados da contribuição das políticas para o Indicador de Acesso a Mercados.

4.3 CONTRIBUIÇÕES PARA ACESSO A MERCADOS

A contribuição das políticas públicas para o acesso a mercados, ou seja, a comercialização dos produtos da agricultura familiar, foram utilizadas as seguintes variáveis: 9) Comercialização dos produtos da UPF; 10) Total da produção destinado para a comercialização; 11) Principal forma de comercialização dos produtos da UPF, antes de acessar a política pública e; 12) Formas de comercialização dos produtos da UPF.

O quadro abaixo (Quadro 24) organiza os resultados da variável 9) Comercialização dos produtos da UPF. Os resultados gerais com frequência absoluta demonstram que 311 dos 330 entrevistados afirmam que realizam comercialização dos produtos, contra 15 que responderam não praticar comercialização. O resultado é um forte indicativo de que as famílias possuem rendas agrícolas e que a atividade produtiva não é somente de subsistência. Os resultados para cada política foram distribuídos da seguinte forma: PAA (65), PNAE (63), PRONAF (62),

PNATER (61) e P1+2 (60). Desses números absolutos foi aplicada a metodologia para extração do índice de comercialização. Nesse sentido, o PAA apresentou o maior índice (0,209), seguido do PNAE (0,203), fato explicado porque essas políticas foram formuladas para comercialização dos produtos da agricultura familiar em mercados institucionais. Na sequência estão o PRONAF (0,199), PNATER (0,196) e P1+2 (0,193).

Quadro 24 – Existência de comercialização de algum dos produtos da UPF

Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Sim	60	65	61	63	62	311
Não	6	1	3	1	4	15
EXISTÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO	0,193	0,209	0,196	0,203	0,199	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

A variável 10) Total da produção destinado para a comercialização fez uma análise sobre a fração de produção comercializada, com o intuito de identificar as políticas que mais contribuem para essa comercialização. Os resultados gerais das frequências absolutas (Quadro 25) apontam que 178 entrevistados comercializam a maior parte, 129 a menor parte, 16 não comercializam nada e 7 comercializam tudo. Isso demonstra que mais da metade das famílias estão num circuito intenso de comercialização da sua produção, o que melhora a renda agrícola das UPF's. Quando organizamos o índice da Quantidade de comercialização por política, identificamos que para aqueles que acessam o PAA e PNAE estas encontram-se no ranking dos maiores índices, apresentando ambas com 0,221, seguido do PRONAF (0,198), PNATER (0,192) e por último o P1+2.

Quadro 25 – Total da produção das UPF's destinadas para a comercialização

Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Tudo	0	2	3	2	0	7
Maior parte	25	43	29	43	38	178
Menor parte	35	20	30	20	24	129
Nada	6	1	4	1	4	16
QUANTIDADE COMERCIALIZADO	0,168	0,221	0,192	0,221	0,198	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Para identificar se havia relação entre o nível de comercialização e as políticas acessadas foi construída a variável 11) Principal forma de comercialização dos produtos da UPF, antes de acessar a política pública, com o intuito de identificar as formas de

comercialização para depois estabelecer comparações. Os resultados gerais (Quadro 26) apontam que a maior parte das famílias ainda comercializa através de intermediário “atravessador”, já que 256 entrevistados fizeram essa afirmativa. Os que comercializam direto ao consumidor são 105) mercados institucionais (24), integrada a cooperativa (9) venda na CEAASA (2). Nenhum entrevistado/a declarou comercializar para agroindústria familiar/comunitária e/ou a grande indústria. Os índices para Forma de comercialização anterior a política foram: PNAE (0,245), PAA (0,220), PRONAF (0,194), PNATER (0,172) e P1+2 (0,169).

Quadro 26 - Principal forma de comercialização dos produtos da UPF antes da política acessada

Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Através de intermediário	49	49	50	54	54	256
Direto ao consumidor (feiras / porta em porta)	17	26	18	30	14	105
Integrada à Agroindústria Familiar	0	0	0	0	0	0
Integrada à Cooperativa	1	2	0	3	3	9
Integrada à Grande Indústria	0	0	0	0	0	0
Venda na CEAASA	0	0	0	1	1	2
Mercados Institucionais	0	10	0	9	5	24
Total de unidades/com multiplicação dos pesos	67	87	68	97	77	396
FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO ANTERIOR A POLÍTICA	0,169	0,220	0,172	0,245	0,194	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

A comercialização atual das famílias, sendo, portanto, após o acesso às políticas públicas, foi discutido através da variável 12) Formas de comercialização dos produtos da UPF. Assim, foi possível fazer uma comparação para identificar se houve mudança após a implementação da política. Abaixo (Quadro 27) apresentamos os resultados: A maioria dos entrevistados/as também afirmam que é através de intermediário (246), seguido de direto ao consumidor em feiras e de porta em porta (137), mercados institucionais (111), integrada a cooperativa (33), integrada à agroindústria familiar (25) e venda na CEAASA (5). A integração à grande indústria mais uma vez não pontuou.

Em números absolutos é possível perceber uma mudança nas formas de comercialização por parte das famílias agricultoras após o acesso às políticas públicas. As vendas direto ao consumidor, nos mercados institucionais tiveram um aumento significativo, que demonstram que mesmo mantendo o intermediário como uma das formas de comercialização as famílias

passaram a diversificar mais esses canais. As vendas direto ao consumidor aumentaram 30,47%, enquanto que os mercados institucionais aumentaram 462,5% em relação ao período de não acesso à política. Essa última estatística já era previsível, visto que entre os entrevistados/as estão 66 que acessaram PNAE e 66 que acessaram PAA nos últimos anos, justificando esse aumento da comercialização para esse tipo de mercado. As vendas integradas à agroindústria familiar e a cooperativas também aumentaram. As frequências absolutas são tímidas, de 0 passou-se para 25 e de 9 passou-se para 33, mas muito importante o aumento para a sustentabilidade da agricultura familiar, visto que em relação ao total de entrevistados os dois juntos somam 14,84% do total. As vendas na CEASA e Integrada à grande indústria não tiveram alterações.

Sobre o detalhamento da distribuição das frequências por política pública, destacamos o baixo acesso das famílias do PNATER aos mercados institucionais, uma vez que é objetivo da ATER estimular as famílias e viabilizar a comercialização nesta modalidade. Levando em conta os índices apurados dessa variável é possível afirmar o PNAE (0,260) e PAA (0,233) foram as políticas que mais contribuíram para a diversificação das formas de comercialização por parte das famílias, seguida do PRONAF (0,176), P1+2 (0,169) e PNATER (0,162).

Quadro 27 - Principal forma de comercialização dos produtos da UPF

Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF	GERAL
,5%	49	47	52	48	50	246
Direto ao consumidor (feiras, porta em porta)	30	29	22	33	23	137
Integrada à Agroindústria Familiar	3	3	5	11	3	25
Integrada à Cooperativa	3	11	1	12	6	33
Integrada à Grande Indústria	0	0	0	0	0	0
Venda na CEAASA	0	3	0	1	1	5
Mercados Institucionais	9	37	10	40	15	111
Total de unidades	94	130	90	145	98	557
FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO APÓS POLÍTICA	0,169	0,233	0,162	0,260	0,176	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Entendendo que o processo de comercialização é uma etapa importante, onde os agricultores e agricultoras enfrentam muitas dificuldades e por isso, as políticas públicas para agricultura familiar devem considerar esse componente, demonstramos abaixo (Quadro 28) os índices gerais para cada variável e os resultados com relação ao Indicador Acesso a Mercados.

Na variável 9) Comercialização dos produtos da UPF o PAA foi a política que apresentou melhor resultado (0,209), nas variáveis seguintes o PNAE se destacou como a política que mais contribuiu para cada uma, apresentando índice 0,221 na variável 10) Total da produção destinado para a comercialização o PNAE, 0,245 na variável 11) Principal forma de comercialização dos produtos da UPF, antes de acessar a política pública e 0,260 na variável 12) Formas de comercialização dos produtos da UPF.

Quadro 28 – Síntese dos índices de contribuição das políticas para segurança alimentar e nutricional

INDICADORES		PROGRAMAS				
		P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF
9)	Comercialização dos produtos	0,193	0,209	0,196	0,203	0,199
10)	Quantidade comercializada	0,168	0,221	0,192	0,221	0,198
11)	Formas de comercialização (antes da política)	0,169	0,220	0,172	0,245	0,194
12)	Formas de comercialização (atual)	0,169	0,233	0,162	0,260	0,176
INDICADOR ACESSO A MERCADOS		0,175	0,221	0,180	0,232	0,192

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Portanto, o cálculo do indicador de acesso a mercados a partir dos resultados desse conjunto de variáveis aponta o PNAE como a política que mais contribuiu para esse indicador (0,232), seguido do PAA (0,221), PRONAF (0,192), PNATER (1,80) e por último o P1+2 (0,175).

4.4 CONTRIBUIÇÕES PARA RENDA

Para identificar a contribuição das políticas públicas para a melhoria das rendas das famílias foram utilizadas as seguintes variáveis: 13) Origem da renda de sua família; 14) Volume da renda total da família mensalmente; 15) Volume da renda agrícola mensal da família e; 16) Volume da renda agrícola após o acesso à política.

Os resultados da variável 13) Origem da renda de sua família estão dispostos abaixo (Quadro 29), onde as frequências absolutas apontam que no geral a renda agrícola ainda é predominante entre os entrevistados/as. Ao todo 305 afirmaram ter na composição da sua renda total a renda oriunda da agricultura familiar, o que é significativo para a reprodução desta categoria no meio rural. Também está presente na composição da maioria dos entrevistados/as a renda oriunda do Bolsa Família, visto que 217 possuem o benefício,

demonstrando que o público beneficiário das políticas está em situação de pobreza rural. O seguro agrícola (Programa Garantia Safra) compõe a renda de 164 entrevistados e isso se deve à estiagem prolongada que afetou o Semiárido baiano nos últimos 02 anos. As rendas sazonais (89) e as rendas da aposentadoria rural (82), renda através de beneficiamento de produtos da agricultura familiar (61), rendas pluriativas (52), de salários (46) e do artesanato (15) fecham essa composição.

Entendendo que a composição das rendas de forma diversificada garante maior sustentabilidade econômica para as famílias rurais, o índice de Origem da renda a partir das políticas aponta que as famílias da PNATER são as que possuem uma composição mais diversa, apresentando índice 0,214. Na sequência o PAA (0,202), PRONAF (0,199), PNAE (0,194) e P1+2 (0,191).

Quadro 29 – Origem da renda da família

Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Renda Agrícola	60	62	60	63	60	305
Artesanato	2	4	5	2	2	15
Salários (Regime CLT ou contratos em órgãos)	6	9	7	15	9	46
Bolsa Família	40	43	48	39	47	217
Beneficiamento de produtos na UPF	7	14	12	18	10	61
Aposentadoria	24	18	14	15	11	82
Rendas eventuais ou sazonais (membros que trabalham fora na agricultura ou não)	15	14	26	9	25	89
Seguro Agrícola ou similar	33	30	39	28	34	164
Outras rendas relacionadas à Pluriatividade (pedreiro, pintor, microempreendedor, etc)	10	14	10	11	7	52
Total de unidades	197	208	221	200	205	1031
ORIGEM DA RENDA	0,191	0,202	0,214	0,194	0,199	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Os resultados da variável 14) Volume da renda total da família mensalmente, estão dispostos abaixo (Quadro 30), onde ficou evidente a partir das frequências absolutas do conjunto de entrevistados/as que parte das famílias (111) possuem renda entre R\$ 394,00 e R\$ 788,00, 109 possuem mais que R\$ 788,00 até R\$ 2.364,00, 66 até R\$ 394,00, 24 possui exatamente R\$ 788,00 (salário mínimo), 10 mais que R\$ 2.364,00 até R\$ 3.940,00 e apenas 6 com renda acima de R\$ 3.940,00. A renda média geral é de R\$ 983,21. Sendo que os agricultores e agricultoras do PNAE apresentaram maior volume, com R\$ 1.355,12, seguido

do PAA que apresentaram renda média R\$ 1.026,79, P1+2 com renda R\$ 931,27, PRONAF R\$ 844,71 e PNATER renda média de R\$ 758,15. Com relação ao índice de Renda Total os resultados acompanharam o volume médio dos salários onde o PNAE liderou com 1,378, PAA (1,044), P1+2 (0,947), PRONAF (0,859) e PNATER (0,947).

Quadro 30 - Volume do total da renda mensal da família

Volume/Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Até R\$ 394,00	6	12	23	4	21	66
Mais que R\$ 394,00 até R\$ 788,00	30	20	21	22	18	111
Exatamente R\$ 788,00	9	3	2	6	4	24
Mais que R\$ 788,00 até R\$ 2.364,00	20	26	18	23	22	109
Mais que R\$ 2.364,00 até R\$ 3.940,00	0	2	1	6	1	10
Acima de R\$ 3.940,00	1	1	0	4	0	6
Total de unidades	61.464	67.768	50.038	89.438	55.751	324.459
Média	931,27	1.026,79	758,15	1.355,12	844,71	983,21
RENDA TOTAL	0,947	1,044	0,771	1,378	0,859	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Após a identificação do volume total da renda das famílias, através da composição dos vários tipos de renda, foram organizados os resultados da variável 15) Volume da renda agrícola mensal da família (Quadro 31), com o intuito de identificar especificamente para cada política a renda oriunda da agricultura familiar na última safra e sua média mensal. Os resultados das frequências absolutas indicam que 183 entrevistados/as obtiveram renda agrícola de até R\$ 1.000,00 na última safra; 65 obtiveram mais que R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00”, 32 maior que R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00, 22 maior que R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00 e 7 obtiveram mais que R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00. A média da renda agrícola foi de R\$ 2.710,61.

O resultado do ranking para renda agrícola foi semelhante da renda total, onde o PNAE apresentou o maior volume com média de R\$ 4.446,97, seguido do PAA, que apresentou média de R\$ 3.545,45, PRONAF com média de R\$ 2.636,36, P1+2 com média de R\$ 1.628,79 e por último a PNATER com média de R\$ 1.295,45. Os índices para a variável Renda Agrícola a partir das políticas foram os seguintes: PNAE (1,641), PAA (1,308), PRONAF (0,973), P1+2 (0,601) e PNATER (0,478).

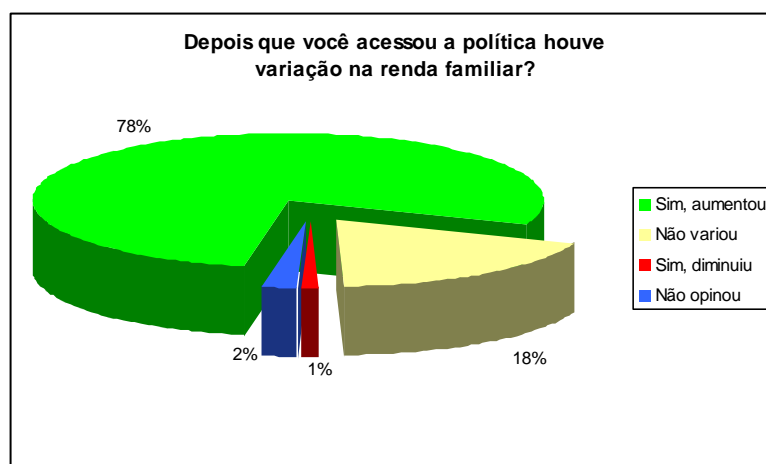
Quadro 31 - Volume da renda agrícola na última safra (2014)

Volume/ Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Até R\$ 1.000,00	38	38	46	24	37	183
Mais que R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00	20	12	8	15	10	65
Mais que R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00	4	4	6	11	7	32
Mais que R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00	1	4	1	9	7	22
Mais que R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00	0	3	1	1	2	7
Acima de R\$ 20.000,00	1	4	0	5	1	11
Total de unidades	107.500	234.000	85.500	293.500	174.000	894.500
Média	1.628,79	3.545,45	1.295,45	4.446,97	2.636,36	2.710,61
RENDA AGRÍCOLA	0,601	1,308	0,478	1,641	0,973	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Abaixo, (Gráfico 27) apresentamos as estatísticas relacionadas a última variável do indicador de a Renda, 16) Volume da renda familiar após o acesso à política, onde pode ser feita a relação entre o aumento específico do volume da renda total após o acesso às políticas. Do total de entrevistados/as 75% afirmaram que sua renda aumentou após o acesso às políticas públicas, 18% afirmaram que não variou, 1% afirmaram ter ocorrido uma diminuição e 2% não opinaram. Esse resultado atesta a contribuição das políticas públicas para melhoria da renda total das famílias e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida.

Gráfico 27 - Variação na renda familiar após acesso às políticas



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Ao verificar junto a cada política como se deu os níveis de variação da renda total, a partir de frequências absolutas detectamos que o PNAE (Quadro 32) apresentou o maior número de entrevistados/as 61 afirmando que a referida política contribuiu para o aumento da renda. Na sequência PRONAF (54) e PAA (53), PNATER (47) e P1+2 (43) afirmaram ter ocorrido variação após acesso às políticas. Dos entrevistados/as que afirmaram não ter ocorrido nenhum aumento o P1+2 e PNATER foram as que apresentaram maior número de entrevistados (17), seguido de PAA e PRONAF (11) e por último o PNAE com (5). O índice de contribuição, considerando todos os itens que compõe a variável, apontou o PNAE (0,240) como a política que mais contribuiu, em seguida PRONAF (0,213), PAA (0,209), PNATER (0,185) e P1+2 (0,154).

Quadro 32 - Variação na renda família após acesso às políticas

Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Sim, aumentou	43	53	47	61	54	258
Sim, diminuiu	4	0	0	0	0	4
Não variou	17	11	17	5	11	61
Total de unidades/multiplicado	39	53	47	61	54	254
VARIAÇÃO DA RENDA	0,154	0,209	0,185	0,240	0,213	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Os resultados do conjunto de variáveis estabelecidas para o Indicador de Renda, dispostos abaixo (Quadro 33) contém os índices de contribuição das políticas públicas para o referido indicador, a partir do estudo das políticas públicas implementadas nas UPF's do Território de Irecê. Para o indicador de Renda foram trabalhadas nesta pesquisa: 13) Origem da renda de sua família, onde a política que obteve maior índice foi a PNATER (0,214); 14) Volume da renda total da família mensalmente, onde o PNAE obteve maior índice (1,378); 15) Volume da renda agrícola mensal da família, liderado pelo PNAE que apresentou índice de 1,641 e; 16) Volume da renda agrícola após o acesso à política, também liderada pelo PNAE (0,240). Esses resultados, principalmente da variável “15) Volume da renda agrícola”, estão relacionados com o Indicador de Acesso a Mercados, trabalhando na seção anterior, visto que a comercialização dos produtos é um caminho para a garantia da renda agrícola e para compor as rendas totais.

Quadro 33 – Síntese dos índices de contribuição das políticas para renda

INDICADORES		PROGRAMAS				
		P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF
13	Origem da renda	0,191	0,202	0,214	0,194	0,199
14	Renda total	0,947	1,044	0,771	1,378	0,859
15	Renda agrícola	0,601	1,308	0,478	1,641	0,973
16	Variação da renda total	0,154	0,209	0,185	0,240	0,213
INDICADOR RENDA		0,473	0,691	0,412	0,863	0,561

Fonte: Banco de dados da pesquisa

O agrupamento para o Indicador de Renda, a partir do conjunto das variáveis aponta o PNAE como a política que mais contribuiu para a melhoria da renda das famílias, apresentando índice 0,863 no geral. Em segundo lugar ficou o PAA com 0,691, seguido do PRONAF (0,561), P1+2 (0,473) e por último a PNATER com índice 0,473. Na próxima seção veremos os resultados da contribuição das políticas para o Indicador de Sucessão Geracional.

4.5 – CONTRIBUIÇÕES PARA SUCESSÃO GERACIONAL

O último indicador trabalhado nesta pesquisa foi Sucessão Geracional. O intuito foi verificar a contribuição das políticas estudadas para a permanência da atividade da agricultura familiar geração a geração. Para este indicador específico foram elaboradas quatro variáveis: 17) Quantidade de filhos que trabalham na UPF; 18) Expectativa sobre a sucessão na gestão da UPF; 19) Expectativa de quem fará a sucessão e; 20) Interferência da política para permanência dos filhos na agricultura familiar. Esse conjunto de variáveis encerra as questões levantadas junto aos agricultores e agricultoras entrevistadas.

A variável 17) Quantidade de filhos que trabalham na UPF procurou demonstrar atualmente como está a participação no trabalho familiar agrícola pelos possíveis sucessores das UPF's (Quadro 34). As frequências absolutas apontam que 167 afirmaram que nenhum dos filhos ajudam no trabalho agrícola, 90 indicaram que apenas 1 filho trabalha na UPF, 52 afirmaram que 2 filhos, 8, 3 filhos, 5, 4 filhos, 5 afirmaram também que 5 filhos trabalhando na UPF, enquanto que apenas (1) afirmou que mais de 6 filhos trabalham na atividade. Vale ressaltar que os resultados acima estão interligados com o Gráfico 15 (p.73) deste trabalho, onde está descrita a composição das famílias residentes na UPF. Conforme já discutimos

anteriormente, do total de residentes as crianças e jovens somaram 60% da composição da família.

Os índices da quantidade de filhos, entendendo que quanto mais filhos trabalhando maior a possibilidade de haver sucessão geracional na agricultura familiar, apresentaram os seguintes resultados por política pública para essa variável: P1+2 (0,257), PNATER (0,208), PAA (0,201), PNAE (0,171) e PRONAF (0,164).

Quadro 34 – Quantos de filhos que trabalham na UPF

	P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Nenhum	26	35	29	37	40	167
1 filho	19	12	26	17	16	90
2 filhos	17	15	5	9	6	52
3 filhos	2	1	2	2	1	8
4 filhos	1	1	1	0	2	5
5 filhos	0	1	2	1	1	5
6 filhos	1	0	0	0	0	1
Total de unidades Multiplicação	69	54	56	46	44	269
QUANTIDADE DE FILHOS	0,257	0,201	0,208	0,171	0,164	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

A variável 17) Quantidade de filhos que trabalham na UPF, procurou identificar entre os entrevistados/as qual a expectativa que cada um tem sobre a sucessão geracional da UPF (Quadro 35). A questão principal era entender se já existe uma definição sobre quem vai ficar na propriedade e reproduzir o processo de trabalho familiar. As frequências absolutas gerais apontam que 137 indicaram que não sabem quem ficará, mas um ficará, para 97 já foi definido, 77 não sabem se alguém ficará, para outros 12 ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade, 3 decidiram que a propriedade será vendida e 1 que a propriedade será arrendada. Apesar de menos de 1/3 dos entrevistados terem informado por definitivo saber o rumo da sucessão na UPF, quando juntamos esse dado com os 137 que afirmaram que pelo menos um ficará, a expectativa sobre a sucessão aumenta um pouco mais. Mesmo assim, a somatória das expectativas negativas sobre a sucessão foi afirmada por 113 entrevistados/as. Esse dado é preocupante porque representa a não reprodução da agricultura familiar enquanto categoria e a redução da produção familiar agrícola do Território.

Para esta variável, o conjunto das situações de expectativa dos entrevistados/as resultou no índice de Sucessão Geracional, apresentando os seguintes resultados para cada conjunto de agricultores beneficiários das políticas públicas: PNAE apresentou o melhor índice com relação a expectativa, com 0,206, seguido do P1+2 (0,204), PNATER e PRONAF, ambos com 0,197 e por último o PAA que apresentou índice 0,196.

Quadro 35 - Expectativa sobre a sucessão na gestão da UPF

Expectativa/Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Já foi definido	24	15	14	25	19	97
Não sabe quem ficará, mas um ficará	28	26	33	25	25	137
Não sabe se alguém ficará	9	23	15	12	18	77
Ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade	3	1	3	3	2	12
A propriedade será vendida	1	0	1	1	0	3
A propriedade será arrendada	0	0	0	0	1	1
Total de unidades/Multiplicação	326	313	315	329	315	1598
EXPECTATIVA DE SUCESSÃO	0,204	0,196	0,197	0,206	0,197	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Já a variável 18) Expectativa sobre a sucessão na gestão da UPF, procurou identificar junto aos entrevistados/as a identificação de gênero do provável sucessor. Dos resultados gerais (Quadro 36) das frequências absolutas, 106 entrevistados/a apontaram que ser o filho homem, 87 indicaram que ambos os filhos, homens e mulheres farão a sucessão geracional na agricultura familiar. Apenas 24 entrevistados afirmaram que a sucessão ocorrerá com filha mulher. A tendência da masculinização da atividade produtiva e do meio rural está presente neste dado. Ao apurar esses resultados pelos grupos de entrevistados/as de cada política, pudemos perceber que o P1+2 foi o grupo que apresentou maior índice (0,227), seguido da PNATER (0,197), PAA e PNAE (0,194) e por último o grupo de entrevistados do PRONAF (0,188).

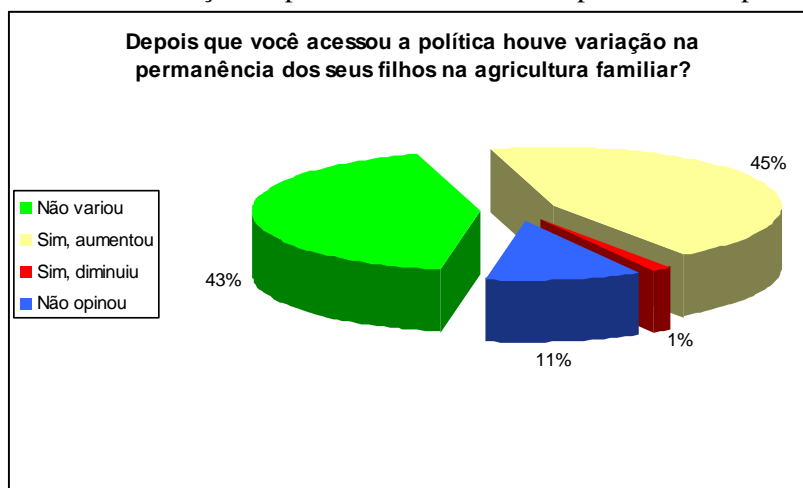
Quadro 36 – Provável sucessor na UPF

Sucessor/Frequência Absoluta	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Filho homem	27	13	17	26	23	106
Filha mulher	4	2	7	3	8	24
Ambos os filhos homens e mulheres	19	22	18	15	13	87
Total de unidades/Multiplicação	69	59	60	59	57	304
PROVÁVEL SUCESSOR	0,227	0,194	0,197	0,194	0,188	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

A construção em torno da expectativa sobre a sucessão também procurou identificar junto aos entrevistados entrevistadas, sobre a possível mudança na perspectiva de sucessão geracional após o acesso às políticas. Os resultados percentuais da variável 20) Interferência da política para permanência dos filhos na agricultura familiar, indicam um pouco dessa direção. Abaixo (Gráfico 28) é possível perceber que 45% dos entrevistados/as afirmaram que a expectativa sobre a permanência dos filhos/as na agricultura familiar aumentou, enquanto que 43% afirmaram que não variou nada e 1% que diminuiu. Chama atenção o fato de 11% dos entrevistados não terem opinado sobre o quesito.

Gráfico 28 - Variação na permanência dos filhos após acesso às políticas



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Os resultados da frequência absoluta dessa mesma variável (Quadro 37) por política pública obteve os seguintes extratos para a afirmação de que a política provocou aumento da expectativa com relação à sucessão: PNAE (33), seguido do PAA (32), P1+2 (31), PNATER (26) e PRONAF (25). Porém a síntese dos resultados nos índices para desta variável apontam o PAA (0,224) como a política que mais contribuiu para essa mudança. PNAE e P1+2 obtiveram os mesmos resultados (0,217), seguido da PNATER (0,175) e PRONAF (0,168).

Quadro 37 - Variação na permanência dos seus filhos por política pública acessada

Variação/Frequência absoluta	P1+2	PAA	PNATER	PNAE	PRONAF	GERAL
Sim, aumentou	31	32	26	33	25	147
Sim, diminuiu	0	0	1	2	1	4
Não variou	29	24	32	26	30	141
Total unidades/ Multiplicação	31	32	25	31	24	143
SUCESSÃO APÓS POLÍTICA	0,217	0,224	0,175	0,217	0,168	

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Por fim, temos o Indicador de Sucessão Geracional (Quadro 38), obtido a partir dos índices do conjunto de variáveis trabalhadas nesta seção. O resultado da variável 17) Quantidade de filhos que trabalham na UPF indica o P1+2 como a política que obteve o melhor índice (0,257); Para a variável 18) Expectativa sobre a sucessão na gestão da UPF o PNAE foi a política que apresentou melhor índice (0,206); Com relação a 19) Expectativa de quem fará a sucessão a liderança mais uma vez ficou com o P1+2, com índice 0,227 e; por último a variável 20) Variação da política para permanência dos filhos na agricultura familiar, liderada pelo PAA, com índice 0,224.

Quadro 38 – Síntese das variáveis do Indicador de Sucessão Geracional

INDICADORES		PROGRAMAS				
		P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF
17)	Quantidade de filhos que trabalham na UPF	0,257	0,201	0,208	0,171	0,164
18)	Expectativa sobre a sucessão	0,204	0,196	0,197	0,206	0,197
19)	Sucessor	0,227	0,194	0,197	0,194	0,188
20)	Variação na permanência do sucessor	0,217	0,224	0,175	0,217	0,168
INDICADOR SUCESSÃO GERENCIAL		0,226	0,204	0,194	0,197	0,179

Fonte: Banco de dados da pesquisa

O agrupamento para o último indicador, Sucessão Geracional, a partir do conjunto das variáveis aponta o P1+2 como a política que mais contribuiu para a expectativa quanto a sucessão geracional nas UPF's do Território de Irecê, apresentando índice (0,226) no geral e por último a PNATER com índice (0,179). Com esse resultado chega-se ao fim da análise dos indicadores, onde as sínteses dos resultados finais encontram-se na próxima seção.

4.6 INDICADOR GERAL DE CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Analisando os dados abaixo (Quadro 39), pode-se perceber que a política pública que alcançou maior média relativa de forma geral foi a PNAE (0,416), ao ponto que a PNATER, foi a menor com 0,260. Por outro lado, se for analisar cada item, pode-se verificar que: PNAE obteve a maior pontuação em 09 itens; o P1+2, em 05 itens; o PAA em 04 itens; e tanto o PANATER quanto o PRONAF obtiveram em apenas 01 item cada. Já se a análise for realizada pelos indicadores pode-se concluir que: P1+2 obteve pontuação máxima nos indicadores Segurança Alimentar e Sucessão Gerencial, PAA obteve em Produção e PNAE se destacou em Acesso a Mercados e em Renda.

Quadro 39 – Síntese dos indicadores de contribuição das políticas públicas

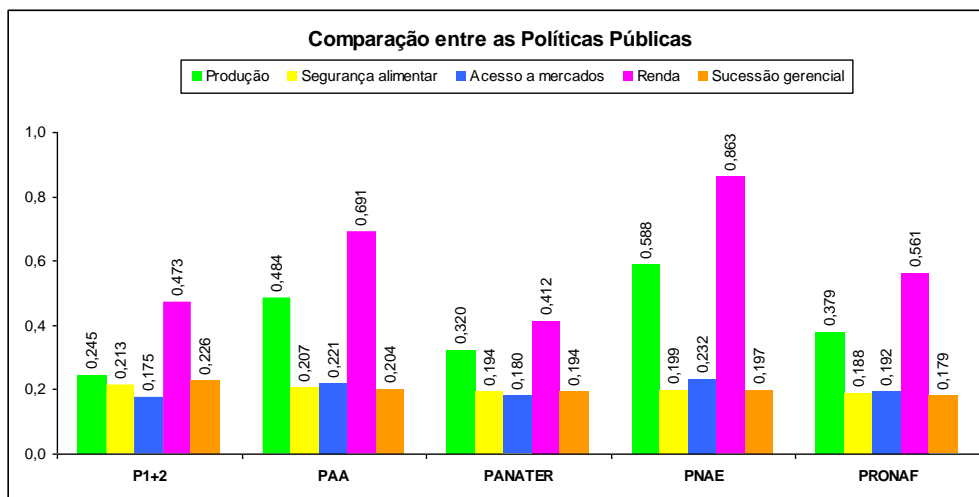
PROGRAMA	P1+2	PAA	PANATER	PNAE	PRONAF
Indicador Produtividade	0,245	0,484	0,320	0,588	0,379
Indicador Segurança Alimentar	0,213	0,207	0,194	0,199	0,188
Indicador Acesso a Mercados	0,175	0,221	0,180	0,232	0,192
Indicador Renda	0,473	0,691	0,412	0,863	0,561
Indicador Sucessão Gerencial	0,226	0,204	0,194	0,197	0,179
INDICADOR DE CONTRIBUIÇÃO	0,266	0,361	0,260	0,416	0,300

Fonte: Banco de dados da pesquisa

Abaixo (Gráfico 29) estão ilustradas estas análises a partir da comparação do índice de contribuição pelas políticas públicas, onde é apresentado os valores de cada índice. Analisando pela ótica do valor de cada índice, já que quanto maior o índice maior a contribuição, nos 05 indicadores. O P1+2 apresentou melhores resultados nos indicadores de Renda (0,473), Produção (0,245), Sucessão Geracional (0,226), Segurança Alimentar (0,213) e Acesso a Mercados (0,175). Os resultados do PAA apontam que essa política obteve os seguintes extratos: Renda (0,691), Produção (0,484), Acesso a Mercados (0,221), Segurança Alimentar (0,207) e Sucessão Geracional (0,204). A PNATER apresentou respectivamente: Renda (0,412), Produção (0,320), Segurança Alimentar e Sucessão Geracional (0,194) e Acesso a Mercados (0,180). O PNAE se destacou em: Renda (0,863), Produção (0,588), Acesso a Mercados (0,232), Segurança Alimentar (0,199) e Sucessão Geracional (0,197). Por fim, temos os valores do PRONAF que respectivamente apresentou em Renda (0,561),

Produção (0,379), Acesso a Mercados (0,192), Segurança Alimentar (0,188) e Sucessão Geracional (0,179).

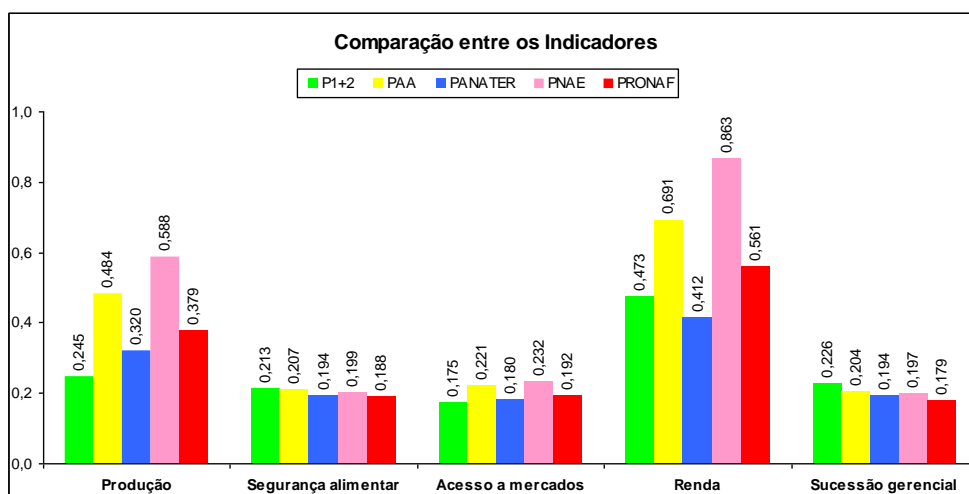
Gráfico 29 – Comparação do índice de contribuição pelas políticas públicas



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Abaixo (Gráfico 30) estão ilustradas estas análises a partir da comparação pelos indicadores desenhados nesta pesquisa. Nesse sentido, para o Indicador de Produção temos sequencialmente PNAE (0,588), PAA (0,484), PRONAF (0,379), PNATER (0,320) e P1+2 (0,245); o Indicador de Segurança Alimentar temos P1+2 (0,213), PAA (0,207), PNAE (0,199), PNATER (0,194) e PRONAF (0,188); o Indicador de Acesso a Mercados temos PNAE (0,232), PAA (0,221), PRONAF (0,192), PNATER (0,180) e P1+2 (0,175); O Indicador de Renda temos PNAE (0,863), PAA (0,691), PRONAF (0,561), P1+2 (0,473) e PNATER (0,412); Por último o Indicador de Sucessão Geracional, onde temos P1+2 (0,226), PAA (0,204), PNAE (0,197), PNATER (0,194) e PRONAF (0,179).

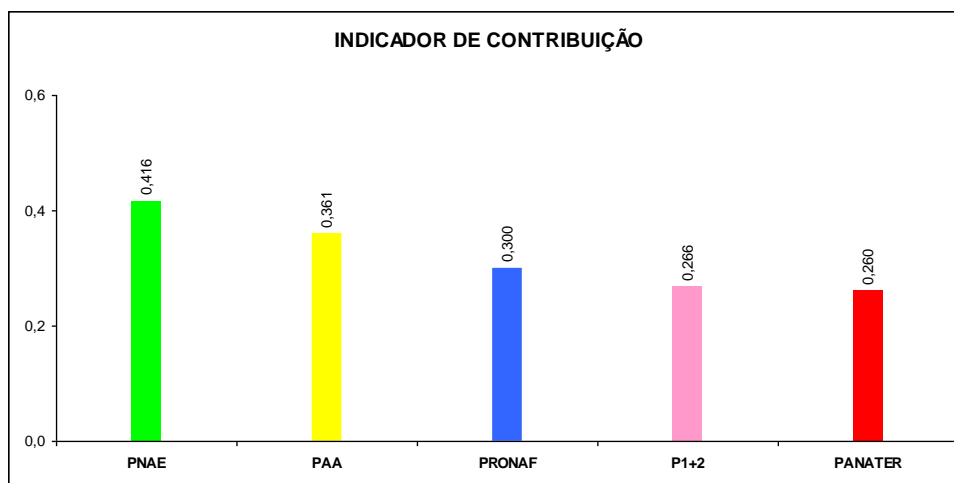
Gráfico 30 – Comparação do índice de contribuição pelos indicadores



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Por fim, (Gráfico 31) estão ilustradas as análises finais dos índices globais de contribuição das políticas para a agricultura familiar, onde o PNAE obteve maior pontuação (0,416), PAA (0,361), PRONAF (0,300), P1+2 (0,266) e PANATER (0,260).

Gráfico 31 – Indicador final da contribuição das políticas públicas para a agricultura familiar



Portanto, o PNAE foi a política que a partir dos indicadores propostos mais contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar, fato que merece uma discussão mais aprofundada e que se desdobra em outros problemas de pesquisa. Para discorrer sobre essas conclusões a partir do resultado final, trazemos no próximo capítulo as considerações sobre a presente pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos quatro capítulos que compõe esta pesquisa foi possível falar de aspectos que organizam o entrelaçamento entre as noções de Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Território. Esses temas nortearam o objetivo desse estudo, que consistia em analisar a contribuição das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, a partir dos indicadores de produção, segurança alimentar e nutricional, acesso a mercados, renda e sucessão geracional no Território de Irecê-BA. No decorrer do trabalho procurou-se recorrer aos clássicos e também obras que nas décadas recentes foram cunhadas por autores que tiveram uma preocupação em entender a direção das discussões sobre ruralidade e os processos de desenvolvimento dessa imensa área em nosso país. Todo esse arcabouço foi esteira para os novos elementos que surgiam no campo empírico durante toda a pesquisa.

Para efeito de conclusão, não pretendemos aqui relatar mais uma vez os achados das considerações/sínteses já expressas nos capítulos precedentes que compuseram o estudo. Pretendemos reafirmar o desfecho dos resultados e trazer para o debate algumas questões que no decorrer do trabalho foram importantes para o tema da pesquisa, principalmente para sua dimensão qualitativa. Também pretende-se revelar um pouco das limitações, comum a qualquer investigação despreziosa em esgotar o debate.

Do ponto de vista dos aportes, principalmente sobre o Desenvolvimento Rural, é importante lembrarmos que essa temática surgiu no caso brasileiro aliado a dois processos contraditórios, já que seu processo histórico de emergência no processo de democratização veio carregado de um anseio por descentralização, referendado pela criação e fortalecimento dos espaços públicos de participação, muito por conta da abertura política, que ajudou, mesmo que de forma setorial a iniciar os debates sobre as políticas públicas necessárias às diversas categorias, inclusive os agricultores familiares. Em contraponto também foi nessa época que ganhou força o neoliberalismo, que pregava uma preocupação com a macroeconomia e seus procedimentos (taxa de juros, etc.) e a redução da participação do Estado na economia e setores produtivos. Nesse movimento contraditório é que nasceram as políticas aqui estudadas.

Trazemos esse debate, já no momento de finalizar a pesquisa justamente para não passar despercebido o entendimento de que na estrutura da concepção e implementação das políticas, que mesmo com toda a participação dos movimentos na construção de suas agendas, existe o

sistema político neoliberal, que direciona as políticas para o campo compensatório. Então, sua formulação e implementação contem limites estruturais que giram no movimento do capitalismo mundial.

Trago a reflexão para dizer que a direção do estudo poderia ter sido justamente para analisar os limites da implementação dessas políticas públicas, que por serem compensatórias apresentam-se sempre como incompletas, analisar as contradições que as mesmas carregam e aprofundar no debate sobre o que seria mesmo o desenvolvimento rural nessas condições. Mas não foi. O estudo, partiu de forma propositiva para entender o movimento das potencialidades que as políticas trazem, mesmo nesse ambiente contraditório e de forma muito comprometida, apoiar o Território de Irecê, que é eminentemente rural, na construção de conhecimento científico que pudesse ser útil para a tomada de posição dos atores sociais que participam da experiência da gestão do Território sobre os rumos dessas políticas. Isso não excluiu a crítica, e o momento das considerações foi eleito para garantir esse processo.

Entender em que medida as políticas públicas contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar foi o desafio proposto, como já explicitado no decorrer do trabalho, foi ponto de partida e de chegada. Dessa forma podemos concluir que a pesquisa respondeu afirmativamente as interrogações iniciais que conduziram a sua própria construção e confirmou as premissas também traçadas inicialmente.

Então, seguindo o roteiro pré-estabelecido, ou seja, produzir um conjunto de dados inéditos sobre a situação das políticas públicas para agricultura familiar no Território de Irecê, a fim de contribuir para a produção do conhecimento no/do Território, os resultados da pesquisa extrapolaram as expectativas sobre a compreensão da situação da agricultura familiar a partir das políticas, muito por revelar outras dimensões que não estavam desenhadas inicialmente. Isso nos colocou diante da necessidade de sublinhar, mesmo de que forma ainda superficial, apontamentos para a discussão sobre uma agenda de pesquisas no/do Território, em que pese serem apenas observações da pesquisadora a partir do campo empírico:

O primeiro deles, refere-se à política que apresentou o maior índice de contribuição, o PNAE. Essa política está sendo desenvolvida no Território e seu desenho de implementação passa pela gestão pública municipal, que por sua vez compra os produtos dos agricultores e agricultoras. É comum nos espaços coletivos de discussão no território emergirem situação que contestam a lisura dos processos de compra das prefeituras diretamente aos agricultores, denúncias sobre a rede de atravessadores que vem se constituindo em torno do programa e

também a crítica por parte dos gestores pela desorganização dos produtores. Durante a pesquisa pudemos perceber in loco a materialidade dos três tipos de críticas. Outro ponto percebido é o baixo acesso das prefeituras aos recursos disponíveis (30% dos recursos do FNDE) e a pouca participação das organizações dos agricultores no controle social dessa política. Se o PNAE traz bons resultados para o fortalecimento da agricultura, é preciso conjugar esforços, tanto no campo científico, quanto no campo político para o desdobramento de iniciativas que possam contribuir para o seu aperfeiçoamento no Território: 1) Realizar um mapeamento da rede de produtores da agricultura familiar em cada municípios; 2) Elaboração de estudos sobre o potencial produtivo das associações e cooperativas para entregas ao PNAE e; 3) Identificar os atuais fornecedores e a comprovação da origem dos produtos da agricultura familiar. Vale ressaltar que esses apontamentos para o PNAE são importantes também para o PAA.

Outra política que queremos destacar, a título de conclusão e encaminhamentos é a PNATER, que é definida como política mediadora dos processos produtivos junto aos agricultores e agricultoras. Essa política foi a que apresentou o menor índice de contribuição nos indicadores propostos. No Brasil e também na Bahia a PNATER vem passando por um processo de reestruturação do seu modelo, muito pautada na Lei de ATER e também nas discussões oriundas das Conferências realizadas para debater o tema. É perceptível que a cobertura do serviço no Território ainda é incipiente, mesmo com os avanços e o número de famílias beneficiadas nos últimos editais. O serviço é descontinuado e ainda existe uma deficiência na formação dos profissionais que atendam as novas exigências e mudanças que os espaços rurais vêm passando. Sem profissionais de qualidade é difícil ter um serviço de qualidade e, conseqüentemente, a política apresentar bons resultados. Nesse sentido, destacamos dois pontos importantes que precisam ser considerados no estudo dessa política: 1) É preciso avaliar a qualidade do serviço prestado nas Unidades Produtivas Familiares do novo modelo adotado e já em implementação por diversas organizações no Território; 2) A formação dos profissionais depende da formação nas escolas técnicas e nas universidades, portanto, é preciso debater o currículo dos cursos nos diversos níveis e; 3) A extensão será imprescindível para o ciclo de formação em espaços não formais.

O resultado da pesquisa também nos levou a pensar que um leque de outros problemas de pesquisa se desdobrarão, não especificamente sobre as políticas, como citado acima, mas sobre o conjunto de situações que tornam a agricultura familiar uma categoria complexa e o meio rural como um espaço multidimensional. Assim, os dados empíricos e o contato direto

com os entrevistados/as e com a realidade das unidades produtivas in loco nos fizeram refletir sobre os seguintes pontos:

As as questões de Gênero, mesmo a pesquisa demonstrando que o número de mulheres cresceu, ainda perpassa outras dimensões para além do acesso às políticas, dentre eles muito especialmente a participação política das mulheres nas organizações e cooperativas da agricultura familiar. Para isso, é preciso revelar através de estudos a relação participação nas políticas públicas e participação e protagonismo nos espaços de poder e decisão comunitários;

As questões relacionadas à Geração, extremamente evidentes no Indicador de Sucessão Geracional, inclusive foi o indicador em que as políticas apresentaram os piores resultados em termos percentuais. A preocupação ocorre, primeiro pelo fato das políticas terem no seu objeto fortalecer a agricultura familiar, mas a pauta desse fortalecimento não levar em consideração a importância da sucessão. Segundo pelo formato das políticas públicas aqui estudadas, que não são produzidas para incluir os jovens e suas especificidades. Aponta-se, portanto para um conjunto de necessidades relacionadas a pesquisa nessa área, principalmente sobre a situação desses jovens nas áreas rurais;

As questões da Educação do Campo, pela precariedade das escolas, do ensino e das condições históricas de negação da educação às populações rurais, indicando um longo percurso de iniciativas científicas e políticas para não só entender como está a situação dessa temática, mas os caminhos a percorrer para o fortalecimento das políticas que incluam essa temática. No âmbito dessa pesquisa foi perceptível o grande número de crianças na composição das famílias e, por isso, o tema é caro para o Território, bem como chamou atenção o baixo acesso dos jovens rurais ao ensino técnico e superior.

As questões de Raça, pelo reconhecimento nas estatísticas do perfil dos entrevistados do grande número de negros/negras na composição da população e pela presença de comunidades quilombolas no Território. Assim, urge debates e também pesquisas que possam retirar da “invisibilidade” os negros e negras que residem nas áreas rurais do sertão baiano, a maioria em situação de pobreza.

A Agroecologia, que apareceu como modelo mais presente na roça dos entrevistados/as que vem ganhando cada vez mais espaço e notoriedade no âmbito das políticas públicas. Vale ressaltar que as últimas chamadas de ATER no Estado da Bahia tiveram o tema da transição para a agroecologia como estruturante da proposta do serviço a ser prestado nos próximos anos. O PAA e PNAE também indica a compra de alimentos de base agroecológica e o P1+2

essencialmente trabalha o tema em articulação com o tema da convivência com o Semiárido. Mas qual a real situação do Território com relação a agroecologia? Os agricultores que se declaram que praticam esse modelo de produção estão acessando informações e tecnologias para garantir o desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos? São questões para o debate que só tem início neste trabalho.

Para finalizar, outro ponto que não podemos deixar de mencionar foi a importância da articulação dessa pesquisa com o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET), projeto financiado pelo CNPQ/MDA, vinculado ao Campus XVI da UNEB/Irecê. Essa parceria se organizou inicialmente com o NEAF/UFRB para a execução da pesquisa, mas que a partir dessas articulações gerou caminhos fecundos para aprofundar o debate sobre a pesquisa no território, não somente a execução de pesquisas, mas pensar a pesquisa e extensão também como política pública. Os frutos das parcerias e dessas iniciativas podem ser claramente percebidos com a criação recente da Rede de Pesquisadores do Território.

Como se vê, a caminhada só está no início e o desafio de pensar essas múltiplas dimensões e produzir conhecimento reflexivo e crítico sobre as diversas situações que envolvem o rural e os agricultores familiares é o desafio para todos e todas que se arvoram nessa estrada. Pensar em analisar sobre as atuais situações, não nos impede de já iniciar o debate sobre a construção de uma nova geração de políticas para o rural e, por isso, mais uma vez, voltamos para o ponto de partida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Relatório de pesquisa — Projeto BRA, 97/013, Ipea, 1999.

_____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: UNICAMP, 1992.

BACELAR, Tânia et.al. **Gestão Social dos Territórios**. Brasília: IICA, 2009. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: v10).

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Mapa de Oportunidades para a superação da pobreza no Território de Irecê**. Relatório Técnico, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Referência para o desenvolvimento territorial sustentável*. Brasília: MDA/IICA, 2003. (Textos para discussão, n. 4)

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território de Irecê**. Irecê-BA, 2009. 105 p.

BUAINAIM, A. M, ROMEIRO, A. R, GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e o novo mundo rural**. Sociologias no.10 Porto Alegre 2003.

CAZELLA, Ademir A. et al. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

CONDRAF, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Política de Desenvolvimento do Brasil Rural**. Brasília: MDA, 2010.

CONTREAS, Joan P. **La Construcción social del subdesarrollo y el discurso del desarrollo**. In: BRETÓN, Victor et AL (ed). *Los limites del desarrollo: modelos “rotos” y modelos “por construir” en América y África*. Barcelona: Icaria, 1999.

DELGADO, Guilherme. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

DOURADO, Gicélio de Castro. **O impacto da mecanização no município de Irecê na década de 70 e os reflexos para os pequenos e médios agricultores**. 2003 . 5f Monografia (especialização em metodologia do ensino superior). Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias. Campus XVI. Universidade do Estado da Bahia. Irecê-BA, 2003.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FAO; INCRA. *Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: FAO; Incra, 1996.

FAVARETO, Arilson et.al. **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12)

_____. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Fapesp; Iglu, 2007.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In. DESLANDES, Suely Ferreira. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GOODMAN, David et al. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. São Paulo: Editora Unicamp, 1999.

_____. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. *Estudos avançados*, v. 15, p. 37-50, 2001. [

GUANZIROLLI, Carlos H. **Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil**. Universidade Federal Fluminense. Textos para Discussão, 2006. Disponível em: <www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD188.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2011.

GUIMARÃES, Leonardo. **Antecedentes do planejamento Territorial no Brasil**. In. FAVARETO, Arilson. *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: IICA, 2010.

HARVEY, David. **A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX**. In. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (orgs.) **Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007, p. 43-71.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceito e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS-Editora, 2008.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

_____, Hugues. **Por uma teoria da agricultura familiar**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. **A assim chamada acumulação primitiva**. In. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boi Tempo, 2013.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: Nead/MDA, 2006.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário **Marco Referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. In: Documentos Institucionais, n. 2, 2005.

MEDEIROS, Leonilde S.; DIAS, Marcelo M. **Bases para a construção de um marco jurídico-normativo do desenvolvimento rural no Brasil**. In: PERICO, Rafael et al. (Org.). *Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para construção de um marco jurídico-normativo*. Brasília: IICA, 2011. p. 127-137.

MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio P. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/CPDA, 1999.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, V.16, n.44, São Paulo: USP, ago/2001.

PERICO, Rafael Echeverri. **Emergência e Evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania**. In: FAVARETO, Arilson. *Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil*. Brasília: IICA, 2010.

PECQUEUR, B. **O Desenvolvimento Territorial: Uma Nova Abordagem dos Processos de Desenvolvimento para as Economias do Sul**. Raízes, Campina Grande, Vol. 24, n°s 01 e 02, jan/dez, 2005, p.10 - 22.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um mapa de alternativas de produção**. In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago: Rimisp, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulação externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n° 11, jan/jun 2004, p. 88-125

_____. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010

_____. **Território, ruralidade e desenvolvimento**. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio; MEDINA, Juan G. F. (Org.). *Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009. p. 67-108.

_____. GRISA, Cátia. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. *Revista de Economia e Sociologia Rural* vol.52 supl.1 Brasília, 2014.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77- 115.

TAVARES, M. da Conceição & BELLUZZO, L. G. M. **A mundialização do capital e a expansão do poder americano**. In FIORI, J.L. (Org.) O poder americano. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

VAN DER PLOEG, Jan D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

VEIGA, José E. **A face rural do desenvolvimento: natureza território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.

_____. **A reforma que virou suco; uma introdução ao dilema agrário do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990;

_____. **Fundamentos do agrorreformismo**. Revista Lua Nova, nº 23, março, p. 68-93, 1991b;

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.

_____. **Reforma agrária hoje**. Revista Reforma Agrária, edição especial dos 25 anos da ABRA, set, 1992b, Campinas, SP; Reproduzido in: STÉDILE, João P. (Coord.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994: 298 -305.

_____. **Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola**. Revista de Economia Política, nº 46, p. 88 - 105, abr/jun, 1992^a

_____. ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e capitalismo no campo**. In: STÉDILE, J.P. A questão agrária hoje . Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994: 94

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 87-145.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. **Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87-145, 2000.

_____. **Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** *Estudos e Sociedades e Agricultura*, Rio de Janeiro, out/2003, 42-61.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação Juvenil na Agricultura Familiar.** Tese de Doutorado, UFRGS, 2009.

ANEXO MODELO DE QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PPGCS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CULTURA, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO

TEMA: DESENVOLVIMENTO RURAL NA BAHIA: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECÊ

Discente - Juliany Mendes Mota Orientador - Nilson Weisheimer

QUESTIONÁRIO Nº

A – PERFIL DO ENTREVISTADO

01 - Sexo:

Masculino	1
Feminino	2

02 - Idade:

16 a 19 anos	1
20 a 29 anos	2
30 a 39 anos	3
40 a 49 anos	4
50 a 59 anos	5
60 anos ou mais	6

03 - Escolaridade:

Não alfabetizado	1
Fundamental	2
Médio	3
Superior	4

04 - Estado civil

Solteiro	1
União Estável	2
Casado	3
Separado / Divorciado	4
Viúvo	5

05 - Número de filhos

0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Mai
0	1	2	3	4	5	6	7	8		s

06 – Perímetro em que reside

Urbano	1
Rural	2

07 - Auto identidade etno racial

B – CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR (UPF)

08 - Incluindo você quantas pessoas têm em sua família?

01	02	03	04	05	06	07	08	09	Mais
----	----	----	----	----	----	----	----	----	------

09 - Relate como é composta sua família residente na UPF:

UTILIZE O APÊNDICE 01

	a)Parentesco	b)Sexo	c)Idade	d)Escolaridade
01				
02				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

10 - Quanto tempo você dedica ao trabalho na UPF?

Tempo integral (6 dias)	1
Parcial (4 a 5 dias)	2
Parcial (2 a 3 dias)	3
Parcial (1 dia)	4
Não trabalha	5
NS/NR	99

11 - Sua família é proprietária da terra em que trabalha?

Sim	1
Não	2
NS/NR	99

12 - Qual é o tamanho da propriedade em hectares? (Tarefas para Hectare, favor dividir por 2,3)

--

13 - Como foram obtidas as terras?

Herança	1
Compra de parentes	2
Compra de terceiros	3
Herança e compra	4
Assentamento	5
Doação	6
NA	88
NS/NR	99

14 - Qual a forma de uso da terra?

Arrendamento	1
Chacreiro ou inquilino	2
Meeiro	3
Parceria	4
Posse	5
NA	88
NS/NR	99
Outro:	

15 - Qual o modelo de produção da UPF?

Convencional	1
Agroecológico	2
Transição para agroecologia	3
Agroflorestal	4
Orgânico	5
Outro:	

16 - Quais destes serviços sua UPF possui?

Serviço	Sim	Não
Sistemas de água	1	2
Energia elétrica	1	2
Banheiro	1	2

Coleta de lixo	1	2
Rede de Esgoto	1	2

17 - Sua família reside na UPF?

Sim	1
Não	2

18 - Quais as benfeitorias da UPF?

Benfeitorias	Sim	Não
Aviário	1	2
Paiol / Silo	1	2
Cerca	1	2
Chiqueiro / Pocilga	1	2
Estufa	1	2
Galinheiro	1	2
Curral / Estábulo	1	2
Casa de Farinha	1	2
Equipamentos para beneficiamento de produtos	1	2
Equipamentos de irrigação	1	2
Cisterna, barragem ou outra tecnologia social de captação de água	1	2
Poço artesiano	1	2
Equipamentos para colheita e plantio	1	2

19 - Qual o principal destino das atividades produtivas da UPF?

Autoconsumo	1
Comercialização	2
Ambas igualmente	3
NS/NR	99
Outro:	

C – POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO

20 - Quais políticas para agricultura familiar você já acessou ou acessa?

PRONAF	1
PAA	2
PNAE	3
ATER	4
P1+2	5
Outra:	

21 - Como você ficou sabendo desta política pública?

Meios de comunicação	1
Banco	2
Entidade de Assistência Técnica	3
Sindicato	4

Movimento/Associação	5
Igreja	6
Familiares	7
Pela liderança Comunitária	8
Pela Prefeitura	9
NA	88
NS/NR	99
Outro:	

22 - Quais destas organizações você participa?

Organizações	Sim	Não
Sind. de Trab. Rurais	1	2
Assoc. de Agricultores / Produtores	1	2
Assoc. de Quilombolas	1	2
Assoc. de Mulheres	1	2
Assoc. de Pescadores	1	2
Assentamentos da Reforma Agrária	1	2
Assoc. de Bairro	1	2
Grupo de defesa do meio ambiente	1	2
Partido Político	1	2
Mov. Trab. Sem Terra	1	2
Mov. Dos Atingidos por Barragens	1	2
Coop. De produtores, crédito ou consumo	1	2
Cons. Comunitário Municipal ou Regional (ligado ao poder público)	1	2
Não participa de nada	1	2
Outro:		

INDICADORES DE EFETIVIDADE

D – QUESTÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES DE PRODUÇÃO

23 - Quais o principal produto da UPF e o volume da sua produção na última safra?

Produto	UN	Quant.
Milho	SC	
Feijão	SC	
Mamona	SC	
Algodão	SC	
Sisal	Kg	
Palma	Kg	
Hortaliças	Kg	
Verduras	CX	
Frutas	CX	
Mel	LT	
Mandioca	KG	

Aves	UN	
Suínos	UN	
Caprinos / Ovinos	UN	
Bovino	UN	
Ovos	DZ	
Leite (vaca/cabra)	LT	
Outro:		

24 - Depois que você acessou a referida política houve aumento no volume da produção do principal produto?

Sim, aumentou	1
Sim, diminuiu	2
Não variou	3
NS/NR	99

25 - Quais produtos e criações são produzidas na UPF?

UTILIZE O ANEXO 2

Produto	Importância
Milho	
Feijão	
Mamona	
Algodão	
Sisal	
Palma	
Hortaliças	
Verduras	
Frutas	
Mel	
Mandioca	
Aves	
Suínos	
Caprinos / Ovinos	
Bovino	
Ovos	
Leite (vaca/cabra)	
Outro:	

26 - Depois que você acessou a referida política aumentou a variedade/ diversidade de produtos na UPF?

Sim, aumentou	1
Sim, diminuiu	2
Não variou	3
NS/NR	99

E – QUESTÕES RELACIONADAS A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

27 - A base alimentar da família prioritariamente é adquirida em qual situação?

Totalmente na UPF	1
Totalmente fora da UPF	2
UPF e compras fora, sendo maior quantidade da UPF	3
UPF e compras fora, sendo maior quantidade compra	4
UPF e compras fora, meio a meio	5

28 - Qual a regularidade do consumo dos produtos da UPF, sendo eles beneficiados ou não?

UTILIZE O ANEXO 3

Milho	1	2	3	4
Feijão	1	2	3	4
Hortaliças	1	2	3	4
Verduras	1	2	3	4
Frutas	1	2	3	4
Mel	1	2	3	4
Farinha	1	2	3	4
Aipim	1	2	3	4
Carne de aves	1	2	3	4
Carne de suínos	1	2	3	4
Carne de caprinos / ovinos	1	2	3	4
Carne bovina	1	2	3	4
Ovos	1	2	3	4
Leite (vaca/cabra)	1	2	3	4
Outro:	1	2	3	4

29 - Como se dá a utilização de adubos e/ou defensivos químicos nos produtos da UPF que são destinados ao consumo próprio?

Sempre utilizamos	1
Às vezes utilizamos	2
Utilizamos uma única vez	3
Nunca Utilizamos	4
NA	88
NS/NR	99

30 - Após o acesso a política como se comportou o consumo da família?

Não mudou nada	1
Aumentou o consumo de itens da UPF	2

Diminuiu o consumo de itens da UPF	3
NA	88
NS/NR	99

F – Q UESTÕES RELACIONADAS AO ACESSO A MERCADOS

31 - Algum dos produtos da UPF é comercializado?

Sim	1
Não	2
NS/NR	99

- Quanto do total da produção é destinado para a comercialização?

Tudo	1
Maior parte	2
Menor parte	3
Nada	4
NS/NR	99

33 - Quais são as formas de comercialização destes produtos? (Múltipla escola)

Através de intermediário	1
Direto ao consumidor (feiras / porta em porta)	2
Integrada à Agroindústria Familiar	3
Integrada à Cooperativa	4
Integrada à Grande Indústria	5
Venda na CEAASA	6
Mercados Institucionais	7
NS / NR	99
Outro:	

34 - Antes da política pública acessada qual era a principal forma de comercialização dos produtos da UPF?

Através de intermediário	1
Direto ao consumidor (feiras / porta em porta)	2
Integrada à Agroindústria Familiar	3
Integrada à Cooperativa	4
Integrada à Grande Indústria	5
Venda na CEASA	6
Mercados Institucionais (PAA e PNAE)	7
NS / NR	99
Outro:	

--

G – QUESTÕES RELACIONADAS A RENDA

**35 - Indique a origem da renda de sua família?
Múltipla escolha**

UTILIZE O ANEXO 4

Renda Agrícola	
Artesanato	
Salários (Regime CLT ou contratos em órgãos)	
Bolsa Família	
Beneficiamento de produtos na UPF	
Aposentadoria	
Rendas eventuais ou sazonais (membros que trabalham fora na agricultura ou não)	
Seguro Agrícola ou similar	
Outras rendas relacionadas à Pluriatividade (pedreiro, pintor, microempreendedor, etc)	

36 - Qual o volume da RENDA TOTAL da família mensalmente?

Até ½ SM	1
Mais que ½ até 1 SM	2
Exatamente 1 SM	3
Mais que 1 até 3 SM	4
Mais que 3 até 5 SM	5
Acima de 5 SM	6

37 - Qual o volume da RENDA AGRÍCOLA mensal da família? (Favor perguntar a renda total da última safra e dividir por 12 meses)

Até ½ SM	1
Mais que ½ até 1 SM	2
Exatamente 1 SM	3
Mais que 1 até 3 SM	4
Mais que 3 até 5 SM	5
Acima de 5 SM	6

38 - Depois que você acessou a política houve variação na renda familiar?

Sim, aumentou	1
Sim, diminuiu	2
Não variou	3
NS/NR	99

H – QUESTÕES RELACIONADAS A SUCESSÃO GERACIONAL

39 - Quantos filhos trabalham na UPF?

00	01	02	03	04	05	06	07	08	Mais
----	----	----	----	----	----	----	----	----	------

40 - Qual a sua expectativa sobre a sucessão na gestão da UPF?

Já foi definido	1
Não sabe quem ficará, mas um ficará	2
Não sabe se alguém ficará	3
Ninguém ficará	4
Não sabe o que fazer com a propriedade	5
A propriedade será arrendada	6
A propriedade será vendida	7

41 - Na sua opinião quem será o seu sucessor na UPF?

Filho homem	1
Filha mulher	2
Ambos os filhos homens e mulheres	3
NA	88
NS/NR	99

42 - A política que você acessou interferiu na permanência dos seus filhos na agricultura familiar?

Sim, interferiu para melhor	1
Sim, interferiu para pior	2
Não interferiu	3
NS/NR	99

I – DADOS DA ENTREVISTA

Data	/ /
------	------

Agricultor Entrevistado:

--

Município:

--

Política acessada:

--

Colaborador/Entrevistador:

--

ANEXO
MODELO DE FICHA DESCRITIVA PREENCHIDA

Ficha Descritiva das Políticas Públicas para Agricultura Familiar
Título da Política: Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
Ano de Formulação: 2003
Objetivo Ampliar as possibilidades de acesso ao mercado para os agricultores familiares e garantir Segurança Alimentar e Nutricional para todos os beneficiários envolvidos.
Contexto O Programa de Aquisição de Alimentos é uma das ações mais inovadoras do Governo Federal. O PAA, como ficou conhecido nacional e internacionalmente, inovou porque assumiu ao mesmo tempo duas funções superimportantes: fortalecer a agricultura familiar por meio do apoio à comercialização de seus produtos e promover o acesso à alimentação para cidadãos em insegurança alimentar. Desde a criação, em 2003, o PAA tem cumprido muito bem essas duas funções. O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado, em âmbito federal, pela CONAB, por meio dos seguintes instrumentos: Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação; Apoio à Formação de Estoques – CPR Estoque e; Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF. O PAA foi instituído pelo art. 19 da lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e entre suas diretrizes estão: i) incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social por meio do consumo e valorização dos alimentos produzidos por esse segmento produtivo; ii) fomentar o acesso à alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; iii) promover o abastecimento alimentar por meio das compras governamentais e da alimentação escolar; iv) incentivar a formação de estoques públicos de alimentos por agricultores familiares, suas cooperativas e associações; v) fortalecer os circuitos locais e regionais de comercialização de alimentos. O PAA nasce do bojo das políticas sociais atreladas à segurança alimentar, e vem sendo executado e financiado, em âmbito nacional, por dois ministérios: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). As diretrizes do PAA, a definição das medidas necessárias para a sua operacionalização, a sistemática da aquisição de produtos, os preços praticados, as regiões prioritárias e as condições de doação e de venda dos produtos são coordenadas pelo chamado Grupo Gestor do PAA. O Grupo Gestor é composto e coordenado pelo MDS e por representantes de mais cinco órgãos federais, como o MDA, o Ministério da Agricultura, Pecuária

<p>e Abastecimento (Mapa), o Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão (MPoG), Ministério da Fazenda (MF) e o Ministério da Educação (MEC).</p> <p>Na esfera municipal de governo é que se instituem os chamados Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), responsáveis pela discussão entre a sociedade civil e o estado das políticas públicas para o meio rural, entre elas o PAA. O PAA opera atualmente quatro modalidades de execução: incentivo à produção e consumo de leite (PAA leite), compra com doação simultânea, compra direta e formação de estoques.</p>
<p>Órgão Executor em Nível Federal MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário e MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome.</p>
<p>Órgão/Entidades executoras no Território de Irecê CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento</p>
<p>Início da execução no Território 2003</p>
<p>Resumo da Implementação no Território de Irecê 2003 - 581 agricultores/as beneficiados - Contrato no valor de R\$ 348.600,00. 2007 - 329 agricultores/as beneficiados - Contrato no valor de R\$ 941.168,80. 2008 - 613 agricultores/as beneficiados - Contrato no valor de R\$ 1.657.419,97. 2009 - 431 agricultores/as beneficiados - Contrato no valor de R\$ 1.235.744,11. 2010 - 377 agricultores/as beneficiados - Contrato no valor de R\$ 1.337.210,80. 2011 - 734 agricultores/as beneficiados - Contrato no valor de R\$ 1.961.954,52. 2012 - 1.078 agricultores/as beneficiados - Contrato no valor de R\$ 3.657,079,43. 2013 - 514 - agricultores/as beneficiados - Contrato no valor de R\$ 1.493.302,75.</p>
<p>Estimativa de recursos aplicados no Território (2003 – 2013) R\$ 12.632.480,38</p>
<p>Municípios do Território que acessam América Dourada, Barro Alto, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Central, Cafarnaum, Gentio do Ouro, Irecê, Ibititá, Ibipeba, Ipupiara, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, Uibaí e Xique-Xique.</p>
<p>Agricultores Familiares atendidos (2003 -2013) 3.622</p>
<p>Participação da sociedade civil na gestão e controle social Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios envolvidos Bases de Serviços de Apoio à Comercialização no Território de Irecê.</p>

Fonte: Elaboração do autor

